

PERSPECTIVAS MARANHENSES

NOS ESTUDOS DA
TRADUÇÃO E
INTERPRETAÇÃO
DE LIBRAS



EDITORA UEMA

RICARDO OLIVEIRA BARROS
ARENILSON COSTA RIBEIRO
MARILDA DE FÁTIMA LOPES ROSA

PERSPECTIVAS MARANHENSES

NOS ESTUDOS DA

TRADUÇÃO E

INTERPRETAÇÃO

DE LIBRAS



EDITORA UEMA

RICARDO OLIVEIRA BARROS

ARENILSON COSTA RIBEIRO

MARILDA DE FÁTIMA LOPES ROSA

ORGANIZAÇÃO

Ricardo Oliveira Barros
Arenilson Costa Ribeiro
Marilda de Fátima Lopes Rosa

COMITÊ CIENTÍFICO

Me. Celina Nair Xavier Neta (UFRGS)
Dr.^a Edneia de Oliveira Alves (UFPB)
Dr. Francisco das Chagas Barbosa Brandao (SPU)
Dr.^a Maria da Guia Taveiro Silva (UEMASUL)
Dr.^a Maria Nilza Oliveira Quixaba (UFMA)
Me. Marilda de Fátima Lopes Rosa (UEMA)
Dr.^a Marilyn Mafra Klamt (UFSC)

DIAGRAMAÇÃO

Ricardo Oliveira Barros

CAPA

Arenilson Costa Ribeiro

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

EDITOR RESPONSÁVEL

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho
Ana Lucia Abreu Silva
Ana Lúcia Cunha Duarte
Cynthia Carvalho Martins
Eduardo Aurélio Barros Aguiar
Emanoel Cesar Pires de Assis
Emanoel Gomes de Moura
Fabiola Oliveira Aguiar
Helciane de Fátima Abreu Araújo
Helidacy Maria Muniz Corrêa
Jackson Ronie Sá da Silva
José Roberto Pereira de Sousa
José Sampaio de Mattos Jr
Luiz Carlos Araújo dos Santos
Marcelo Cheche Galves
Marcos Aurélio Saquet
Maria Medianeira de Souza
Maria Claudene Barros
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Wilma Peres Costa

Perspectivas maranhenses nos estudos da tradução e interpretação de libras [recurso eletrônico] / organizadores, Ricardo Oliveira Barros, Arenilson Costa Ribeiro, Marilda de Fátima Lopes Rosa. – São Luís: EDUEMA, 2021.

... p.: il. color.

Livro eletrônico

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-8982129-8

1.Maranhão - Educação inclusiva. 2.Libras – Tradução – Interpretação. 3.Deficiência auditiva. I.Barros, Ricardo Oliveira. II.Ribeiro, Arenilson Costa. III.Rosa, Marilda de Fátima Lopes. IV.Título

CDU: 376-056.263

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
O PERFIL FORMATIVO E PROFISSIONAL DOS TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS DO MARANHÃO	11
<i>Ricardo Oliveira Barros</i>	
A FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA: (RE) PRODUÇÕES DISCURSIVAS E PRÁTICAS SOCIAIS	41
<i>Walquiria Pereira da Silva Dias</i> <i>Ilza Galvão Cutrim</i>	
O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS E SUAS ATRIBUIÇÕES NO CONTEXTO EDUCACIONAL	63
<i>Aleilde Tavares da Silva</i> <i>Zanado Pavão Sousa Mesquita</i>	
O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS E AS TERMINOLOGIAS NAS AULAS DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO	83
<i>Andréa Pestana Pinheiro</i> <i>Luinaldo da Silva Soares</i>	
ACESSIBILIDADE EM LIBRAS NOS ESPAÇOS ARTÍSTICOS CULTURAIS LUDOVICENSES	109
<i>Andrea Rejane Melo Brito</i> <i>Léa Cristina Ferreira Santos</i>	
ESTRATÉGIAS PARA SE TRADUZIR A LITERATURA DE CORDEL PARA A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	141
<i>Arenilson Costa Ribeiro</i>	

APRESENTAÇÃO

Os Estudos da Tradução e da Interpretação das Línguas de Sinais (ETILS) tem ganhado cada vez mais solidez com o desenvolvimento de pesquisas que se debruçam sobre os seus mais diferentes aspectos, sejam estudos históricos, sejam os que pesquisam os Tradutores Interpretes de Libras (TILS), ou ainda os que estudam a tradução de textos e contextos específicos.

Esse volume foi organizado com o intuito de apresentar algumas perspectivas de estudos nos ETILS desenvolvidos no estado do Maranhão. É um passo importante para aumentar a visibilidade das pesquisas no eixo Norte-Nordeste do país, e uma oportunidade de divulgar as especificidades do campo de estudos nessa região.

Os dez autores nesse volume apresentam seis artigos, os três primeiros centrados na figura do TILS, seu perfil, formação e papéis; e os três últimos na atividade de tradução e interpretação em contextos específicos. Todos os artigos são relevantes para a compreensão do status desses profissionais no estado, pois mostram diferentes vertentes abordadas por suas atividades.

O artigo de abertura é intitulado *O perfil formativo e profissional dos Tradutores e Intérpretes de Libras do Maranhão*, e é assinado por Ricardo Oliveira Barros (mestre em Estudos da Tradução, TILS na Assembleia Legislativa do Maranhão e, professor do Núcleo de Acessibilidade da UEMA). Esse estudo traça um perfil atualizado

dos TILS do Maranhão, nas perspectivas da formação e da atuação profissional. Faz uma revisão histórica do oferecimento de formação para os TILS do estado, e das condições trabalhistas às quais se submeteram desde os primeiros registros de atuação na década de 1980 até 2020, e por meio de um levantamento traça o perfil desses profissionais em 2021.

Em *A formação do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa: (re)produções discursivas e práticas sociais*, Walquiria Pereira da Silva Dias (mestra em Letras, TILS da UFMA e professora-intérprete da SEMED/São José de Ribamar) juntamente com Ilza Galvão Cutrim (doutora em Linguística e Língua Portuguesa e professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado Acadêmico) da UFMA) propõem uma análise discursiva sobre a formação do TILS com vistas na legislação. O objetivo é analisar as (re) produções discursivas presentes na legislação e as relações com práticas institucionais em torno da atuação do TILS, problematizando a formação acadêmica. Salientam um entrelaçamento entre o saber jurídico, o discurso de inclusão, o campo educacional e os saberes empíricos, na determinação de uma formação acadêmica para TILS. Nessa linha, os dispositivos jurídicos surgem de um movimento de lutas sociais que, por um lado, legitimam as experiências da comunidade surda, e, por outro, respondem a uma ordem política, econômica e social, traduzindo uma realidade de muitos avanços, mas de problemáticas ainda a serem sanadas no que diz respeito à formação profissional do TILS.

Aleilde Tavares da Silva (especialista em Libras e em Tradução, Interpretação e Docência da Libras, professora-intérprete de Libras) e Zanado Pavão Sousa Mesquita (pedagogo, especialista em Libras,

Professor de Libras) assinam juntos ao artigo: *O tradutor intérprete de Libras e suas atribuições no contexto educacional*. O estudo analisa às atribuições dos TILS incluídos no contexto educacional, compreendida pela concepção histórica e legal que constitui sua função, paralelamente com o modo como este profissional e sua prática são compreendidos. O texto contribui para a melhor compreensão da atuação deste profissional no contexto da educação, pois constata que o TILS é o profissional fundamental no processo de intermediação do ensino-aprendizagem do surdo na educação inclusiva.

O artigo *O intérprete de língua de sinais e as terminologias nas aulas de história do ensino médio*, também construído em conjunto por Andrea Pestana Pinheiro (bacharel em Letras-Libras e professora-intérprete de Libras da SEDUC/MA e da SEMED/São Luís) e Luinaldo da Silva Soares (especialista em Libras e professor-intérprete de Libras da SEDUC/MA) é o primeiro que tem um escopo mais restrito quanto ao contexto pesquisado. O artigo relaciona a terminologia e a interpretação da Língua de Sinais, e tem o objetivo de levar os Intérpretes Educacionais a reflexão da importância do uso de sinais-termos para uma interpretação mais clara e fiel, e estimular o desenvolvimento de novas pesquisas que busquem ajudar o TILS em sua jornada como coparticipante no processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos.

O texto assinado por Andrea Rejane Melo Brito (especialista em Educação Inclusiva, TILS da UFMA e professora-intérprete de Libras da SEDUC/MA) Léa Cristina Ferreira Santos (especialista em Docência do Ensino Superior de Libras, TILS da UFMA e professora-intérprete de Libras da SEDUC/MA), intitulado *Acessibilidade*

em Libras nos espaços artísticos culturais ludovicenses analisa os diferentes eventos artísticos culturais que ocorrem em São Luis com garantia de acessibilidade em Libras. Traz reflexões sobre os direitos da pessoa surda ao acesso à comunicação em Libras. Utilizando fontes legais que tratam da acessibilidade no Brasil e no Maranhão, aponta para a necessidade de mais ações artísticas culturais acessíveis em Libras como direito e respeito à pessoa surda e ao profissional intérprete de Libras da capital maranhense.

Fechando o volume, o artigo *Estratégias para se traduzir a literatura de cordel para a língua brasileira de sinais* de Arenilson Costa Ribeiro (mestre em Estudos da Tradução e professor da UFMA) apresenta um estudo sobre a tradução feita pelo autor de versos em cordel do português para a Libras. O foco do estudo é apresentar recursos linguísticos e estilísticos da Libras que podem ser utilizados como forma de compensar a métrica e as rimas tão características da literatura de cordel. Esse texto sobre tradução de poesia visa ser um estímulo ao estudo e aprimoramento de mais recursos aplicáveis à tradução literária envolvendo Libras.

Esperamos que esse volume cumpra o papel de estimular o florescimento de pesquisas relacionadas aos ETILS no Maranhão, e que sirva de fonte de estudo aos que se juntam às fileiras dos TILS no estado. Que as discussões apresentadas aqui despertem ainda mais o senso crítico e o olhar sobre a prática do TILS maranhense.

Boa leitura!

Os organizadores.

O PERFIL FORMATIVO E PROFISSIONAL DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS DO MARANHÃO

Ricardo Oliveira Barros

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de investigar o perfil dos Tradutores Intérpretes de Libras (TILS) que atuam no estado do Maranhão, Brasil, tanto na perspectiva da formação quanto da atuação profissional. Faz-se uma reflexão sobre os processos históricos de constituição do status profissional que os TILS desfrutam atualmente no estado, reunindo dados sobre a formação e condições de trabalho oferecida a eles desde os primeiros passos da profissão no Maranhão. E levantaram-se informações que delineiam um perfil formativo e profissional atualizado.

Estudos como os de Sousa (2010), Quixaba (2011; 2015), Mendes (2018), Santos (2018), Dias (2018), Aguiar (2018) e Lima (2020) mostram o contexto e o percurso histórico em que se constituiu a figura do TILS no Maranhão desde os primeiros registros de atuação na década de 1980 até 2020, e esboçam o perfil profissional

desse grupo a partir de diferentes perspectivas. Essas pesquisas demonstram como esse processo se desdobrou principalmente no contexto religioso, por pessoas que aprenderam Libras no convívio social com os surdos, e que, por necessidade, passavam a atuar principalmente na área da educação. Em âmbito nacional, Martins e Nascimento (2015) entendem que esse perfil tende a se alterar devido à expansão e à visibilidade que as línguas de sinais ganharam, e pela visão do surdo a partir da sua diferença linguístico-cultural. Com isso, os que se tornam TILS, atualmente, são pessoas que adquirem a língua e a competência tradutória-interpretativa em espaços de formação profissional, como em cursos de nível superior (RODRIGUES, 2018).

No Maranhão, acontecimentos importantes impulsionaram essa mudança de perfil, como a criação de associações de surdos e de intérpretes, o surgimento de órgãos governamentais voltados à educação de surdos, a realização de processos de seleção de intérpretes para os quadros do funcionalismo público em diversas instâncias, e o oferecimento de cursos de nível superior para a formação desses trabalhadores. Assim, esse estudo tem o papel de ressaltar as mudanças ocorridas na classe dos TILS no Maranhão.

2 A FORMAÇÃO DO TILS MARANHENSE

A primeira atenção quanto ao treinamento e capacitação de pessoas para atuarem como TILS no Maranhão, datam da década de 80, em São Luís, no contexto religioso, para auxiliar no atendimento às pessoas surdas e para originar grupos de evangelização (SANTOS, 2018; QUIXABA, 2015). Esse caráter voluntário e infor-

mal do começo da formação para o exercício da interpretação, reproduz o fenômeno nacional no qual o interesse pela educação religiosa é a força motriz para o aprendizado da língua de sinais e consequente atuação como TILS (QUADROS, 2004).

O desenvolvimento da interpretação de Libras se propaga, posteriormente, do âmbito religioso para outros espaços. Na década de 1990, a responsável pelo ministério voltado aos surdos na igreja Batista, em São Luís, é convidada a ministrar um curso de língua de sinais para os professores e técnicos de educação do estado (SANTOS, 2018). Essa formação institucionalizada, incipiente, e centrada no aprendizado da língua foi importante para iniciar o processo de inclusão por meio da presença de intérpretes. No entanto, isso não resultou na criação de um programa de formação para os TILS; de acordo com Mendes (2018, p.19), mesmo quando intérpretes já estavam na sala de aula acompanhando surdos, “muitos não tinham estudos voltados à tradução e interpretação e aprendiam [...] na prática, porém, apenas o conhecimento empírico e adquirido para fins religiosos”.

O cenário formativo mudou em 2003, com a fundação do Centro de Ensino e de Apoio à Pessoa com Surdez Maria da Glória Costa Arcangeli – CAS. Esse centro passou a oferecer formação para o aprendizado da Libras, e, a partir de 2007, um curso voltado para a formação de TILS, de forma a preencher um hiato nesse respeito (MENDES, 2018). Lima (2020) relata que a formação oferecida pelo CAS influenciou também a profissionalização dos TILS do interior do estado, mesmo que isso envolvesse o deslocamento periódico até a capital São Luís. O autor lembra ainda a importância, para o interior do estado, da presença de outras instituições que ofereceram

curso de Libras: empresas privadas de educação profissional, associações de surdos que deslocaram profissionais para o interior, e as instituições com polos em regiões longe da capital que também assumiram o papel de oferecer formação.

Porém, o aprendizado da Libras não garante o desenvolvimento da competência tradutória (RODRIGUES, 2018). Assim, além dos cursos de capacitação ofertados no CAS, a formação voltada especificamente aos TILS de maior relevância já oferecida no estado foi o curso superior de Bacharelado em Letras Libras, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina, em um polo de apoio que funcionou na Universidade Federal do Maranhão, em São Luís (LIMA, 2020; MENDES, 2018). Esse curso formou uma turma de 17 pessoas no estado entre 2014 e 2018, e mais 3 remanescentes da turma concluíram a formação após 2018; não houve a formação de uma nova turma de bacharéis até a publicação desse volume.

Assim, embora o Bacharelado em Letras Libras seja a formação prevista em Lei pelo decreto 5.626/2005, não é mais ofertada no estado. Isso significa um retorno à base de formação continuada ofertada pelo CAS, que agora é melhor respaldada pela participação dos bacharéis em Letras Libras como palestrantes; e à programas de pós-graduação *Latu Sensu* que tratam de interpretação de Libras ofertados em instituições tanto públicas quanto privadas.

3 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO TILS MARANHENSES

As mudanças no cenário formativo dos TILS no Maranhão influenciaram a formação de um novo perfil dos que se juntavam profissionalmente ao grupo de profissionais no estado, bem como sua

forma de contratação e regime de trabalho. Os primeiros TILS foram os formados pelo curso ministrado na década de 1990, e foram alocados para o trabalho no Centro de Ensino Professor Edson Lobão (CEGEL). Santos (2018, p.22) descreve esse como o início da “atividade do intérprete de língua de sinais em âmbito educacional, sendo que nos anos seguintes, à medida que se ampliava o número de matrículas destes estudantes surdos, outros professores eram retirados das classes especiais para atuarem como intérpretes”. As condições de trabalho não seriam as melhores, visto que se comenta haver “desvalorização profissional, desrespeito por parte da secretaria de educação” (MENDES, 2018, p.30), além de meses de atraso no pagamento dos salários.

Merece atenção o fato de que esses primeiros TILS tinham o perfil de professores bilíngues. Dias (2018, p. 84) explica que “dessa narrativa, entrecruzam-se duas identidades profissionais: a de professor e a de intérprete de Libras”. O que pode ter começado a mudar nos anos seguintes quando, segundo Santos (2018, p. 35, 36) “em 2001, com uma demanda bem maior que o número de intérpretes disponíveis, a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão efetuou pela primeira vez contrato de seis pessoas fluentes em Libras”. E, seguindo essa tendência, em 2003 a Secretaria Municipal de Educação de São Luís, contratou duas intérpretes para atuarem dentro da própria secretaria; e, em 2005, uma intérprete para atuar no ensino fundamental (SANTOS, 2018). Nota-se aqui a presença de TILS na área da educação, nenhum dos trabalhos descreve a contratação por parte de outras secretarias, órgãos ou empresas, nesse mesmo período.

Nos anos posteriores surge uma representatividade a favor do reconhecimento da figura do TILS, a Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Maranhão - APILMA, fundada em 2008. Dias (2018, p.87) relata que nos encontros promovidos pela entidade, as discussões giravam em torno de assuntos relativos ao “percurso histórico do intérprete de Libras no Maranhão, à tradução e interpretação e à relevância da organização política [...] temas acerca da atividade trabalhista”. Por meio desses encontros e das ações executadas a favor da melhora nas condições laborais dos TILS, a APILMA exerceu um papel preponderante na construção do *status* profissional que a classe desfruta no estado. Atualmente, a APILMA está inativa; em 2021, uma nova associação foi fundada, nomeada como Associação Maranhense dos Tradutores Intérpretes e Guias-intérpretes de Língua de Sinais/Português - AMATILS.

A contratação temporária por parte das secretarias municipais e estaduais de educação vigoraram como principal forma de admissão de TILS por muitos anos. Até que em 2008, a Secretaria Municipal de Educação de São Luís realizou o primeiro concurso público com vagas para cinco intérpretes, e um segundo concurso em 2016, com um total de 20 vagas. Em 2009 ocorreu o primeiro concurso público na rede estadual de ensino com 135 vagas disponibilizadas para TILS, que foram incluídos no grupo de Magistério, isto é, o cargo foi nomeado como Professor Intérprete de Libras. Em 2015 foi realizado um segundo concurso para o mesmo cargo. (SANTOS, 2018; LIMA, 2020).

Dessa forma, com a organização civil da classe, melhor visibilidade profissional e criação de cargos, o perfil dos TILS do Maranhão se tornou cada vez mais profissional. Com o tempo, o amadorismo deu espaço à profissionalização, os cargos temporários passaram a ser efetivos, o que garantiu estabilidade e a possibilidade de mais organização para a luta pelos direitos. Os TILS passaram a estar presentes em outros espaços, fora do contexto educacional, com a realização de concursos para a Assembleia Legislativa do Maranhão; a criação da Central de Intérpretes de Libras e a expansão das atividades do CAS, que providenciam acessibilidade aos surdos em diversos contextos; e com a contratação de TILS para conferências sobre diversos temas, e em eventos culturais.

Foi por observar essa virada gradativa, impulsionada por todos os acontecimentos listados até aqui, que se aplicou a pesquisa que gerou esse artigo, no sentido de atualizar o perfil dos TILS no Maranhão. A seção a seguir descreve os procedimentos metodológicos utilizados para essa inquirição.

4 METODOLOGIA

Essa é uma pesquisa do tipo básica e descritiva, que tem o objetivo de descrever as características atuais dos TILS no Maranhão (PRODANOV; FREITAS, 2013). As informações foram obtidas por meio de questionário elaborado na ferramenta online do *Google Forms*, e divulgado pelas redes sociais aos TILS do estado, ficando aberto a receber respostas pelo período de 60 dias, entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021.

As perguntas que compõem a pesquisa seguem o modelo aplicado por Santos (2020), que ao investigar a tradução audiovisual da

Libras no Brasil, traça um perfil dos TILS que têm experiências nesse campo. O que foi reproduzido neste estudo foram apenas as perguntas cujas respostas auxiliam a desenhar esse perfil formativo e profissional, que correspondem às seções 1 a 4 no questionário de Santos (2020). Algumas adaptações foram feitas com o intuito de aproximar as possíveis respostas à realidade do estado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo, 93 pessoas responderam ao questionário. Os respondentes estão espalhados em 17 municípios do estado, sendo essas: São Luís (43), Caxias (8), Imperatriz (8), São José de Ribamar (6), Paço do Lumiar (5), Santa Inês (4), Zé Doca (4), Bacabal (3), Coelho Neto (2), Santo Antônio dos Lopes (2), Alcântara (1), Balsas (1), Barreirinhas (1), Codó (1), Pindaré Mirim (1), Raposa (1), São Raimundo das Mangabeiras (1). Além da resposta de um participante residente em outro estado, mas atuante no Maranhão.

O estado tem 217 municípios, o que torna a amostra pouco expressiva frente à possível quantidade de TILS nas demais localidades. Note-se que somente no último concurso a nível estadual para a secretaria de educação, foram abertas 135 vagas para esse cargo; se considerarmos que já existiam profissionais concursados, professores exercendo essa função, e pessoas tanto concursadas como contratadas nas prefeituras, fica claro que há muito mais TILS no Maranhão do que os 93 respondentes. Assim, os números aqui não são conclusivos, mas podem nos levar a refletir sobre a realidade vivida por todos os TILS do estado.

As respostas foram tabuladas e são apresentadas e discutidas nas próximas três seções. A análise se divide em três campos: (i) Perfil,

(ii) Formação e, (iii) Atuação profissional. Fazemos uma comparação desse perfil com aquele do qual se tem registro nos estudos mencionados nas duas seções anteriores, fruto de pesquisa bibliográfica preliminar.

5.1 Perfil dos participantes

Os que participaram voluntariamente respondendo ao questionário online, foram, em sua maioria, mulheres (71,74%), os homens representaram 28,26% dos participantes. É uma tendência nacional a presença massiva de mulheres na profissão, Lacerda e Gurgel (2011) encontraram proporção similar ao pesquisar os TILS na esfera acadêmica. Mas pode ser que essa proporção seja em virtude do contexto de atuação mais comum, a educação - como será demonstrado à frente. Isso se percebe, por exemplo, nos dados de Santos (2020) que ao pesquisar os TILS no contexto político, obteve mais respondentes do sexo masculino (50,9% naquela pesquisa), e argumenta a que proporção de gênero já existente naquele cenário influencia a presença de menos TILS mulheres. Assim, é possível que, em geral, existam mais TILS mulheres porque a maioria dos TILS trabalham na educação.

A maioria dos respondentes é maranhense (91,40%), mas participantes de outros estados também responderam; 3 pessoas do Piauí (3,23%), e uma pessoa de cada um dos seguintes estados: Tocantins, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, representando 1,08% da amostra cada. Quando perguntados sobre onde residiam e onde trabalhavam, alguns revelaram não residir na sua cidade de trabalho, incluindo um participante que mora em outro estado, mas trabalha no Maranhão. Isso é possível devido à classificação profissional que

os TILS da rede estadual de educação têm, como professores, o que lhes dá direito a horas de planejamento que é convertido em uma redução da carga horária, ou “menos dias de trabalho” (DIAS, 2018).

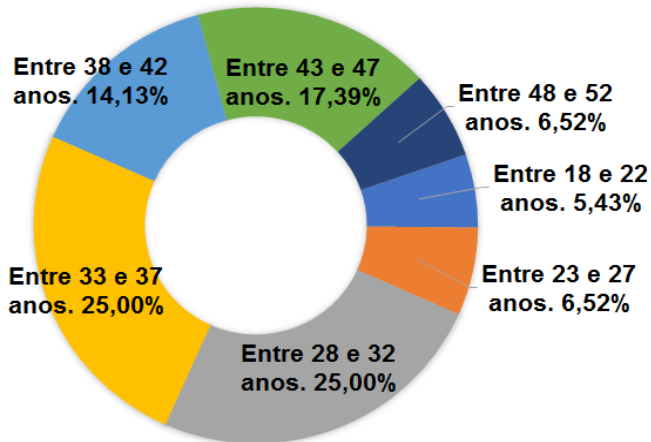
Essa foi uma conquista alcançada mediante luta das classes, principalmente pela APILMA, e garantiu melhores condições laborais do que as de antes de 2009, data do primeiro concurso do estado. Essas condições deixaram os TILS em uma posição confortável, possibilitando estabelecer moradia longe do local de trabalho. Lima (2020, p.50) relata que “em vez de estarem os dois presentes na sala, revezando o turno de interpretação de 20 em 20 minutos, os profissionais preferem revezar o dia, estando presente somente um intérprete a cada dia”; e reflete que assim não se atinge o objetivo principal do revezamento, que é a qualidade da interpretação e evitar lesões (AZEVEDO, 2018). Cabe a reflexão: seria a qualidade da interpretação o custo pago para a manutenção dessa situação, visto que significa a interpretação por horas sendo assumida por um único TILS?

Outras possibilidades tornam viável a diferença dos locais de moradia e trabalho, como o fato de se viver em regiões metropolitanas, caso da ilha de São Luís, que abrange quatro municípios. Enquanto somente 46,24% dos que responderam ao questionário afirmaram morar no município de São Luís, uma porcentagem maior 53,33% afirmou trabalhar no município, o que é perfeitamente possível devido à integração das cidades que compõem a ilha. É o mesmo caso da cidade de Timon, no leste do Maranhão, na divisa com o Piauí, que é unida à capital Teresina por duas pontes sobre o rio Parnaíba. Os moradores das duas cidades transitam diariamente

entre os dois estados, o que permite a um TILS morar no Piauí e trabalhar no Maranhão, e vice-versa.

Perguntamos, também, sobre a idade dos participantes, tanto a sua faixa etária ao responder ao questionário, quanto a sua idade de aquisição da Libras. Os resultados dessas perguntas estão nos gráficos abaixo apresentados. Primeiramente, o da faixa etária.

Gráfico 1 - Faixa etária dos participantes

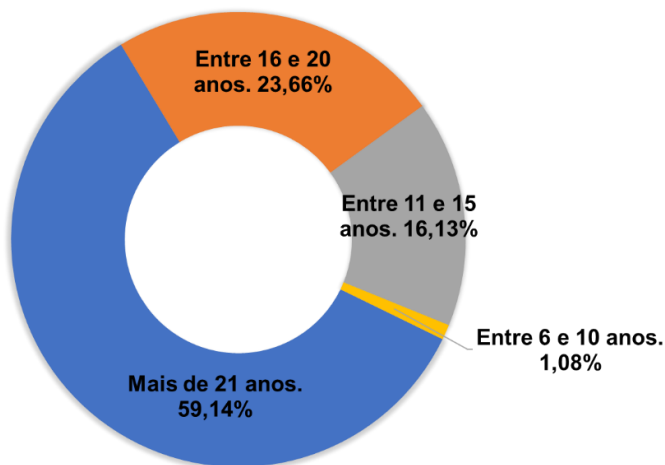


Fonte: O autor (2021)

Nota-se acima, que metade dos respondentes tem entre 28 e 37 anos (50% dos participantes), o que configura uma população jovem no mercado de trabalho atual. A faixa corresponde à mesma que também foi maioria na pesquisa de Aguiar (2018), que foca nos TILS que atuam no Ensino Médio em São Luís, na qual 60% dos respondentes tinham essa faixa etária; e ainda condiz com Santos (2020). Porém, há uma parcela significativa de pessoas com mais de 37 anos; se somadas, as faixas que vão de 38 a 52 anos representam 38,04% dos que responderam.

Sobre a idade de aquisição da Libras, os respondentes se dividiram como apresentado no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Faixa etária de aquisição da Libras



Fonte: O autor (2021)

Como se vê, 59,14% dos participantes adquiriram a Libras com mais de 21 anos, o que nos leva a concluir que essa aquisição se deu em um ambiente de instrução voltada para o ensino da língua, em alguma das instituições que oferecem o curso de Libras, sejam estatais, comunitárias ou privadas. 23,66% adquiriu entre os 16 e 20 anos, essa é uma idade comum em que jovens que frequentam grupos religiosos passam a integrar grupos de estudo, evangelização e interpretação de cultos e reuniões para a língua de sinais. Dos que adquiriram em idades menores, como os 16,13% que aprenderam entre os 11 e 15 anos, e o único participante que aprendeu entre 6

e 10 anos, acreditamos que o aprendizado ocorreu em contextos familiares, com parentes surdos que não necessariamente os pais; visto que nenhum participante se classificou como CODA¹.

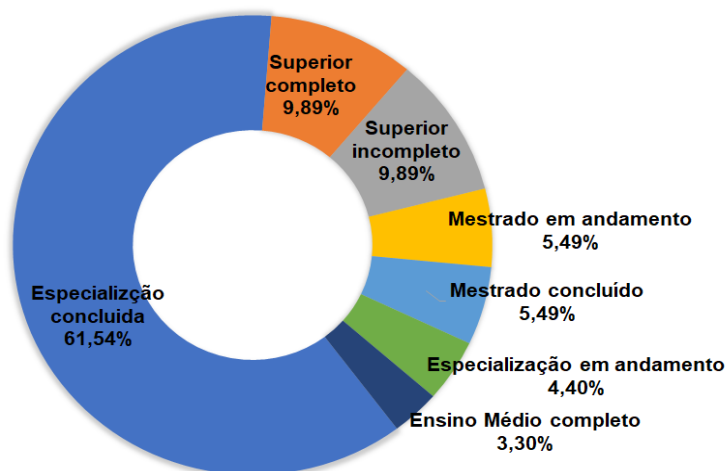
Assim, vemos que a maioria dos TILS participantes são mulheres, naturais do Maranhão, com idade entre 28 e 37 anos. Nem sempre residem no mesmo município em que trabalham, o que é possível por conta da dinâmica de trabalho praticada no estado, ou por causa da proximidade dos locais de residência e trabalho. E que adquiriram a Libras em contexto instrucional, na sua maioria. Napier e Goswell (2013) definem que o perfil dos intérpretes de línguas de sinais no Ocidente, entre outras características é de: mulher, jovem, aprendiz de segunda língua (sinalizante não nativo), coincidindo, portanto, com a maior parte da amostra que obtivemos nessa pesquisa. Dessa forma, somos levados a conclusão de que o perfil dos TILS no Maranhão segue o do Brasil e dos demais países ocidentais.

5.2 Formação dos TILS maranhenses

Para definir o perfil formativo dos TILS do Maranhão, perguntamos o grau de escolaridade que os participantes possuem, e que formação específica em interpretação eles já cursaram. O Gráfico 3 apresenta o resultado das respostas sobre o nível de escolaridade dos participantes.

¹ CODA é uma sigla em inglês que significa “*childrens of deaf adults*”, se refere às crianças filhas de pais surdos.

Gráfico 3 - Nível de escolaridade



Fonte: O autor (2021)

A maioria dos respondentes possuem especialização concluída, sendo num total de 61,54%; dados que confirmam os de Aguiar (2018, p.38), e, segundo a autora, esse fato “evidencia certa preocupação com a formação”. Como pode ser observado no gráfico, 10 dos participantes já concluíram ou estão com o mestrado em andamento; e 19,78% já concluíram ou estão cursando uma formação em nível superior. No geral, percebe-se uma formação em um bom nível, visto que a última legislação sobre o tema aprovada no Brasil, a Lei 13.146/2015, que promulgou o Estatuto da Pessoa com Deficiência, recomenda o Ensino Médio Completo acrescido do PRO-LIBRAS² para atuação na educação básica (SANTOS, 2020).

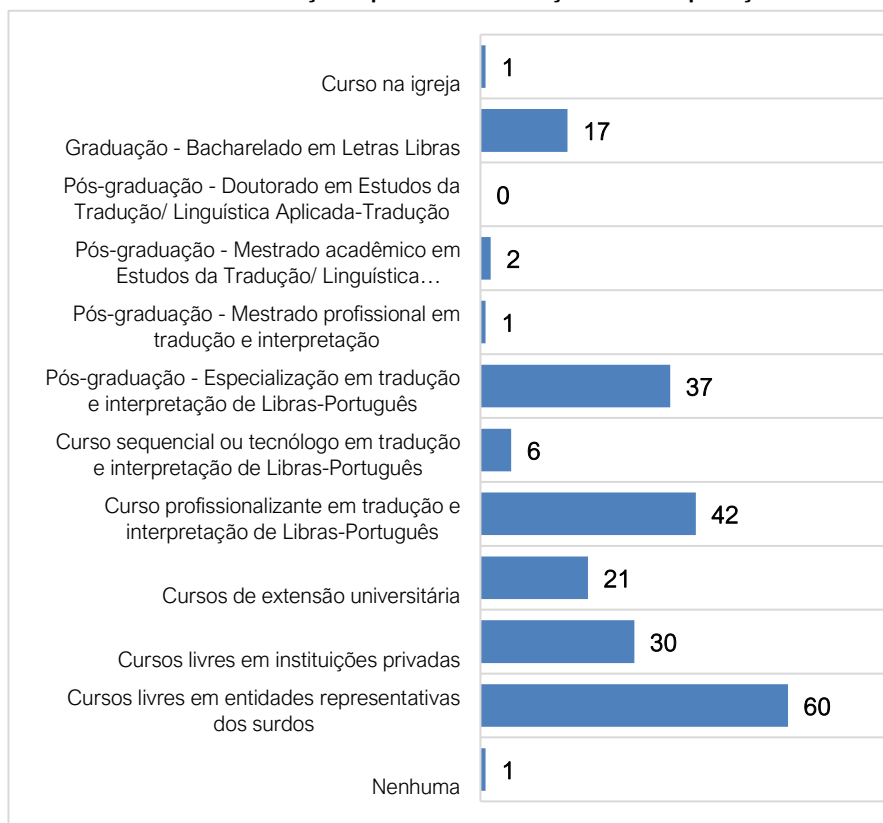
Napier e Goswell (2013), analisam que a maioria dos intérpretes de línguas de sinais no ocidente possuem formação superior,

² O PROLIBRAS, Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Libras, teve sua última aplicação no ano de 2015.

mas não necessariamente em interpretação. As autoras também pontuam que uma formação específica em tradução e interpretação não é requerida para registro em associações ou conselhos de classe nos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália. O Estatuto da Pessoa com Deficiência recomenda formação em nível superior prioritariamente em tradução e interpretação de Libras, para o caso de o TILS atuar em nível de graduação ou pós-graduação.

Perguntamos sobre a formação específica em tradução e interpretação, as respostas estão colocadas no Gráfico 4, abaixo:

Gráfico 4 - Formação específica em Tradução e/ou Interpretação



Fonte: O autor (2021)

A maioria dos participantes realizou cursos de formação promovidos por entidades representativas de surdos, nas quais se encaixam as associações de TILS ou de surdos, e os órgãos estatais criados em prol da qualificação dos profissionais da educação de surdos, como o CAS. Chama atenção que 42 pessoas afirmaram ter feito cursos profissionalizantes de tradução e interpretação, que não existem no estado; a explicação pode estar na oferta de cursos on-line, ou no entendimento de que os cursos que o CAS oferece sejam profissionalizantes. De toda forma, esses dados demonstram que essa instituição continua sendo muito relevante para a formação dos TILS no Maranhão, como já demonstrado por Mendes (2018), Santos (2018) e Lima (2020).

Somente 17 participantes possuem o curso de Bacharelado em Letras Libras, que é a formação em nível superior de cunho generalista mais voltada para a formação do TILS (RODRIGUES, 2018). Quatro respostas a essa pergunta foram desconsideradas, pois acrescentavam a formação em Licenciatura em Letras Libras como outra opção, mas o objetivo desse curso não é formar TILS. Embora constem conteúdos básicos de tradução e interpretação (afinal, é um curso de letras), o objetivo dele é formar professores. Mas, visto que, no estado, os TILS são enquadrados como professores, e ainda considerando que a Licenciatura em Letras Libras seja oferecida pela Universidade Federal do Maranhão e por instituições privadas, talvez seja relevante a incrementação dessa formação para tradução e interpretação. Isso pode ser realizado por meio de cursos de extensão ofertados pela universidade aos licenciandos; pela própria alteração do plano do curso, passando a ofertar disciplinas optativas

voltadas para a tradução/interpretação; ou pela criação de pós-graduações também para esse fim.

A pós-graduação para a formação do TILS também ganha destaque nessas respostas, que apontam para esse tipo de formação como um importante meio de se especializar, dada a não mais oferta do Bacharelado em Letras Libras no Maranhão. Isso reforça o dado anterior de que a maioria dos TILS que responderam ao questionário são especialistas. Uma investigação sobre a qualidade desse tipo de formação no estado, o seu currículo, o nível de competência tradutória/interpretativa de seus egressos, seria relevante para a busca de melhoria na formação dos TILS maranhenses.

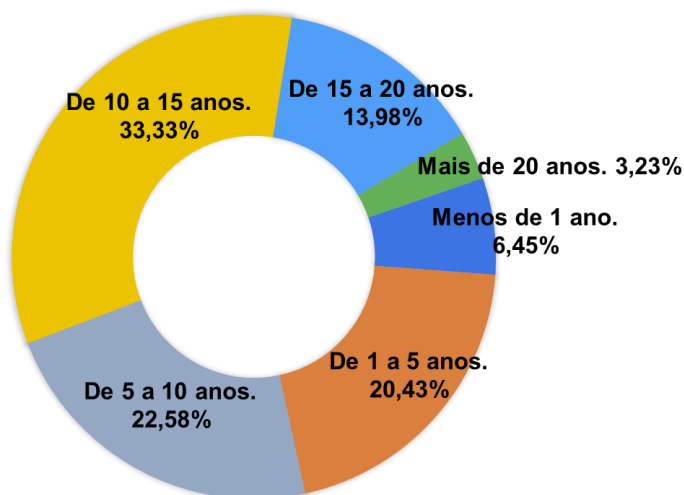
Assim, podemos entender que a formação dos TILS no Maranhão evoluiu muito. De um início onde o treinamento se resumia a aprender Libras e ter algumas dicas sobre como interpretar (MENDES, 2018), passamos a um nível de profissionalização que inclui o curso superior específico para formar TILS, especializações e cursos de formação continuada e aperfeiçoamento em vários âmbitos. Porém, com a ausência de um curso de Bacharelado em Letras Libras genuinamente maranhense, corremos o risco de um regresso na formação, o que acende um alerta para a necessidade da fundação de um curso superior desse tipo no Maranhão.

5.3 Atuação profissional dos TILS maranhenses

A fim de delinear o perfil profissional dos TILS maranhenses, buscamos entender a quanto tempo esses profissionais atuam na função, quais as formas de admissão, os contextos de atuação, a direcionalidade de atuação mais executada e a carga horária semanal

de trabalho. Primeiramente, perguntamos há quanto tempo os participantes já são profissionais TILS, as respostas estão resumidas no Gráfico 5, abaixo:

Gráfico 5 - Tempo de atuação como TILS



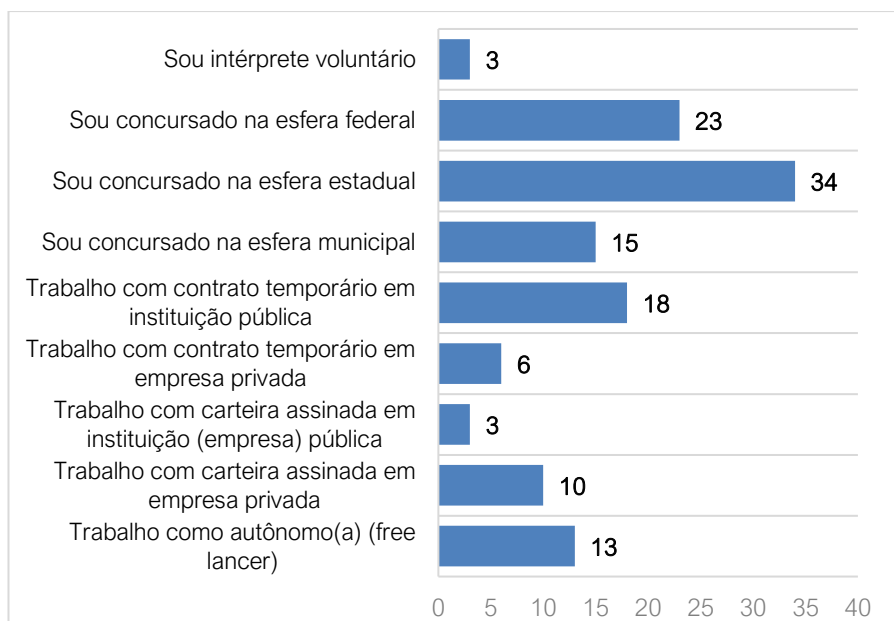
Fonte: O autor (2021)

A maior fatia do Gráfico 5 é dos que tem entre 10 e 15 anos de experiência, representando um terço dos entrevistados; a esse número seguem os que tem de 5 a 10 anos de experiência (22,58%), e os que tem de 1 a 5 anos de atuação (20,43%). Uma parcela pequena, 3,23% dos participantes, tem mais de 20 anos de atuação, o que nos leva a concluir que estão entre os primeiros do Maranhão a atuar profissionalmente como TILS, dado que a profissionalização se iniciou nos anos 90, conforme já demonstrado. 73,12% dos que responderam à pesquisa têm mais de 5 anos de atuação, o que aponta para um grupo profissional com bastante experiência. Por outro

lado, a presença de mais de um quarto dos entrevistados (26,88%) que têm entre 0 e 5 anos de atuação revela uma rotatividade e renovação da força de trabalho na área, o que implica a necessidade de constante oferta de formação.

Sobre as formas de admissão dos TILS, as respostas estão expostas no Gráfico 6, abaixo:

Gráfico 6 – Formas de admissão



Fonte: O autor (2021)

Como pode ser observado no Gráfico 6, a maioria dos respondentes tem uma relação de estabilidade com as instituições em que trabalham, sendo admitidos por meio de concurso. 34 respondentes são concursados da esfera estadual, a grande maioria, certamente, professores-intérpretes nomeados pelos concursos da Secretaria Es-

tadual de Educação realizados em 2009 e 2015. Além desses processos, o único da esfera estadual foi o da Assembleia Legislativa, em 2013, que resultou na nomeação de somente 4 TILS. A função de professor na qual o TILS se enquadra, tem outra implicação para as relações de trabalho: a possibilidade de acúmulo de função. Isso explica que o número da soma das respostas a essa pergunta seja maior do que o total de respondentes.

Mesmo com a admissão de grande número de profissionais por concurso, a constante demanda obriga o poder público em diversas esferas a contratar TILS, por isso, segundo o Gráfico 6, os contratados temporários em instituição pública são o terceiro maior grupo, 18 respostas. Diferentes dos admitidos em concurso público, os contratados, em alguns casos, põem em risco seu cargo caso busquem incisivamente seus direitos trabalhistas. Nesse sentido, é louvável que os membros da APILMA e os profissionais que atuaram no CAS como contratados no início dos anos 2000, sem estabilidade, tenham lutado para que hoje os TILS gozem dessas condições (DIAS, 2018).

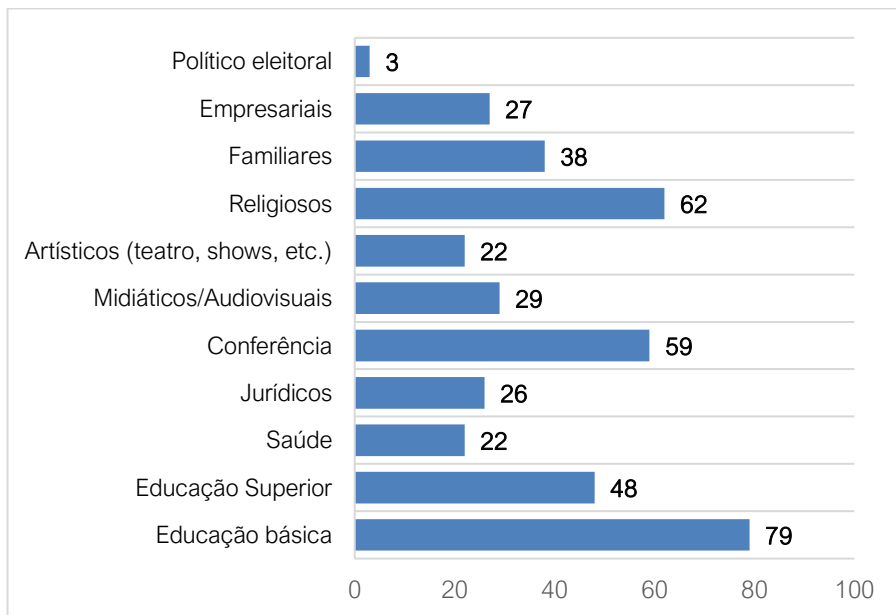
Chama atenção, a presença de 13 respostas na opção “Trabalho como autônomo”. É certo que o trabalho *free lancer* não elimina a possibilidade de atuação como contratado ou concursado em instituição pública ou privada, mas é importante pensar em como as contratações de profissionais autônomos se efetivam. No estado, ainda é muito comum a prática de contrato somente baseado na oralidade, sem registro formal, por escrito; isso fragiliza o trabalho do TILS, e, por isso, não são incomuns os relatos de não cumprimento de acordos de trabalho após eventos interpretados. Além

disso, são ações individuais, de pessoas físicas; ainda não conhecemos nenhuma iniciativa de criação de empresa particular para provimento de serviços de interpretação no Maranhão, a exemplo do que existe em outros estados.

A presença de 3 respondentes que afirmaram ser voluntários também chama atenção. Essas respostas foram inseridas utilizando a opção “Outro” do questionário, por meio da qual o participante poderia escrever a descrição que considerasse mais adequada. Dois dos que responderam ser voluntários inseriram a informação escrevendo “Voluntário TJ”, a sigla se refere ao grupo religioso das Testemunhas de Jeová. Assim, são profissionais que atuam em contexto religioso, o que pode indicar que a religião ainda é um caminho para ingresso na profissão, mesmo com a tendência de que os que iniciam a carreira de TILS o façam pelo caminho da formação institucionalizada (MARTINS; NASCIMENTO, 2015).

A interpretação em contexto religioso continua tendo um papel relevante, e sendo bem presente mesmo para os TILS que já atuam profissionalmente em outros contextos. Isso pode ser percebido ao analisar as respostas sobre o contexto de atuação, que estão resumidas no Gráfico 7:

Gráfico 7 - Contextos de atuação



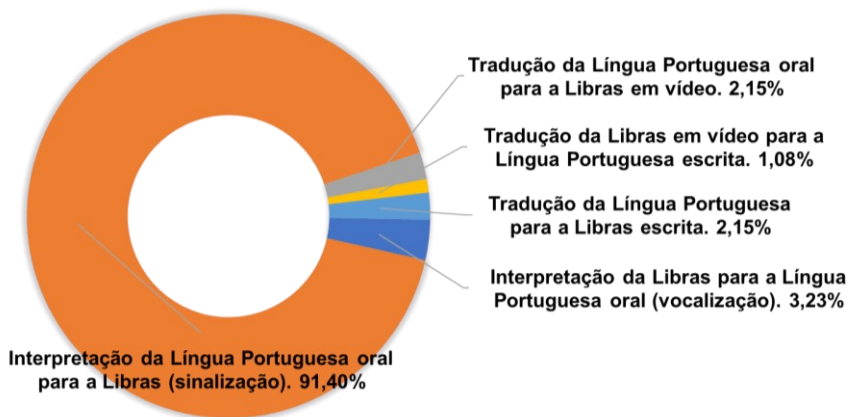
Fonte: O autor (2021)

Como esperado, seguindo a tendência nacional, a grande maioria dos participantes atuam na educação. Mas se destacam também os contextos de conferência, e religioso, como comentado. Contextos com características de interpretação comunitária, nos quais a comunicação é mais bilateral, tiveram números expressivos mediante a amostra; são os contextos de: saúde, jurídicos, familiares e empresariais. As características do processo de comunicação nesses âmbitos implicam em mudanças nos métodos de interpretação por parte do TILS, e isso, por sua vez, aponta para a necessidade de formação voltada para esses espaços, o que tem ganhado mais destaque nas discussões da área. (RODRIGUES; AGUIAR, 2018).

É importante definir o que são os contextos de atuação. Pöchhacker (2004, p.13) define “*settings*”, em termos simples, como o “contexto social de interação” onde o trabalho de interpretação é executado. Assim, falamos de um “*set*”, um lugar. Essa definição pode ser confundida com o tipo de texto com o qual se lida na interpretação, e foi o que se percebeu em algumas respostas sobre o contexto de atuação. Por exemplo, alguns participantes utilizaram a opção “Outro” e acrescentaram a opção “*live*”, se referindo às apresentações musicais veiculadas pela internet. *Live* é um tipo de evento, mas não entendemos como um contexto de atuação, e por isso essas respostas foram relocadas no contexto “midiático/audio-visual”, visto que é o ambiente, o fato de ser filmado e transmitido, que vai alterar a metodologia de organização do trabalho, e não necessariamente o tipo de texto.

Sobre a direcionalidade de interpretação mais praticada, os TILS participantes responderam conforme o Gráfico 8, abaixo:

Gráfico 8 - Direção de interpretação mais comum



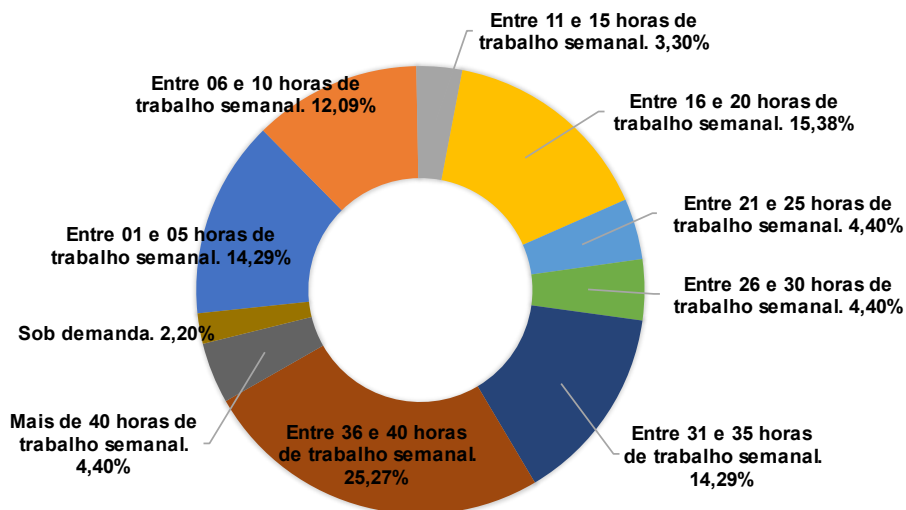
Fonte: O autor (2021)

É muito discrepante a proporção da interpretação na direção Língua Portuguesa oral para Libras sinalizada em relação às demais possibilidades de atuação. As atividades de tradução, em qualquer direção, que possibilitam o registro da língua em forma escrita ou em vídeo, tiveram registros pouco expressivos entre as respostas, se somados, serviços de tradução somaram 5,38% das respostas. Isso pode ser um indicativo de que as instituições que contam com TILS no estado ainda investem pouco na produção de materiais que sirvam de apoio à educação bilíngue, ou no oferecimento de acesso à informação em Libras para surdos sem a presença física do TILS. Ao invés disso, a presença da Libras continua pautada em situações de comunicação com características efêmeras.

A interpretação na direção Libras para Língua Portuguesa também teve pouca expressividade nas respostas, 3,23%. Isso contraria a tendência de que os intérpretes realizem a interpretação de uma língua B (língua ativa de proficiência profissional) ou C (língua passiva) para sua língua A (nativa), também conhecida como interpretação direta (PÖCHHACKER, 2004). Não é isso o que vemos nas respostas, que confirmam a maior ocorrência de interpretação inversa, de língua B para A, tendo em vista que a maioria dos TILS são ouvintes que adquiriram a Libras como segunda língua.

A última questão a ser analisada sobre o exercício da profissão dos TILS no Maranhão trata da carga horária semanal de trabalho. As respostas estão resumidas no Gráfico 9, abaixo:

Gráfico 9 - Carga horária de trabalho semanal



Fonte: O autor (2021)

As maiores fatias do Gráfico 9 representam as respostas que informam o trabalho entre 36 e 40 horas (25,27%), e 16 e 20 horas (15,38%). Essas porcentagens refletem bem as horas atribuídas pelos contratos e editais de concurso nos âmbitos em que mais ocorre a admissão de TILS, a educação; a função é exercida com carga horária de 20 ou 40 horas semanais. No entanto, devido à característica já mencionada, do enquadramento como professor, é possível que haja confusão na contagem das horas de trabalho. O professor – portanto, também o TILS – tem direito a horas de planejamento (DIAS, 2018), então é possível que alguns tenham contabilizado as horas que são trabalhadas em sala, e não as de planejamento, que são consideradas descanso por alguns.

Além disso, Dias (2018) esclarece que no âmbito federal, cada instituição do estado tem sua própria dinâmica de trabalho, o que

em parte explicaria a distribuição do gráfico. Outra explicação para esse fenômeno, seria a possibilidade de acúmulo de função, como professor. Isso permite ao TILS assumir mais de um posto de trabalho, como concursado em uma instituição, e como contratado em outra. Secretaria Estadual de Educação oferece também um contrato adicional aos profissionais, uma forma de atender às demandas sem precisar contratar novos funcionários. Assim, um profissional pode assumir duas matrículas no mesmo local, aumentando suas horas de trabalho de 20 para 40, ou de 40 para 60, o que explicaria a existência de pessoas com mais de 40 horas de trabalho semanal nas respostas.

Após a análise das respostas apresentadas acima, podemos concluir que os TILS no Maranhão são, em sua maioria, profissionais com experiência maior do que 5 anos, concursados em alguma das esferas de poder, atuantes principalmente na área da educação, e que interpretam principalmente na direção Língua Portuguesa para Libras. Quanto às horas de trabalho, os resultados apresentaram uma segmentação bem variada de cargas horárias, mas, na maioria, os TILS trabalham o especificado nas admissões mais frequentes: 20 ou 40 horas semanais.

A mudança nesse perfil está principalmente na experiência adquirida ao longo dos anos, visto que os primeiros TILS de que se tem registro no Maranhão, eram amadores vindo do âmbito religioso e recém apresentados à interpretação educacional. A estabilidade profissional alcançada pelos concursos também é marcante, visto que eliminou o ambiente de instabilidade que os TILS se encontraram até o final da década de 2000, marcado pela carga horária

abusiva; isso deu acesso a vários direitos, o que incluiu o controle de horas trabalhadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início da atuação dos TILS no estado do Maranhão seguiu os padrões observados no Brasil, e no mundo, com respeito à interpretação de línguas de sinais. Começou com pessoas interessadas em de alguma forma ajudar os surdos, e ganhou força no âmbito religioso; com experiência adquirida nesse meio, essas pessoas passaram a atuar profissionalmente, principalmente no contexto educacional. A formação era incipiente e se concentrava em estudos da língua, e as condições de trabalho não eram favoráveis. Vários acontecimentos a nível nacional e estadual impulsionaram uma mudança no perfil formativo e profissional dos TILS no Maranhão.

Atualmente, no estado, os TILS são principalmente mulheres, maranhenses, com idade entre 28 e 37 anos, com especialização concluída. A formação para os TILS no estado se dá principalmente por meio de cursos livres em instituições representativas dos surdos. O perfil profissional é, na sua maioria, de profissionais concursados principalmente na área da educação, atuando 20 ou 40 horas semanais, interpretando mais na direção Libras para Língua Portuguesa.

As respostas obtidas nessa pesquisa apontam para algumas necessidades que precisam ser atendidas no estado, como a importância de manter uma formação em nível superior para os TILS que forme profissionais para o mercado de trabalho, um curso de Bacharelado em Letras Libras. É importante também que seja fomentada a presença de TILS em mais contextos, visto que alguns âmbitos importantes para o exercício da cidadania, como o jurídico, o

de saúde, o empresarial e os artísticos, têm números tímidos em comparação com outros. E necessitamos também do estímulo de produções de registro da Libras, como traduções escritas ou em vídeo. Almejamos que essa pesquisa possa servir de base para demais investigações dos aspectos tratados aqui em âmbito estadual, e de estímulo a ações que visem a melhoria das condições de formação e trabalho dos TILS.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lorena B. V. **Conhecimentos, Capacidades e Habilidades Requeridas dos Intérpretes Educacionais em Atuação no Ensino Médio em São Luís - MA**: percepções sobre a prática interpretativa educacional. São Luís, 2018. 80 p. Monografia (Bacharelado em Letras-Libras) Universidade Federal de Santa Catarina.

AZEVEDO, Lícia M. C. **Saúde Ocupacional e Ergonomia na atuação do Tradutor Intérprete de Libras**. São Luís, 2018. 52 p. Monografia (Bacharelado em Letras-Libras) Universidade Federal de Santa Catarina.

DIAS, Walquiria P. S. **O tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa em espaços educacionais no Maranhão**: uma análise discursiva de editais de concursos. *Revista Investigações*. v. 31, n° 2, Dez. 2018. Pp. 318-338.

LACERDA, Cristina B. F. A.; GURGEL, Taís M. A. **Perfil de Tradutores-Intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil**, *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.17, n°3, Set.-dez. 2011. Pp. 481-496.

LIMA, Francisco R. S. **A Prática Educacional dos TILS da Região do Pindaré/Maranhão**. São Luís, 2020. 62 p. Monografia (Bacharelado em Letras-Libras) Universidade Federal de Santa Catarina.

MARTINS, Vanessa R. O.; NASCIMENTO, Vinicius. **Da formação comunitária à formação universitária (e vice e versa)**: novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro. *Caderno de Tradução*, Florianópolis, v. 35, n° especial 2, p. 78-112, jul-dez, 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/2296/showToc>>. Acesso em: 15 dez 2020.

MENDES, Maria R. A. S. **O Intérprete de Libras**: Trajetória e profissionalização em São Luís do Maranhão. São Luís, 2018. 95 p. Monografia (Bacharelado em Letras-Libras) Universidade Federal de Santa Catarina.

NAPIER, Jemina; GOSWELL, Della. Signed Language Interpreting Profession. In: CHAPELLE, C. A. (editor). **The Encyclopedia of Applied Linguistics**. United Kingdom: Blackwell Publishing, 2013. Pp. 1-7.

PÖCHHACKER, Franz. **Introducing Interpreting Studies**. New York: Routledge, 2004.

QUADROS, Ronice M. **O tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Especial, Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC e SEESP, 2004.

QUIXABA, Maria N. O. O ensino da Língua de Sinais Brasileira como possibilidade de inclusão sócio-político-cultural das pessoas surdas no sistema público estadual de ensino de São Luís – MA. In: III SEMINÁRIO LINGUAGEM E IDENTIDADES: múltiplos olhares, 2011, São Luis. **Anais**. Disponível em: <http://www.linguagemidentidades.ufma.br/publicacoes/pdf/Artigo%20Maria%20Nilza.pdf> . Acesso em: 15 set. 2020.

QUIXABA, Maria N. O.; SANTAROSA, Lucila M. C. Os sinais maranhenses da comunidade surda e ambiente digital. **Ensino & Multidisciplinaridade**, São Luís, v. 1, n. 1, jan.-jun. 2015. Pp. 7-28. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/ens-multidisciplinaridade/article/view/3889> . Acesso em 15 abr. 2021.

RODRIGUES, Carlos H. Formação de intérpretes e tradutores de língua de sinais nas universidades federais brasileiras: constatações, desafios e propostas para o desenho curricular. **Translatio**. Porto Alegre, n. 15, junho de 2018. Pp.197 – 222.

RODRIGUES, Carlos H.; SANTOS, Silvana A. A interpretação e a tradução de/para línguas de sinais: contextos de serviços públicos e suas demandas. **Tradução em Revista (online)**, v. 24, p. 1-29, 2018. Disponível em: <

<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34535/34535.PDF>> Acesso em 13 abr 2021.

SANTOS, Janaína T. **O perfil profissional e formativo dos intérpretes educacionais de Libras – Português que atuam no Ensino Fundamental em São Luís, MA.** São Luís, 2018. 82 p. Monografia (Bacharelado em Letras-Libras) Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTOS, Warley M. **A tradução português-Libras em debates políticos televisionados no Brasil:** intermodalidade e competência interpretativa. Florianópolis, 2020. 164 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUSA, Danielle V. C. Interpretação Libras/Português: uma análise da atuação dos tradutores-intérpretes de Libras de São Luís. **Revista Littera**, v. 1, n, 1, jan-jul, 2010. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/108>. Acesso em: 28 dez. 2016.

A FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS/ LÍNGUA PORTUGUÊSA: (RE)PRODUÇÕES DISCURSIVAS E PRÁTICAS SOCIAIS

Walquíria Pereira Silva Dias
Ilza do Socorro Galvão Cutrim

1 INTRODUÇÃO

O movimento discursivo sobre inclusão/exclusão³ tem sido alimentado, historicamente, por um conjunto heterogêneo de elementos, do qual faz parte a organização de uma legislação. No que concerne às pessoas surdas, as práticas inclusivas convergem para uma acessibilidade firmada no direito linguístico e comunicativo por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A partir da década de 2000, com uma legislação específica e com a presença gradual de surdos em diversos espaços sociais, consequência de movimentos de reivindicações, o interesse pela temática ampliou-se no ambiente

³ Perspectiva defendida por Veiga-Neto e Lopes (2011), em que inclusão e exclusão são mútuas. Portanto, ao discutir sobre inclusão, acionamos reflexões sobre o processo de exclusão social a que foram/são expostos grupos minoritários.

acadêmico, a partir de diferentes campos teóricos, dentre eles os Estudos da Tradução e da Interpretação. Um ponto de interesse dessa área é a formação profissional dos que atuam na área.

Nessa direção, este artigo concentra-se na formação do tradutor e intérprete de Libras/Língua portuguesa (TILSP⁴), tendo como ponto de partida a legislação. Afirmamos que se trata de um debate bastante recorrente, porém ainda necessário, uma vez que as práticas sociais tendem a mudanças à medida que as práticas discursivas ganham força. Por isso, abordar a formação profissional e as exigências legais, trazendo os avanços e pontuando os entraves, contribui para a discussão em prol de melhorias profissionais para a categoria, pensando na formação acadêmica em consonância com as demandas do mercado de trabalho.

A atuação do TILSP é caracterizada por um processo histórico marcado por línguas, discursos, sujeitos e experiências, uma dinâmica fortemente assinalada por relações de saber-poder (DIAS, 2018). Nessa direção, em nossas análises, consideramos uma rede de discursos que é tecida entre os saberes jurídico, educacional, do campo da tradução e da interpretação e empírico. Guiamo-nos, assim, pelo seguinte questionamento: considerando as conjunturas sociais e históricas, assim como as peculiaridades inerentes aos contextos de atuação e à prática tradutória e interpretativa, como a for-

⁴ Em pesquisa anterior, a qual originou este artigo, abreviamos para TILP, intuindo deixar marcado o par linguístico Libras e Língua Portuguesa, reconhecendo, porém, que a sigla mais usual seria TILSP. Nesta produção, optamos por utilizar TILSP, ainda fazendo referência à realidade dos tradutores e intérpretes de Libras. Além disso, como pontuado por Rodrigues e Santos (2018), tradutor e intérprete possui demandas e atuações distintas. Aqui, englobamos as duas áreas, com breves ponderações sobre o assunto.

mação do TILSP, segundo a perspectiva da legislação, reverbera discursos e práticas não discursivas que alicerçam a profissionalização desse sujeito?

Nosso objetivo é analisar (re)produções discursivas presentes na legislação e as relações com práticas institucionais em torno da atuação do TILSP, problematizando o quesito da formação acadêmica. Nossa abordagem é qualitativa e possui como corpus de análise recortes do Decreto nº 5.626/2005, da Lei nº 12.319/2010 e da Lei nº 13.146/2015, referentes à formação do TILSP, tendo como aporte teórico e metodológico⁵ a Análise do Discurso francesa (AD) e as contribuições conceituais de Michel Foucault. Também sustentam nossos escritos produções acadêmicas específicas da área de tradução e interpretação de Libras, como Russo (2009), Lacerda (2010), Martins e Nascimento (2015), Nascimento (2016), Rodrigues e Santos (2018) e Dias (2018).

Com as análises empreendidas nesse artigo, buscamos somar às discussões já existentes sobre a formação de tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa, compreendendo esse aspecto como um fator relevante para a efetivação qualitativa da acessibilidade, uma reflexão também bastante profícua ao campo dos Estudos da Tradução e da Interpretação. Para tanto, trilhamos um caminho que engloba os discursos e as práticas sociais, tomando a legislação como uma das ferramentas que sustentam essas práticas, uma reflexão ainda necessária no processo formativo do TILSP.

⁵ Metodologicamente, buscamos empreender uma análise arqueogenealógica (conceito foucaultiano), na qual as condições de emergência, a história e as dinâmicas sociais são elementos centrais. Além disso, a categoria conceitual biopoder também foi ativada para compreendermos os discursos e as práticas sociais que norteiam as discussões sobre a formação do TILSP. Dessa maneira, a partir do trajeto temático da formação, focamos na análise discursiva das materialidades linguísticas presentes nos documentos legais citados como parte do corpus.

2 O ENTRE LUGAR DO TILSP E OS REFLEXOS NA FORMAÇÃO

Na perspectiva dos estudos da AD francesa, os discursos são produzidos a partir de aspectos históricos, gerando efeitos de sentido distintos conforme as condições de produção. Portanto, eles associam-se às transformações sociais e políticas (FERNANDES, 2008). A ideia de discurso presente em nossas análises dialoga com a concepção foucaultiana, segundo a qual o discurso traduz-se em uma prática. As práticas discursivas põem em circulação dizeres segundo uma ordem instituída social e historicamente (FOUCAULT, 2014). Nesse sentido, os documentos oficiais são materialidades que contêm enunciados produzidos a partir de determinada ordem discursiva, institucionalizando saberes.

Os enunciados, para Foucault (2014), são inscritos na história e representam a materialização das práticas discursivas e das práticas não discursivas. Quanto ao nosso caminho temático, importa-nos analisar especificamente os enunciados que abordam (ou silenciam) a formação do TILSP na legislação, ou seja, quem pode ocupar o lugar desse sujeito, segundo os documentos e que discussões podem ser geradas no âmbito das políticas institucionais e da conjuntura do mercado de trabalho.

Quando trilhamos o caminho das práticas discursivas e não discursivas, acessamos outra categoria conceitual apresentada por Foucault (2017): o dispositivo. Segundo o autor, trata-se de uma ferramenta de poder diretamente ligada às regras sociais. Deleuze (1996), ao ler Foucault, caracteriza os dispositivos a partir de uma (in)visibilidade e de uma enunciabilidade, destacando que eles são permeados de poderes e estratégias de controle. Assim sendo, en-

tendemos os documentos jurídicos como um dispositivo que estabelece uma regulação social e objetiva o sujeito TILSP, determinando regras sobre a formação e os espaços a ocupar.

No Brasil, até os anos 2000, não havia documentos regulamentadores direcionados especificamente ao surdos. As discussões sobre acessibilidade dessa clientela fundamentavam-se nos documentos que amparam todas as pessoas com deficiência, a partir do discurso de inclusão/exclusão pensado para as minorias. Documentos como a Declaração de Salamanca (1994), a Declaração Mundial de Educação para Todos (1998) e a própria Constituição Brasileira (1988), dentre outros, contribuíram para legitimar, em uma ordem política mundial, a Educação Especial como um dos alvos das políticas públicas inclusivas, tendo em vista as discussões sobre o processo histórico de exclusão dos grupos sociais menos favorecidos (DIAS, 2018).

Voltando nosso olhar às pessoas surdas, em 24 de abril 2002, foi promulgada a Lei nº 10.436, representando um marco de valorização da Libras como meio de comunicação e, portanto, acessibilidade linguística aos surdos. Esse acontecimento histórico contribuiu para a emergência do TILSP, uma vez que essa acessibilidade dá-se via tradução e/ou interpretação. No entanto, a referida Lei não faz referência explícita a esse profissional.

A atuação do TILSP, até então, era permitida a quaisquer pessoas que tivessem conhecimento da língua de sinais, portanto sem uma formação específica. O documento pioneiro em “organizar a casa” e elencar critérios para o exercício da profissão foi o Decreto nº 5.626/2005, que exerceu um poder disciplinar sobre um corpo social que ganhou espaço, gradativamente, a partir do discurso de

inclusão e das políticas linguísticas em prol da comunidade surda. Dito de outro modo, a legislação atua conforme um biopoder (FOUCAULT, 2017), uma ação política de gerir a vida em sociedade, a partir de práticas sociais de controle, modificadas conforme o tipo de sociedade que as adotam. A norma atua, assim, como ferramenta da biopolítica, com uma função reguladora. Em seus escritos, Foucault (1999) direciona sua atenção para os aspectos biológicos da vida humana, mas abrange os problemas econômicos e políticos que interferem na vida como alvos do controle da biopolítica.

Se pudéssemos chamar “bio-história” as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de “biopolítica” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana [...]. (FOUCAULT, 2017, p. 154)

Carvalho e Costa (2017) afirmam que as ideias foucaultianas sobre o biopoder perpassam pela concepção de corpo político para a ordem capitalista, a partir de uma força de trabalho. Assim, quando refletimos sobre uma biopolítica atuante na legislação que regula a formação do TILSP, apontamos aspectos sociais e históricos do campo de saber da surdez que embasam o processo de profissionalização desse sujeito e as práticas governamentais, políticas, econômicas, jurídicas que o transformam em uma força de trabalho. Isso se dá no campo da língua, da história, da inclusão/exclusão, das políticas educacionais, das políticas linguísticas, das experiências, considerando o serviço da tradução e a interpretação como oriundo dessa conjuntura. Conforme Santos e Francisco (2018, p.

2940), pensamos ser o lugar do TILSP assinalado por um “[...] movimento de fluidez, de constante movimento, de deslocamento, de ocupar o *entre – lugar* tão presente nas fronteiras culturais”.

Por isso, afirmamos que o *entre - lugar* ocupado pelo sujeito TILSP edifica-se em meio às políticas, às pesquisas e às práticas sociais e inclusivas. Entender esse lugar não se limita à compreensão da prática tradutória, nem a habilidades e a competências puramente linguísticas, mas à compreensão da teia histórico-discursiva que compõe todos esses aspectos. A própria nomenclatura induz questões específicas: tradução e interpretação. Vale uma breve caracterização dos dois campos de atuação, diferenciando-os: “[...] (i) o caráter do texto fonte: concluído e registrado *versus* em fluxo e transitório; (ii) a condição de trabalho: menos dependente do contexto e sem a obrigatoriedade de contato com o público *versus* totalmente dependente do contexto e com a necessidade de contato com o público; e (iii) o registro do produto: automático e duradouro *versus* não automático e efêmero” (RODRIGUES; SANTOS, 2018, p. 3). Como bem destacam os autores, essas descrições não esgotam a diferenciação entre tradução e interpretação. Além disso, possuem demandas, competências e habilidades distintas, por vezes complementares, fatores que suscitam uma formação acadêmica.

Outro aspecto pontuado por Rodrigues e Santos (2018) diz respeito aos contextos de atuação do TILSP. Os autores descrevem diferentes setores e demandas, o que implica uma gama de conhecimentos para além das línguas envolvidas, englobando, inclusive, as relações de poder que atravessam esses espaços. No que concerne à área educacional, por exemplo, isso se dá nas atividades didático-

pedagógicas, o que nos leva a reflexões sobre a formação desse profissional para atuar com as demandas que esse contexto exige. Lacerda (2010) e Gesser (2015) afirmam que saber interpretar de uma língua para outra não é o suficiente para atuar nas instituições educacionais: é necessário agregar saberes específicos ao campo pedagógico, haja vista que acessibilidade não se encontra unicamente no elemento linguístico.

[...] todos os esforços empreendidos em prol do aluno surdo devem considerar o seu nível linguístico e a modalidade da língua de sinais, que é visual. No âmbito educacional, ressaltamos ainda as relações de poder entre professor e intérprete, ou seja, são dois profissionais que atuam no mesmo espaço e que precisam trabalhar em conjunto em prol dos alunos surdos, mas que, muitas vezes, essa interação não ocorre. Tudo isso afasta-se do simples ato tradutório/intérprete, corroborando a ideia que o intérprete educacional necessita na sua formação de conhecimentos e habilidades linguísticos como também psicopedagógicos [...]. (DIAS, 2018, p. 74)

Assim, a formação do TILSP é pensada a partir do dispositivo linguístico, que induz considerarmos as singularidades da tradução e da interpretação, as quais, no âmbito educacional, também possuem demandas e funções diferenciadas, portanto, podemos falar de tradutores educacionais e intérpretes educacionais. No entanto, o que observamos é um silenciamento dessa diferenciação e práticas institucionais que convergem as duas funções para o mesmo cargo.

No que diz respeito aos outros contextos de atuação, as demandas vão se diferenciando, com menos ou mais intensidade, seja para a interpretação, seja para a tradução, exigindo conhecimentos específicos e segundo regras sociais distintas. Consoante Rodrigues e Santos (2018), todos esses fatores fazem da formação do TILSP um

elemento central na qualidade do serviço oferecido, o que nos leva, mais uma vez, à prática discursiva da necessidade de uma formação acadêmica.

O Decreto nº 5.626/2005 reproduz essa prática discursiva, fazendo referência à tradução e à interpretação, mas deixou opcional a formação de nível médio com cursos na área (condição não mais válida, uma vez que o prazo de dez anos estipulado pelo documento já foi superado). No artigo 21, referente ao capítulo da formação do TILSP, a atuação desse profissional direciona-se para instituições de ensino. Em capítulos posteriores (VI, VII, VIII), os direitos à educação, à saúde e aos serviços públicos são legitimados, mas não há menção específica à atuação de TILSP nesses espaços. Esse enunciado justifica-se pelas condições de emergência do documento: uma ordem social em que o contexto educacional possuía a maior demanda e presença de TILSP.

Na contemporaneidade, vemos uma ruptura discursiva, como afirma Martins e Nascimento (2015), em que vivenciamos a expansão das línguas de sinais para outras esferas, portanto, uma maior visibilidade e a necessidade de normas orientadoras da prática do TILSP. O dispositivo jurídico absorveu essa transformação e identificamos alterações na redação do Decreto nº 5.626/2005, instituídas pelo Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018, no qual aparecem enunciados que respondem às novas possibilidades trabalhistas, como a interpretação remota, por meio de um atendimento online. Além disso, o Decreto nº 9.656/2018 legitima o controle e a avaliação dos serviços por parte dos usuários, uma relação de saber-poder passível de geração de novas normas, a partir de focos de ex-

periências (FOUCAULT, 2010). Na acepção foucaultiana, as experiências determinam normas a partir de discursos e produção de saberes.

A surdez é um bom exemplo de “foco de experiência”, quando a aparição de intérpretes e tradutores de língua de sinais só se faz em determinado momento histórico, emergindo colado a uma nova discursividade. É quando o campo ganha novos contornos, para além da visão clínica, numa discursividade antropológica e linguística. (MARTINS; NASCIMENTO, 2015, p. 81)

Em uma concepção discursiva, são considerados os aspectos sócio-históricos que refletiram/refletem movimentos de luta em prol dos surdos, com base em um discurso de inclusão/exclusão eivado por relações de poder. Nessa concepção, a legislação emerge como instrumento de legitimação de vozes (ou silenciamentos), isto é, vivências que, historicamente, foram/são ouvidas (ou silenciadas) e transformadas em políticas. Dessa dinâmica fazem parte as discussões sobre a formação do TILSP, um entre-lugar que emergiu de experiências para ser pensada no âmbito profissional.

3 O SABER EMPÍRICO INSTITUCIONALIZADO

Sobre a formação do intérprete de Libras/Língua portuguesa, Nascimento (2016) apresenta cinco momentos históricos: um fazer comunitário assinalado por um vínculo afetivo; o momento das políticas linguísticas, no qual ter um intérprete à disposição sem competência era mais importante do que a qualidade do serviço prestado, tendo como dispositivo de controle o exame de proficiência em Libras (PROLIBRAS); o saber acadêmico constituído pela for-

mação, pelo status profissional e crescimento das pesquisas; o reconhecimento legal e a expansão do campo de trabalho, possibilitando a atuação em diversas áreas, com destaque para o contexto educacional; e a implantação de programas governamentais para aqueles que têm prática e para os novos interessados.

Até a década de 1990, não havia uma concepção profissional sobre a função. O saber empírico regia a atuação, constituída nos moldes do voluntariado, a partir de uma concepção humanitária. As primeiras atuações dos TILSP⁶ ocorreram nos espaços religiosos com a evangelização de surdos. Além disso, em outros espaços sociais, a mediação comunicativa se dava por amigos e/ou familiares que sabiam língua de sinais. Com as políticas de acessibilidade a partir da Língua Brasileira de Sinais, o TILSP passou a ser subjetivado como profissional (RUSSO, 2009). Ações voltadas para a formação puderam ser observadas nas iniciativas da Federação Nacional de Educação e Integração dos surdos (FENEIS), órgão de papel relevante nas lutas em defesa pelos surdos no Brasil e, como parte disso, na profissionalização da atividade de tradução e interpretação de Libras no Brasil (LACERDA, 2010; MARTINS; NASCIMENTO, 2015).

Em termos de legislação, o Decreto nº 5.296/2004, que veio regulamentar a Lei de Acessibilidade nº 10.098/2000, determina em seus enunciados a necessidade de que o TILSP fosse qualificado, mas não traz regulamentações contundentes sobre a formação necessária para atuação na área. Nesse contexto, em 2005, o Decreto nº 5.626 surgiu como dispositivo regulamentador da formação

⁶ Lembrando que ainda não havia uma nomenclatura definida e a atuação se dava no campo da interpretação.

desse profissional. Dessa discussão, ativamos a teia histórica, na qual os saberes empíricos têm papel central. Dito de outro modo, o referido documento representa um acontecimento histórico e discursivo, pois validou discursos dos movimentos de reivindicações pela valorização dos direitos dos surdos e dos profissionais atuantes na área. Observamos, desse modo, uma convergência de discursos presentes na legislação em prol das pessoas com deficiência e validação dos saberes práticos. É necessário lembrar, no entanto, que esse movimento discursivo, ainda que tenha forças em uma sociedade que se denomina inclusiva, não gerou mudanças imediatas, inclusive com relação à formação do TILSP, tema em constante discussão.

Com o Decreto nº 5.626/2005, o saber prático passou a ser institucionalizado, normalizado, e o sujeito TILSP deve se alinhar a essa nova norma, tendo como dispositivo central a titulação acadêmica. Vemos, assim, o exercício de uma biopolítica diante de um corpo social até então sem regras para atuar e, também, um processo de valorização profissional que ganha *status* a partir de uma formação superior, acentuando o discurso de uma qualificação para a função.

Um fator que observamos é a responsabilidade da capacitação, atribuída à instituição representativa do campo de saber da educação, o Ministério da Educação (MEC), às demais esferas públicas (municipais e estaduais) e às organizações sociais e civis. O dispositivo jurídico alinha-se aos interesses políticos, outorgando poderes à sociedade civil, às instituições representativas dos movimentos de luta pelos direitos da pessoa surda e demais organizações engajadas na área. Outro ponto a ser analisado é o papel do PROLIBRAS, que possuía como parâmetro os saberes de uma comissão competente.

O exame respondeu a uma ordem social em que não havia número suficiente de profissionais para suprir a uma demanda cada vez mais crescente, atuando como um dispositivo de avaliação do saber empírico, prático.

Na linha das reflexões foucaultianas acerca da relação poder-saber, o Decreto nº 5.626/2005 é um dispositivo jurídico que regulamenta os saberes sujeitados, entendidos como saberes não conceituais e não científicos (FOUCAULT, 1999). O PROLIBRAS atribuiu um caráter profissional aos intérpretes, professores de Libras e instrutores que possuíam um saber empírico. Essa prática possuiu como linhas de força o domínio da Língua Brasileira de Sinais e deu poderes de avaliação a outros sujeitos: docentes surdos, linguistas ou tradutores e intérpretes atuantes na educação superior. São as faces do dispositivo linguístico que, concebido nas relações sociais autorizadas pela Libras, validaram a experiência daqueles imbuídos do saber necessário para classificar outros sujeitos.

Essa descrição caracteriza uma região permeada por micropoderes que vão classificando o TILSP: o TILSP com PROLIBRAS, o TILSP sem PROLIBRAS, gerando práticas sociais autorizadas por esse discurso, como a realização de concursos e processos seletivos que passaram a exigir o PROLIBRAS como requisito principal, exigência ainda comum em editais de seleção, principalmente para instituições educacionais. No entanto, pequenas mudanças vêm ocorrendo nos requisitos, substituindo o exame de proficiência por outros cursos de formação continuada e pela exigência de um curso superior na área de licenciatura ou pedagogia, ou por um curso específico de Letras/Libras. Cabe salientar que essa realidade responde aos aspectos da sociedade contemporânea, em que o número

de TILSP com formação superior é crescente, ainda que não seja exclusivamente na área de tradução e interpretação, buscando complementar com cursos de pós-graduação.

Essa expansão da formação acadêmica para TILSP foi proporcionada também pelo *Plano Nacional da Pessoa com Deficiência*, conhecido como *Viver sem Limites* (BRASIL, 2013), um dispositivo jurídico significativo, no qual está estabelecida a criação de 27 cursos de Letras/Libras em licenciatura e bacharelado. Não podemos deixar de mencionar a iniciativa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) ao instituir os primeiros cursos de Letras/Libras, em 2006. Além disso, muitos cursos de pós-graduação, cursos livres e cursos de extensão surgiram para responder à demanda de formação profissional, tanto para o TILSP como para o professor de Libras e outros profissionais interessados pela área. Assim, a visibilidade da Libras, a partir do movimento discursivo pró-surdos, possibilitou o aparecimento de práticas sociais como a implantação dos cursos, o aumento de pesquisas na área e a legitimação desses discursos e práticas na legislação.

Nessa conjuntura, emerge a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de TILSP. Consoante Nascimento (2016, p. 25), ratificamos que a regulamentação e o *Plano Viver Sem Limites* são resultados das políticas direcionadas à inclusão das pessoas surdas. O autor afirma ainda que:

Estas políticas são efeitos de uma luta histórica do movimento surdo que tem protagonizado embates com os três poderes desde meados da década de 1980 para exigir do Estado o direito à educação, à saúde, à comunicação, à vida, conforme preconiza a Constituição Brasileira e documentos internacionais que foram ratificados, em forma de lei, pelo Brasil. (NASCIMENTO, 2016, p. 25)

Sendo assim, a aprovação de uma Lei específica que rege a profissão do TILSP foi um avanço, não podemos negar. No entanto, no que se refere à formação acadêmica, vemo-nos diante de um retrocesso, pois declina diante da exigência do curso superior, estabelecendo apenas a formação em nível médio e cursos de formação na área. Diante disso, notamos como os enunciados da legislação trazem interdições, princípios de exclusão (FOUCAULT, 2014), que denunciam problemáticas ainda vivas nas discussões atuais. Na época da promulgação da Lei nº 12.319/2010, o argumento de profissionais não formados foi válido para enquadrar tanto a necessidade dos surdos, quanto não excluir os profissionais que atuavam e não tinham formação. Porém, isso também traz para reflexão o fato de que a preocupação das políticas públicas, legitimadas pelo discurso jurídico, centra-se na presença de tradutores e intérpretes, ficando para segundo plano a qualidade do serviço prestado.

Essa discussão, hoje, dez anos depois, ainda faz parte da ordem discursiva que trata da profissionalização do TILSP, sendo objeto de diversos momentos de debate entre os profissionais da área e os representantes políticos no intuito de consolidar a exigência de uma formação superior para atuar na área e outros parâmetros trabalhistas que favoreçam uma organização profissional. Como reflexo, teríamos a promulgação de uma nova Lei e, conseqüentemente, a instituição de novas práticas institucionais, absorvendo essa exigência em concursos, seletivos e contratos. Assim, os focos de experiências operam na produção de novos saberes e normas.

Outro documento que merece ser citado em nossas reflexões é a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146, de 6 de janeiro de 2015,

na qual identificamos uma regularidade discursiva, ou seja, uma retomada de enunciados: o PROLIBRAS e a formação em nível médio aparecem como requisitos na formação do TILSP e delimitam sua atuação na educação básica. Em contrapartida, a LBI trata da exigência de formação acadêmica para atuação no ensino superior. Vejamos:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

[...]

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

[...]

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (BRASIL, 2015, art. 28)

Essa diferenciação revela uma prática discursiva que, por um lado, valoriza o ensino superior e, por outro, negligencia a educação básica (DIAS, 2018), deixando submersas as problemáticas existentes no campo educacional quanto à formação dos profissionais que atuam na área. Além disso, como citamos anteriormente, não encontramos na legislação orientações específicas quanto à atuação

nos diferentes contextos e à formação devida para isso, com exceção das determinações do artigo 28.

4 PARA REFLETIRMOS

Diante de um olhar discursivo para a legislação, principalmente para recortes do Decreto nº 5.626/2005, da Lei nº 12.319/2010 e da Lei nº 13.146/2015, seguimos nossas análises com enfoque na formação do TILSP. Partimos de um momento histórico (década de 1980) em que não havia exigências para atuar na área, e nos deparamos com nossa realidade atual, em que a formação superior é premente. Essa dinâmica singulariza ordens sociais e históricas que coadunam saberes empíricos e saberes científicos.

Nessa linha, os dispositivos jurídicos surgem de um movimento de lutas sociais que legitimam as experiências dos sujeitos surdos e tradutores e intérpretes de Libras, porém esbarram na força da ordem política, econômica e social, traduzindo uma realidade de muitos avanços, mas de problemáticas ainda a serem sanadas no que diz respeito à organização profissional do TILSP. Os focos de experiências, o dispositivo linguístico, o dispositivo educacional, o dispositivo jurídico e as peculiaridades da tradução e da interpretação atuam como elementos centrais no debate sobre a formação desse sujeito, a partir de um emaranhado discursivo que atravessa esses campos de saber.

As reflexões sobre a legislação e sobre a formação do TILSP parecem já estar superadas. No entanto, permitem-nos trazer à mesa dos debates outras curvas de (in)visibilidade (DELEUZE, 1996): a abertura do mercado de trabalho para atuar como TILSP é positiva

no que concerne ao crescimento de oferta de mão de obra para atendimento aos surdos, no entanto, como aponta Martins e Nascimento (2015), essa ampliação deve ser acompanhada de qualidade no processo formativo; o desencontro na legislação, em que os documentos divergem quanto à formação, ainda é um obstáculo para o TILSP, uma vez que interfere nas condições de trabalho, e para a comunidade surda, pois pode interferir na qualidade do serviço prestado; a caracterização da tradução e da interpretação como áreas que suscitem demandas diferentes e o mapeamento das diversas atividades em cada âmbito já são correntes no ambiente acadêmico e objeto do saber científico, mas não na legislação e em práticas autorizadas por ela.

Para finalizar, ao menos nestes escritos, reiteramos que a formação do TILSP é parte relevante para se pensar a acessibilidade linguística da comunidade surda. Ainda que a legislação tenha fissuras e contradições quanto a uma formação acadêmica, as experiências, as pesquisas e as demandas do mercado de trabalho aparecem como práticas sociais que vêm (re) produzindo discursos em direção à emergência de novas propostas de formação. Enfim, um debate ainda não esgotado e aberto a diálogos e a reflexões constantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao/compilado.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004a**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 08 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 08 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018**. Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9656.htm. Acesso em: 08 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 01 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 01 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010a**. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 01 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 02 ago. 2017.

BRASIL. **Viver sem Limites**: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Brasília, 2013. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_0.pdf. Acesso em: 10 fev. 2018.

CARVALHO, Lorena R.; COSTA, Alexandre F. Direitos humanos e a lógica do “governo da vida da população”: a constituição do conceito de ‘deficiência’ como positividade de inclusão. **Revista Sociodialeto**, Mato Grosso do Sul, v. 8, n. 23, p. 506-517, ago./nov. 2017. Disponível em: <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/103/79>. Acesso em 02 jan. 2019.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Tradução Edmundo Cordeiro. Lisboa: Editora Vega – Passagens, 1996. Disponível em: http://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo. Acesso em: 2 ago. 2017.

DIAS, Walquiria P. S. **Travessias e resistências**: práticas de subjetivação do sujeito tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa nos documentos oficiais. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2189>. Acesso em: 08 jun. 2020

FERNANDES, Cleudemar A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008. 112 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 74 p.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 3-48.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 4. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 4-23.

GESSER, Audrei. Interpretar ensinando e ensinar interpretando: posições assumidas no ato interpretativo em contexto de inclusão para surdos. **Caderno de Tradução**, v. 35, n° especial 2, p. 534-556, jul-dez, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p534> . Acesso em: 09 jan. 2018.

LACERDA, Cristina B. F. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços inclusivos. **Cadernos de Educação**, n. 36, Pelotas, p. 133-153, maio/agosto. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1604/1487> . Acesso em: 7 jan. 2018.

MARTINS, Vanessa R. O.; NASCIMENTO, Vinicius. Da formação comunitária à formação universitária (e vice e versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro. **Caderno de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n° especial 2, p. 78-112, jul-dez, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/2296/showToc> . Acesso em: 07 jan. 2018.

NASCIMENTO, Marcus V. B. **Formação de intérpretes de Libras e Língua Portuguesa: encontro de sujeitos, discursos e saberes**. São Paulo, 2016. 318p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://sapi-entia.pucsp.br/bitstream/handle/19562/2/Marcus%20Vin%C3%ADcius%20Batista%20Nascimento.pdf> . Acesso em: 10 fev. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 23 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/imagenes/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2018.

RODRIGUES, Carlos H.; SANTOS, Silvana A. A interpretação e a tradução de/para a língua de sinais: contextos de serviços públicos e suas demandas. **Tradução em Revista (online)**, n. 24, p. 1-29, 2018. Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34535/34535.PDF>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

RUSSO, Ângela. **Intérprete de línguas brasileira de sinais: uma posição discursiva em construção**. Porto Alegre, 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21851/000738782.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SANTOS, Silvana A.; FRANCISCO, Camila. Políticas de tradução: um tema de políticas linguísticas? **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 2939-2949, jan./mar. 2018. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2018v15n1p2939>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS E SUAS ATRIBUIÇÕES NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Aleilde Tavares da Silva
Zanado Pavão Sousa Mesquita

1 INTRODUÇÃO

A lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 descreve a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como língua natural das comunidades surdas do Brasil. Esta lei garante ao surdo o direito à educação, de forma que as necessidades deles sejam atendidas, e que ocorra permanência e participação de forma ativa no contexto escolar. Dessa forma, torna-se necessário a presença do tradutor intérprete de libras na sala de aula, para que o aluno surdo tenha sua condição linguística compreendida e respeitada.

Após três anos da oficialização da Libras, foi promulgado o decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que institui como deve ser organizado o espaço educacional para atender à pessoa surda, visando a equidade de oportunidades. O mesmo decreto determina a

presença do tradutor intérprete nos espaços nos quais há a presença de surdos, sobretudo na educação.

Em cumprimento das exigências legais no que tange à garantia de acessibilidade, participação ativa do surdo na sociedade, o tradutor intérprete de libras - língua portuguesa - TILSP⁷, é o profissional que promove a interação e a participação desse sujeito nos espaços sociais. Os avanços na educação e as conquistas da comunidade surda a cada dia se fortalece, portanto, faz-se necessário que os profissionais selecionados para atender ao público surdo, também, acompanhem esse progresso.

Assim, é importante destacar a formação⁸ como um requisito básico para o desenvolvimento da prática interpretativa. O contexto escolar é um campo que exige, além da competência, domínio dos conteúdos curriculares e, ainda, ações didático-pedagógicas inerentes ao espaço escolar ligadas ao ensino e aprendizagem do aluno surdo. Ademais, se faz necessário garantir a interação comunicativa entre alunos surdos, o professor, colegas surdos e ouvintes.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar as práticas do tradutor intérprete de libras inserido no contexto educacional na cidade de Imperatriz/MA, a partir dos desafios que esse profissional vivencia no contexto escolar. Para tal, foi feito um estudo de abordagem qualitativa de cunho exploratório, com a utilização de um questionário aberto, no *google forms*, com a participação de cinco intérpretes de libras.

⁷ Dentre as designações para esse profissional escolheu-se esta abreviatura para ser usada durante todo o texto.

⁸ Refere-se a formação em bacharel em letras libras, especialização em tradução e interpretação em libras/língua portuguesa e o curso de formação continuada em tradução e interpretação.

Os resultados mostraram que um dos principais desafios do intérprete de libras em sala de aula é o fato de ele, na maioria das vezes, ser considerado como o profissional responsável pelo aluno surdo. No entanto, professores e intérpretes precisam manter parceria, e juntos desenvolverem práticas que contemplem o ensino e aprendizagem do aluno surdo.

Considera-se portanto, oportuna a iniciativa de por poder contribuir para melhor compreensão da atuação do intérprete educacional e, conseqüentemente, com a educação inclusiva bilíngue de alunos surdos. Na verdade, esse campo de estudo, requer mais pesquisas para que essas questões se fortaleçam e sobretudo, àquelas implicadas as atribuições do intérprete no contexto educacional, uma vez que, não há uma definição do seu papel.

Para a realização desse estudo, além da fundamentação, aspectos históricos e sociais, pontos relevantes da legislação vigente que estrutura a educação inclusiva de surdos, consta também, os dados com a percepção dos intérpretes de Libras participantes do estudo, a respectiva análise, as considerações finais e as referências.

2 O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

A Declaração de Salamanca (1994) foi um marco crucial que propulsou a educação inclusiva, documento elaborado em uma Conferência Mundial, assinado por vários países, inclusive pelo Brasil. A finalidade é de reformulação política no contexto educacional, para que, todos os alunos independentes da origem social, raça, cultura, sejam inclusos na escola regular.

Nesse contexto, houve a urgente necessidade de inserção no processo educacional, do tradutor intérprete de libras na sala de aula em que há aluno surdo, para garantir a esse sujeito a aprendizagem, por meio da sua língua natural. A prática de interpretação tem se expandido, sobretudo nos espaços educacionais, destaca-se que este profissional assume um papel fundamental, com atribuições específicas ligadas a sala de aula.

Em 2001, com o apoio da Federação Mundial de Surdos, aconteceu um encontro internacional em Montevideu, sobre a formação de intérpretes de língua de sinais da América Latina, no qual destacou-se a importância do uso das línguas de sinais de forma consciente, e da formação profissional dos tradutores intérpretes para atuarem de forma profissional, sendo exigido titulação e estudos nas línguas de sinais.

No Brasil, em abril de 2002, a lei nº 10.436, reconhece a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como a língua da comunidade surda brasileira. Em complemento à lei de 2002, no ano de 2005, foi criado o decreto federal nº 5.626, que estabelece como a união precisa se organizar para atender com equidade às pessoas surdas. A partir da promulgação deste decreto, muitas ações foram implementadas assegurando a garantia de direitos, oportunidades e, sobretudo, de atendimento escolar em uma abordagem bilíngue.

A regulamentação brasileira do tradutor intérprete de libras aconteceu em 2010, pela lei nº 12.319. A conquista é fruto de movimentos nacionais envolvendo profissionais intérpretes, que nesse período já atuavam na área. Ressalta-se que antes desta lei não havia nenhum respaldo legal e reconhecimento profissional dessa classe.

Consta no artigo 17 do decreto nº 5.626/2005, que “a formação do tradutor e intérprete de libras - língua portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa” (BRASIL, 2005). No entanto, ainda há uma carência de oferta dessa habilitação em nosso país, pois poucas instituições de ensino superior oferecem esse curso, com efeito, a “formações é promovida nas próprias praticas no contexto escolar”. (LACERDA; SANTOS, 2014, p. 205)

Nesse caso, o artigo 19, deste mesmo decreto, propõe que nos próximos dez anos, a partir de sua publicação, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de libras - língua portuguesa, as instituições de ensino poderão incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I – Profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras,

II – Profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental. (BRASIL, 2005)

De acordo com a lei nº 13.146/ 2015, no capítulo IV, artigo 28, estabelece que os tradutores intérpretes de libras atuantes na educação básica devem possuir, no mínimo o ensino médio completo e certificado de proficiência em libras, e os profissionais direcionados para os cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em tradução e interpretação em libras (BRASIL 2015).

Neste contexto, Lacerda e Santos (2014, p. 206) reiteram que a formação do intérprete “vai além do conhecimento das línguas, que

deve ser uma formação plural e interdisciplinar, visando seu trânsito na polissemia das línguas, nas esferas de significação e nas possibilidades de atuação frente à difícil tarefa da tradução/interpretação”. As autoras chamam atenção para a estrutura da formação dos TILSP, pois o campo educacional exige uma formação consistente, para que o intérprete tenha uma competência tradutória satisfatória e o conteúdo possua significância para o educando surdo.

No entanto, o campo educacional continua ofertando vagas para contratação de TILSP a nível médio, com a exigência de que possuam somente curso de libras com carga horária de 120 horas. De acordo com Lacerda e Santos (2014, p. 34):

O interprete no contexto educacional atua, como sujeito que participa do processo de ensino e aprendizagem do surdo, sobretudo porque a interpretação que se desenha no cenário escolar vai além de fazer escolhas ativas sobre o que [se] deve traduzir, envolvendo também modos de tornar conteúdos acessíveis para o aluno.

Assim, se observa que a constituição do fazer tradutório no contexto educacional, vai além da formação e da própria prática de tradução/interpretação. Entende-se a importância da formação e da subjetividade do profissional para ter a habilidade de compreender o contexto linguístico e fazer as devidas adaptações para cada um deles. Traduzir e interpretar requer, também, um saber construído a partir da vivência, da prática e da troca de experiências com a comunidade surda em toda a sua diversidade. De acordo com Quadros (2004, p. 72),

(...) pensar no intérprete de língua de sinais na sala de aula para intermediar a interação professor-aluno em que se deve dar o processo de ensino-aprendizagem é uma responsabilidade enorme e

exige qualificação específica na área da interpretação e nas áreas de conhecimento envolvidas.

Diante do exposto, entende-se que para exercer essa função, exige formação, domínio de Libras e, ainda, conhecimento didático pedagógico. Um profissional que compreenda a dinâmica do contexto escolar do aluno surdo, e esteja preparado, seguro da sua atuação, com o intuito de contribuir para a aprendizagem desse educando.

Ao que se refere às atribuições dos tradutores intérpretes de libras, o decreto nº 5.626/2005, em seu artigo 21, consta que tal função visa o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos e delimita sua função e atuação em três pontos referenciais. E, destaca alguns aspectos que concernem à sala de aula, como o de viabilizar o acesso dos alunos surdos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas. A lei nº 12.319/10, em seu artigo 6º, define que este deve:

(...) efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa. Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares. (BRASIL, 2010)

Diante do exposto, percebe-se que as atribuições dos TILSP educacional, está diretamente atrelada à garantia da comunicação, tanto na relação interpessoal em sala de aula, quanto nas situações didático-pedagógicas, o acesso aos conteúdos curriculares e à todas

as atividades desenvolvidas no contexto escolar, ao qual, o aluno surdo estiver matriculado.

Reconhece-se que atuar em sala de aula é uma prática que difere das demais áreas de atuação dos TILSP, como enfatizado por Roy (2000, *apud* GODOI et al., 2016).

- O intérprete faz mais do que transferir o conteúdo linguístico das mensagens;
- É necessário estudar a interação entre todos os participantes; (...)
- O intérprete negocia o sentido das mensagens que estão implícitas nas mensagens dos outros, não exatamente o sentido das palavras. (ROY, 2000, p. 26-27 *apud* GODOI et al., 2016, p. 65)

Diante do exposto, percebe-se que a prática tradutória exige deste profissional preparo, tempo e disponibilidade para estudo dos conteúdos das áreas de conhecimento, para que a informação chegue de forma equânime ao público-alvo. O estudo prévio dos conteúdos torna a interpretação consistente e coerente para os surdos, além de colaborar para que as informações sejam compreendidas e o conhecimento apreendido, para a prática social dos seus receptores.

3 DIALOGANDO COM OS INTÉRPRETES EDUCACIONAIS

Para este estudo, foi usado como instrumento de construção de dados um questionário aberto para que pudéssemos averiguar como os profissionais da tradução interpretação em libras educacional percebem a própria atuação e atribuições em sala de aula. Cinco intérpretes participaram do estudo, respondendo o questionário.

Para melhor organização das informações, o questionário foi dividido em dois eixos. O primeiro diz respeito às questões relacionadas à formação de TILSP, e o segundo, relacionado às atribuições do TILSP em sala de aula. Vale destacar, que o questionário foi elaborado no *google forms*, e que os participantes assinaram digitalmente um Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, que assegurava o sigilo de identidade. Todos os TILSP questionados têm atuação profissional em educação na cidade de Imperatriz/MA.

3.1 Eixo I – Formação Profissional

Neste eixo, além da formação, procuramos saber sobre o tempo de atuação, a motivação para a escolha da profissão, como se sentem na profissão e sobre a formação profissional. Assim, a partir das respostas dos TILSP ao questionário eletrônico foi possível organizar o seguinte quadro para ser analisado posteriormente.

Quadro 1 – Perfil dos sujeitos da pesquisa e formação profissional

TILSP	Tempo de trabalho	Motivação para a atuação profissional	Formação para o exercício da profissão	Satisfação com a formação
1	9 anos	O desafio da inclusão escolar no Brasil	Cursos, estudos, contatos com a comunidade surda e trabalhos desenvolvidos na área.	Sim
2	10 anos	Afinidade	Surdos na família, qualificação profissional	Em parte
3	10 anos	A formação em pedagogia, através do componente	Formação e a prática com o	Sim

		curricular “Educação Especial”.	trabalho de interpretação educacional	
4	12 anos	O trabalho na educação	Formação em Letras-Português Literatura, contato com a comunidade surda, cursos na área da tradução interpretação e leitura em diversos gêneros	Sim
5	10 anos	Amigos surdos que solicitavam ajuda	Ainda estou me aperfeiçoando. A libras é uma língua de constante mudança	Ainda não

Fonte: Os autores (2021)

Quanto à formação profissional, observa-se que os TILSP colaboradores com este estudo têm no mínimo nove anos (TILSP 1) e no máximo doze anos (TILSP 4) de atuação na profissão. A maioria deles expressou satisfação com a formação que têm, em destaque, o que é dito pelo TILSP 4, que teve contato com a libras no curso de licenciatura (letras língua portuguesa literatura), devido à obrigatoriedade do componente curricular libras ser prevista pelo decreto nº 5.626/2005, nos cursos de licenciatura, fonoaudiologia e formação de professor.

De acordo com os entrevistados, um dos principais aspectos para a formação na área se deu em decorrência da atual política educacional inclusiva e na perspectiva de poder contribuir com esse

processo. No que se refere à prática tradutória, há uma certa semelhança nas respostas, a maioria respondeu que desenvolveram sua prática por meio de cursos de libras, estudos, e pela prática diária. O TILSP 2 destaca que tem surdos na família, e os TILSP 1 e 4 ressaltam o contato com a comunidade surda, fator que, também, contribui com a prática tradutória.

Em decorrência da carência de formação específica para tradução e interpretação exigida pelo decreto nº 5.626/2005, muitos dos profissionais da interpretação constituíram sua formação pedagógica em espaços não escolares e trouxeram essa experiência para a escola. Porém, percebe-se também a necessidade de se expandir a formação exigida pela legislação, para o tradutor, no município em que a pesquisa foi feita. Nessa formação, além das competências tradutórias, os intérpretes devem ser preparados para as nuances educacionais exigidas em sua profissão.

Ressaltando o pensamento de Quadros (2004), o profissional intérprete de libras deve estar completamente inserido no contexto escolar com formação específica na área, e competência para trabalhar com os conteúdos curriculares. Não deve ser esquecido que o âmbito educacional exige um olhar diferenciado para a aprendizagem dos alunos surdos, e sempre que necessário o intérprete deve colaborar nas especificidades da aprendizagem do aluno surdo.

Como já exposto por Lacerda e Santos (2014), o ato de interpretar não é apenas o da escolha interpretativa no par linguístico libras/português, mas, o fato de tornar os conteúdos acessíveis. Esse processo envolve conhecimento prévio do conteúdo, escolhas tradutórias e prática interpretativa, para que o aluno surdo seja de fato contemplado.

3.2 Eixo II – Dilemas pautados na esfera de atuação

No segundo eixo da pesquisa os TILSP foram perguntados sobre assuntos referentes à sua atuação em sala de aula. O primeiro questionamento foi sobre suas percepções referentes aos dilemas associados à educação de surdos. Com as respostas, pôde-se construir o seguinte quadro.

Quadro 2 – Principais dilemas pautados na esfera de atuação do TILSP educacional

TILSP 1	O reconhecimento da língua, a exclusão, a falta de informação da sociedade, a baixa valorização do profissional intérprete por parte dos gestores públicos, entre outros.
TILSP 2	Falta de conhecimento do professor regente quanto as particularidades da língua.
TILSP 3	A interpretação em áreas específicas. O intérprete de sala de aula se depara com várias disciplinas e conteúdos complexos que nem sempre é de seu conhecimento.
TILSP 4	O TILSP precisa ter conhecimento de tudo, ou o mínimo, de todas as disciplinas ensinadas em sala de aula.
TILSP 5	O principal é que a aprendizagem do surdo é de total responsabilidade do profissional intérprete na esfera educacional

Fonte: Os autores (2021)

Nas respostas dos TILSP pode-se constatar que os principais dilemas estão relacionados à falta de conhecimento da cultura surda (dentre elas a língua), por parte dos professores e demais profissionais da escola (TILSP 01 e 02). Os TILSP 03 e 04, por sua vez, trouxeram nas suas respostas demandas da função do profissional em si. Já o TILSP 05 trouxe a responsabilidade da educação do surdo como de “total responsabilidade do profissional intérprete”.

A resposta do TILSP 05 demonstra a sua necessidade de esclarecimento quanto à sua profissão e funções em sala de aula. Este aspecto foi enfatizado por Quadros (2004), ao dizer que o professor

delega ao intérprete a responsabilidade pela aprendizagem do aluno surdo e que essa ação pode sobrecarregar o profissional intérprete ao descentralizá-lo de sua demanda interpretativa.

Para Quadros (2004, p. 60), existem muitas incoerências “de ordem ética que acabam surgindo em função do tipo de mediação que acaba acontecendo em sala de aula. Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor”. Contudo, o intérprete precisa ter atenção em relação às suas atribuições, pois às vezes a flexibilidade contribui com o desvio de função, em que os papéis professor e intérprete se confundem.

Ainda segundo a autora,

(...)os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, (...) e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete. Muitas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, (...). O intérprete, por sua vez, se assumir todos os papéis delegados por parte dos professores e alunos, acaba sendo sobrecarregado e, também, acaba por confundir o seu papel dentro do processo educacional, (...). (QUADROS, 2004, p. 60).

Observa-se que o intérprete assume várias tarefas, que vão além da função. Diante disso, tem-se problematizado discussões entre esses profissionais com a finalidade de se saber qual é o papel do intérprete. Segundo Quadros (2004, p. 60-61), se os intérpretes “estiverem assumindo a função de professores, porque estariam sendo contratados como intérpretes?”.

A resposta a esse questionamento é o anseio de muitos desses profissionais. De acordo com os aspectos legais, a função de ensinar

cabe ao professor, sendo esse o principal responsável pelo processo de ensino e aprendizagem de todos os seus alunos, independente da sua dificuldade ou limitação. Contudo, conforme Lacerda e Santos (2014), o intérprete deve trabalhar em parceria com o professor para que as necessidades do aluno surdo sejam atendidas.

Assim, apresenta-se a resposta a outro questionamento quanto a diferenças da atuação do tradutor intérprete educacional para as outras esferas de atuação.

Quadro 3 – Diferenças da atuação do tradutor intérprete educacional para as outras esferas de atuação

TILSP 1	Além da área de atuação que foca em sinalizar termos associados à mesma, o que faz ao mesmo tempo que esse profissional apresente um rico vocabulário específico.
TILSP 2	O TILSP educacional requer ter conhecimentos teóricos e métodos pedagógicos para que possa atuar de forma eficiente no processo educacional do aluno surdo, isso o difere dos demais que atuam de forma técnica em um dado momento do cotidiano.
TILSP 3	A diferença é que na área educacional, o intérprete atua não só como mediador da comunicação, mas também como um professor, pois precisa encontrar estratégias favoráveis para deixar claro e compreensível o conteúdo passado pelo professor, de modo que o aluno realmente aprenda. Já nas outras esferas, a interpretação é realizada da língua fonte para a língua alvo sem necessitar de um retorno do receptor.
TILSP 4	Na esfera educacional o intérprete tem um contato mais próximo do seu público alvo (surdos). A interpretação educacional é situada em um espaço de ensino-aprendizagem que assume nuances particulares, ou seja, o TILSP se torna responsável, juntamente com o professor regente, pela formação desse indivíduo surdo. Já nas outras esferas a responsabilidade fica somente de mediar a mensagem

TILSP 5	Em outras esferas não há sistematização de conceitos, regras, fórmulas.
----------------	---

Fonte: Os autores (2021)

Como se pode ver, esses profissionais reconhecem o seu papel como interprete educacional. Todos declaram que, além da interpretação simultânea, precisam de esforço e competência em tradução e interpretação para tornar os conteúdos curriculares acessíveis, de modo que esse aluno de fato aprenda.

Nesse contexto, ressalta-se as aspirações da categoria quanto à formação e alocação em áreas específicas, pois, os intérpretes educacionais têm um contato diário com o aluno surdo e não se “prendem” apenas na interpretação, mas se envolvem em todo o fazer pedagógico da escola. Os intérpretes de outros ambientes, como o político e o da assistência social, prestam o serviço ao seu público surdo, mas não mantêm vínculos duradouros com eles. Nos exemplos de esferas de interpretação citados, os intérpretes se preocupam com as escolhas interpretativas, o ambiente de interpretação e a mediação entre os sujeitos envolvidos na prestação do serviço.

O intérprete educacional contribui para a organização do trabalho pedagógico ao pensar, com o professor, em estratégias que alcancem os alunos surdos; acompanham a progressão escolar desses alunos e indicam remanejamentos de conteúdos e ações, quando necessário. Observa-se que o intérprete necessita de estratégias e habilidades para conseguir contornar as dificuldades dos alunos surdos com a equipe pedagógica da escola (professores da classe regular, professores do atendimento educacional especializado e direção escolar, entre outros).

O estudo da interação entre todos os participantes, que deve ser realizado pelo intérprete, implicará diretamente no desempenho escolar do aluno surdo (ROY, 2000, *apud* GODOI et al., 2016). Envolve não apenas os aspectos linguísticos, mas também os extralinguísticos, como as nuances pedagógicas, por exemplo.

Assim, foi feita outro questionamento, sobre as atribuições do TILSP.

Quadro 4 – Atribuições do TILSP educacional em sala de aula

TILSP 1	Intermediar as aulas, estudos, pesquisas e atividades desenvolvidas no ambiente escolar, bem como, traduzir textos, conversas, palestras, da Libras para o português e vice-versa.
TILSP 2	Receptor do conhecimento ministrado pelo professor e adaptador desse conhecimento de uma língua oral para uma língua visuoespacial, realizando isso de forma pedagógica para que assim o aluno tenha o pleno acesso ao ensino e aprendizagem.
TILSP 3	Intermediar a comunicação de forma clara entre as duas línguas, utilizando dos recursos que a língua oferece, favorecendo a melhor compreensão dos conteúdos passados pelo professor e instigar o aprendizado desse aluno.
TILSP 4	O TILSP educacional tem a função de intermediar as relações entre todos da escola, quando necessário (interpretar em um evento da escola, ir à secretaria com o surdo etc...). Em sala de aula, sua função se restringe em intermediar os conteúdos das aulas, apresentação de trabalhos, explicações do professor e a relação com os colegas de sala.
TILSP 5	De acordo com sua competência e conhecimento não sendo atribuição mediar os conteúdos de forma mais clarificada para o aluno surdo, mas, às vezes, é necessário complementar o conteúdo para melhorar o entendimento do aluno surdo.

Fonte: Os autores (2021)

A respostas ao último questionamento, sobre as atribuições do intérprete educacional em sala de aula, foram unânimes; os colaboradores indicaram que sabem qual o seu papel no ambiente escolar. Os dados evidenciam que o intérprete não é neutro em sala de aula, esse se incluí em todo o processo pedagógico, porém não deve assumir a função de professor do aluno surdo, a menos que este seja contratado como tal. (QUADROS, 2004)

Ressalta-se a resposta do TILSP 03 ao dizer que o intérprete também instiga o aprendizado do aluno surdo. Fica evidente, com essa percepção, que o intérprete estimula o aluno surdo na participação em sala de aula e ao consequente sentimento de pertencimento ao ambiente escolar. Esse sentimento corrobora diretamente para o desempenho do aluno e, conseqüentemente, para sua inclusão escolar.

Assim, cada vez mais fica evidente que a função do intérprete vai além da simples transferência dos conteúdos em sala (ROY, 2000, *apud* GODOI et al., 2016). A interpretação, por vezes, expande-se para outros espaços intraescolares e em situações em que não são referentes apenas à transmissão dos conteúdos curriculares, mas à vida do aluno surdo naquele espaço em situações de interação e construção de saberes para a sua subjetividade e ação como cidadão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos foram os desafios enfrentados para a garantia legal da inserção do Tradutor Intérprete de Libras para atender ao aluno surdo em sala de aula. Considerando o trabalho desse profissional

como fundamental para o processo de inclusão dos alunos surdos, observa-se que a prática de sua função merece reflexões. (QUADROS, 2004; LACERDA; SANTOS, 2014).

Como destacado durante todo o texto, o trabalho do intérprete não deve ser confundido com o do professor, mas, deve-se compreender o intérprete como um profissional parceiro do professor em prol de uma finalidade comum – a aprendizagem do aluno surdo. O intérprete pode contribuir com o ensino e aprendizagem do aluno surdo por ter conhecimentos relevantes da cultura e identidades surdas.

Este trabalho teve como objetivo analisar as práticas do tradutor intérprete de libras inserido no contexto educacional na cidade de Imperatriz/MA, a partir dos desafios que esse profissional vivencia no contexto escolar. Os dados mostraram que a função do intérprete, conforme o que é vivenciado pelos participantes da pesquisa, ainda é confundida com a função dos professores, porém, os informantes conhecem suas demandas nas escolas em que trabalham.

Os dados mostraram, ainda, que há a necessidade da formação para a atuação em áreas específicas, a partir dos segmentos dos componentes curriculares devido à complexidade das áreas nas quais o intérprete educacional é inserido. Foi ratificado que o intérprete não é neutro no processo de inclusão do aluno surdo na escola. Suas vivências acabam sendo somadas ao processo e, de certa forma, contribuindo com o desenvolvimento do aluno surdo.

Finalmente, pelo fato do campo de atuação do intérprete educacional ser relativamente novo, a partir de sua regulamentação legal, há muito o que se investigar para que as atribuições desse

profissional condizam com suas práticas em sala de aula. É por esse motivo que estudos como esse se fazem necessários, por poder contribuir para melhor compreensão das questões ligadas a esse profissional e do trabalho realizado por ele, inclusive o colaborativo com o professor em adequação às práticas educacionais inclusivas bilíngues.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm . Acesso em 11 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm . Acesso em 11 fev. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor Interpretador da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.319%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20SETEMBRO%20DE%202010.&text=Regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20Tradutor.Art.>. Acesso em: 11 fev. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Guia-sobre-a-LBI-digital.pdf> . Acesso em: 11 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 26 fev. 2021.

GODOI, Eliamar; LIMA, Márcia D.; SILVA, Roberval M. **LIBRAS e o processo de formação continuada para professores**: discussões teóricas e metodológicas. Uberlândia: EDUFU, 2016.

LACERDA, Cristina B. F.; SANTOS, Lara F. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

QUADROS, Ronice M. **O tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Especial, Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC e SEESP, 2004.

O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS E AS TERMINOLOGIAS NAS AULAS DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO

Andréa Pestana Pinheiro
Luinaldo da Silva Soares

1 INTRODUÇÃO

A interpretação de uma disciplina como a História é tão fundamental para a construção crítico-social do sujeito Surdo, pois perpassa por diversos desafios principalmente quando a mesma é simultânea onde os quesitos tempo, memória, habilidades e o aprendizado de um aluno estão envolvidos no processo. Por esse motivo é explícita a necessidade de os profissionais intérpretes buscarem estratégias tradutórias, para uma interpretação que conduza os alunos ao entendimento e a uma aula rica em seus conceitos.

O presente artigo investigou quais estratégias são utilizadas por Tradutores Intérpretes de Línguas de Sinais - TILS na interpretação de termos da disciplina de História no Ensino Médio, que ainda não possuem correspondente linguístico na Língua de Sinais Brasileira- LSB, ou mesmo que não possuem sinal padrão. Tendo como

base os desafios encontrados por esse profissional no âmbito da interpretação simultânea na disciplina, da necessidade de clareza na interpretação e melhor compreensão do discente Surdo.

2 OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E O CAMPO DA TERMINOLOGIA

A Terminologia é um campo que anda lado a lado com outro campo, a Lexicografia, e para uma melhor compreensão no foco da pesquisa há uma necessidade de diferenciação entre essas duas áreas afins. A Lexicografia centra-se no estudo do léxico, ou seja, no estudo da palavra e para Biderman, “o léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo” (2001, p.155). Com relação às diferenças entre a Terminologia e a Lexicografia, Biderman (2001) apresenta e destaca o léxico geral, para segunda, e o léxico especializado, para primeira.

Além disso, tem-se que na Terminologia, os termos centram-se em conceitos e evitam ambiguidades, vulgarização e banalização terminológica. Conforme o manual de terminologia canadense “o princípio fundamental da Terminologia é a pertinência dos termos a áreas temáticas, estruturas em sistemas de classificação de conhecimentos especializados” (2002, p.1), a Terminologia se restringe a um universo referencial.

Nos Estudos da Tradução – ET, esses dois campos andam lado a lado, no mapeamento do surgimento da disciplina feito por Holmes (1972), eles não aparecem, mas são consideradas como ferramentas de auxílio na tradução, porém nos mapeamentos posteriores e inspirados no de Holmes, a Terminologia é mencionada mais claramente. No mapeamento de William e Chesterman (2002) em

The maps, surge o campo Terminologia e Glossários, já na classificação feita pela *Saint Jerome Publishing*, que é uma editora especializada em ET, os dois campos aparecem com a seguinte subárea: **Terminologia e Lexicografia**.

Mostrando assim, a sua consolidação como campo disciplinar e forte entrelace com a Tradução, além do surgimento de outro elo relevante para a presente pesquisa: Estudos da Tradução, Terminologia e uma nova subárea Interpretação de Língua de Sinais, que por sua vez pode se subdividir em: Interpretação de conferências, educacional, religiosa, médica, jurídica, midiática e etc. Onde o foco desta pesquisa entrelaça a Terminologia e essa relação íntima com a Interpretação de Língua de Sinais.

3 A TERMINOLOGIA, A LÍNGUA DE SINAIS

E O INTÉRPRETE EDUCACIONAL

Assim, o uso da Terminologia para atuação dos intérpretes de Língua de Sinais é tão relevante em uma interpretação de uso de linguagem especializada, como é o caso do intérprete educacional, que tem como papel principal o repasse de informações de várias áreas de conhecimento sendo uma delas a História

O intérprete de Língua de Sinais Educacional, principalmente no ensino médio, é uma área pouco estudada, segundo Belém (2010, p. 8) devido “ao grande número de professores e disciplinas, e seu caráter de formação geral e profissionalizante [...] que merece ser pesquisado, especialmente quando estão presentes jovens surdos usuários de Libras que precisam ter acesso a temáticas específicas em diferentes áreas técnicas”.

Faz-se então necessário essa diferenciação do profissional que atua no meio educacional, dos demais intérpretes de LSB. Pesquisadoras como Quadros (2004), Belém (2010), Santos (2014) e Albres (2015), trazem estudos que focam nessa prática tão diferenciada dos demais e que tanto necessitam dessa parceria dos estudos da Terminologia da Língua de Sinais.

Para estas autoras, “o intérprete educacional é aquele que atua como profissional na área da educação” (QUADROS, 2004, p.60-61), “que fica dividido em atender ao aluno, ou em acompanhar o ritmo imposto pelo professor ou pela escola” (BELÉM, 2010, p. 19), “[...]está envolvido, além do processo tradutório, nas práticas educacionais e que, devido a isso, constitui habilidades específicas a serem desenvolvidas nesse espaço. Não se trata de substituir ou tomar o lugar do professor [...]” (SANTOS, 2010, p. 81), mas de ser “mediador e coparticipante do processo de ensino-aprendizagem, estudando o conteúdo que vai interpretar, pesquisando os sinais e as formas de dizer as explicações[...]” (ALBRES, 2015, p. 61) das disciplinas tendo como Língua de Sinais o suporte comunicativo.

Tendo como base os desafios encontrados pelo profissional Tradutor/Intérprete de LSB no âmbito da interpretação simultânea de várias disciplinas no âmbito educacional incluí-se na disciplina de história, devido a carência de sinais-termos e ausência de padronização, além da necessidade de clareza na interpretação e melhor compreensão do estudante surdo que surge esta pesquisa.

4 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO DOS INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA E AS TERMINOLOGIAS NAS AULAS DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO

O público alvo são os Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais que atuam nas escolas da esfera Estadual do Maranhão, que tem como campo de atuação o Ensino Médio. No Maranhão, esse profissional é vinculado ao quadro de profissionais através de concurso e cargo nomeado como Professor Intérprete de Libras. Alguns desses profissionais têm carga horária de vinte horas e outros quarenta horas semanais. Para a pesquisa foi escolhido um quantitativo de 10 (dez) intérpretes que trabalham em escolas diferentes, pensou-se nessa logística para que se tivesse uma análise mais ampla.

Destaca-se que a maioria dos TILS são advindos do último concurso realizado pelo Governo do Estado, em 2015 que atraiu intérpretes de diversos estados do Brasil, além do próprio Maranhão. Têm-se intérpretes dos Estados do Piauí, Bahia, Pará e Goiás. O que traz para suas interpretações uma riqueza cultural e regional de seus Estados.

Optou-se pela escolha do Ensino Médio, especificamente o terceiro ano, por ser o último ano do ensino médio e sugere-se que os alunos tenham e estejam construído uma bagagem para ingressarem na universidade e necessitam do conhecimento de vários termos para um melhor entendimento e resolução da prova do ENEM.

Tem-se como objetivo em âmbito geral, a investigação, pretendendo entender como e quais estratégias os intérpretes de LS utilizam nas aulas de história mediante as interpretações simultâneas de termos que não possuem correspondentes na Língua de Sinais ou

não são sinais-termos padronizados para a área científica. Além de levar os TILS à reflexão para ampliação de estudos da Língua de Sinais focando na estruturação de novas terminologias para o campo científico.

Tendo como foco o Ensino Médio, foram usadas as questões das provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que é uma porta de entrada para Universidades Federais e Estaduais de todo país. As provas escolhidas foram as dos anos de 2009 à 2017, sendo que este recorte temporal escolhido se deve a nova versão da prova que substituiu a maioria dos vestibulares tradicionais das universidades.

O processo de separação das questões específicas da história foi feito com a ajuda de um site de concurso que possui um armazenamento de questões também das provas do ENEM e ferramentas de filtro para uma maior precisão de ano, área de conhecimento e bancas. Todas as questões foram separadas e compiladas em arquivo de texto simples (.txt), para que se pudesse fazer uma filtragem dos termos mais recorrentes.

Após reunidas as questões do ENEM em um único documento em formato de texto simples (.txt) foram eliminadas as pontuações e *stopwords*⁹ para gerar uma lista de palavras significativas, e assim gerar um ranking de palavras que mais aparecem nas provas.

O programa gera tanto uma lista de frequência de palavras como também pode mostrar toda a concordância das palavras esco-

⁹ São palavras e ou conectivos usados nos textos, mas que são vazios em significado isoladamente.

lhidas. Para a lista de frequência de palavras, o *software* foi alimentado com o arquivo txt. e no comando *word list* e logo em seguida em *start* a lista é gerada.

Tabela 1 - Frequência dos termos selecionados para compor a pesquisa

Termos	Frequência
República	98
Democracia	87
Ditadura militar	40
Nação	31
Capitalismo	16
Oligarquia	16

Fonte: Elaborado pela autora

Para a próxima fase da pesquisa foi realizada a busca desses termos no livro didático utilizado pelas escolas estaduais atualmente. Foram extraídos trechos do livro contendo os termos, para que os TILS pudessem simular uma interpretação simultânea destes. Abaixo os trechos selecionados (Quadro 1):

Quadro 1 - Os trechos do livro didático

Termos	Trechos do livro didático
1 República	Nas primeiras décadas da República, os operários trabalhavam geralmente 10, 12, até 14 horas por dia em ambientes abafados, sujos e mal iluminados. Muitas vezes também aos sábados e nas manhãs de domingo (p. 68)
2 Democracia	Uma democracia pode ter limitações, mas ela garante a liberdade para se lutar contra essas limitações, para se exprimir opiniões e para que as diferenças de ideias, religião, cor e gênero convivam. A democracia anda com a liberdade e a tolerância (p.181).

3	Ditadura Militar	O historiador Daniel Aarão Reis tem defendido que o regime instaurado em 1964 não seja conhecido apenas como “ditadura militar”, mas como “ditadura civil-militar”, pois contou com a participação civil (p.222).
4	Nação	Os fascistas valorizavam a nação em oposição ao indivíduo. Diziam que, para conter o individualismo, era necessária uma nação forte, unida, sem luta de classes, e que assim a Itália reviveria as glórias do Império Romano (p.84)
5	Capitalismo	O desdobramento mais terrível da Grande depressão para os assalariados foi o desemprego, que atingiu níveis altíssimos e sem precedentes na história do capitalismo, em vários países do mundo (p.80).
6	Oligarquia	Para vários historiadores, como Boris Faustos, o movimento de 1930 foi uma disputa entre diferentes grupos oligárquicos, que resultou na vitória das oligarquias de Minas, Rio Grande do Sul e parte da região hoje chamada de Nordeste (p.113)

Fonte: BOULOS JÚNIOR, 2016.

Nesta etapa, foi feita uma simulação, a ideia era que os intérpretes fizessem uma interpretação simultânea dos trechos como se estivessem interpretando uma aula de história. Foi marcado um encontro com cada um dos 10 intérpretes, a eles foi dado um termo de consentimento livre e esclarecido, para que o conteúdo das interpretações fosse utilizado nessa pesquisa, mas sem a exposição da figura deles.

Os trechos foram lidos por uma terceira pessoa e sem nenhum contato prévio dos intérpretes com os trechos, foi gravada a interpretação de cada um para uma observação mais detalhada, para resguardar a imagem dos participantes serão chamados de Intérprete 1 ao Intérprete 10, para serem referenciados.

Após a observação dos vídeos foi feito um questionário com os mesmos intérpretes que aceitaram participar da pesquisa. O questionário foi elaborado no Google Formulários e enviado a cada um por um link, para que não fosse feita a identificação de quem eram as respostas, deixando – os livres para dar suas opiniões.

5 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Após a análise dos vídeos obtidos no experimento de simulação de interpretação simultânea de uma aula de história foi possível identificar alguns padrões descritos a seguir nos resultados.

5.1 Sinais-terminos apresentados pelos intérpretes

O termo República:

- Os intérpretes 2, 6, 8, 9 e 10 utilizaram o método de soletração do alfabeto manual, ou seja, a datilologia para repassar o termo;
- Os intérpretes 3 e 4 utilizaram o mesmo sinal na interpretação do termo;
- Os intérpretes 5 e 7 utilizaram o mesmo sinal do termo;
- O intérprete 1 somou o uso da datilologia ao sinal de PERÍODO;

O termo Democracia:

- O intérprete 1 e 10 fizeram o uso do recurso da datilologia para repassar a informação;
- Os intérpretes 2, 3, 6, 8 e 9 utilizaram o mesmo sinal para na interpretação do termo;

- O intérprete 4 fez o uso do mesmo sinal de LIBERDADE para interpretar o termo democracia, porém deixou o trecho um pouco confuso já que a palavra aparece duas vezes;
- O intérprete 5 fez uso de dois sinais para interpretar o termo os sinais VOTO e LIBERDADE;

O termo Ditadura Militar;

- O intérprete 1 faz uso da datilologia somado ao sinal de POLÍCIA;
- O intérprete 2 faz uso de um sinal bem diferente do que os outros intérpretes usaram;
- Os intérpretes 6, 8 e 9 utilizam o mesmo sinal para a interpretação do termo;
- O intérprete 3 e 5 faz uso de dois sinais para interpretar o termo;
- O intérprete 4 faz uso de dois sinais para interpretar o termo;
- O intérprete 7 faz uso de dois sinais para interpretar o termo;
- O intérprete 10 faz o uso do recurso da datilologia para repassar a informação.

O termo Nação:

- Os intérpretes 1, 2, 3, 4, 5, 8 e 9 fazem uso do sinal de PAÍS para se referir ao termo;
- Os intérpretes 6, 7 e 10 fazem o uso do sinal de POVO para se referir ao termo;

O termo Capitalismo:

- Os intérpretes 2, 5, 7 e 10 utilizaram o recurso da datilologia para interpretar o termo;
- O intérprete 1 usou a combinação do sinal de SALÁRIO e da datilologia para repassar a informação;
- O intérprete 3 usa o sinal de ECONOMIA para interpretar o termo;
- O intérprete 4 usa a combinação do sinal de ECONOMIA e da datilologia para repassar a informação;
- O intérprete 6 faz uso de dois sinais para interpretar o termo;
- O intérprete 8 faz uso de um sinal para interpretar o termo;
- O intérprete 9 faz uso de um sinal para interpretar o termo;

O termo Oligarquia:

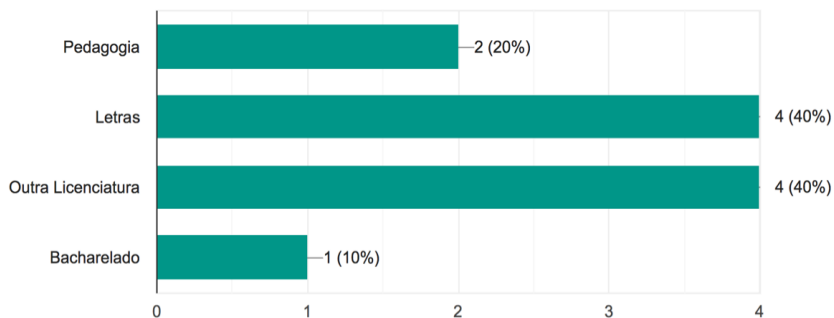
- Os intérpretes 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 usam o recurso da datilologia para repassar a informação;
- O intérprete 2 o sinal de GRUPO ++ e CAMPO para se referir ao termo;
- O intérprete 3 faz uso de dois sinais para interpretar o termo, o sinal de GRUPO e RICO.

5.2 Respostas obtidas com o questionário

Após a observação dos vídeos foi feito um questionário com os mesmos intérpretes, os dados obtidos foram:

1. Qual a sua formação?

Gráfico 1 – Respostas da primeira pergunta feita aos dez intérpretes



Fonte: ALMEIDA, 2018, p.49

2. Para você quais são as dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos para a compreensão das aulas de história?

Quadro 3 – Respostas dos intérpretes para a segunda pergunta

Resposta 1: Falta de recursos visuais;
Resposta 2: Falta de recursos visuais;
Resposta 3: Muitos termos típicos da disciplina de história não têm sinal correspondente, e devido a vastidão de informações de conteúdo se agrava mais;
Resposta 4: Falta de conhecimentos prévios que os alunos precisam ter, que são ensinados nas series anteriores;
Resposta 5: Certamente, uma das dificuldades é a falta de adaptação dos conteúdos e da metodologia de ensino frente as diferenças e especificidades do ensino para estudantes surdos visando propiciar maior reflexão da prática em sala de aula. Outra questão envolve a necessidade de aumentar o léxico da Libras nesta área em específico;

Resposta 6: Uma falta de sensibilidade do professor em adaptar suas aulas para ficarem mais atrativas, utilização de imagens, joguinhos de perguntas e respostas com imagens para melhor aquisição de aprendizado e falta de um padrão de sinalário na área;

Resposta 7: O conhecimento dos eventos históricos propriamente ditos;

Resposta 8: Metodologia do professor pautada em: cópia do quadro ou livro, não utilização de figuras/imagens e aula essencialmente expositiva (não dialógica).

No quesito da tradução e interpretação uma das dificuldades é o desconhecimento acerca do conteúdo (temática) da aula específica. A disciplina de história possui um vocabulário próprio com palavras, acontecimentos e personagens que muitas vezes já possuem sinal em Libras (mesmo que não padronizados em todo Brasil), mas por serem pouco usual no dia-a-dia não se memoriza. Para além, o conhecimento acerca do conteúdo das aulas facilitaria na construção de estratégias de interpretação melhores (como no uso de classificadores mais claros). Por fim, falta a PADRONIZAÇÃO, CATALOGAÇÃO E VALIDAÇÃO de determinados sinais relacionados a questões técnico científicas;

Resposta 9: Sinais específicos da área que muitas vezes não tem. Aulas expositivas e sem contexto;

Resposta 10: Muitos deles não tiveram uma base sobre conhecimentos históricos, também tem dificuldade de leitura, por não terem conhecimento do português, o que acaba dificultando a compreensão.

Fonte: ALMEIDA, 2018, p.50

3. Que ferramentas você poderia citar que ajudariam a uma melhor compreensão dos alunos nas aulas de história?

Quadro 4 - Respostas dos intérpretes para a terceira pergunta

Resposta 1: O uso de recurso visuais como vídeos, slides, cartazes;

Resposta 2: O uso de recursos visuais como vídeos, slides, imagens relacionadas ao conteúdo;

Resposta 3: Imagens, sinais específicos da disciplina;

Resposta 4: Leituras complementares em casa após a aulas ministradas pelos professores;

Resposta 5: Dicionários e Enciclopédias de Libras e de história;

Resposta 6: Utilização de data show com imagens coloridas voltadas para o conteúdo abordado, vídeos com legendas para que o surdo absorva melhor;
Resposta 7: Mais imagens representativas dos momentos históricos;
Resposta 8: No processo interpretativo utilizo o celular, mostro imagens e vídeos em libras de alguma temática específica. Se o espaço permite utilizo o que tenho em mãos! Contudo, essa não é uma responsabilidade do Intérprete de Libras, por isso não torno essa prática corriqueira e de conhecimento geral, pois penso que o professor já deveria preparar a aula pensando no aluno surdo que ele possui; Ademais, boas ferramentas são: a utilização - de forma adequada - de mapas, fotos, imagens, vídeos (em libras ou com legenda) e dinâmicas. Por exemplo, se quer ensinar 1ª Guerra Mundial para estudantes (surdos e ouvinte) que não sabem onde fica a Europa, quiçá a Áustria-Hungria do Duque Ferdinando. É necessário abusar das estratégias visuais para tornar o conhecimento menos abstrato e mais concreto! Para o Intérprete, explicar o conceito e combinar um sinal é uma possibilidade;
Resposta 9: visuais com exposição de imagens, personalidades, fontes históricas;
Resposta 10: Que o professor regente também se preocupasse em trazer uma aula mais visual para a turma, além do próprio interesse do aluno em conhecer sua própria história.

Fonte: ALMEIDA, 2018, p.50, 51.

4. Que dificuldades você encontrou na interpretação simultânea simulada de trechos retirados do livro didático de história?

Quadro 5 - Respostas dos intérpretes para a quarta pergunta

Resposta 1: A leitura rápida;
Resposta 2: Leitura rápida;
Resposta 3: Tentar passar de forma clara para o aluno é sempre uma complicação;
Resposta 4: Falta de contato com algumas expressões próprias da disciplina e não conhecimentos de sinais dessa área;

Resposta 5: Desconhecimento de itens lexicais da Libras na área de história;
Resposta 6: A falta de sinais para corresponderem as palavras lidas na pergunta;
Resposta 7: A falta/desconhecimento do sinalário específico;
Resposta 8: O clima de súbito, acho que para efeitos de pesquisa seria interessante uma ambientação mais privada que assegurasse uma concentração melhor (apesar que em algumas salas de aulas para conseguir concentração é raridade). Se o contexto fosse mais amplo poderia criar estratégias de marcação de referentes classificadores melhores. A última frase não estava muito clara!
Resposta 9: A de alguns sinais que não conhecia;
Resposta 10: O desconhecido do que iria ser abordado, como aconteceu em sala de aula. Além de a ausência de sinal para alguns termos da própria história.

Fonte: ALMEIDA, 2018, p.51

5. Que ferramentas você acha que ajudariam a melhorar sua interpretação simultânea em sala de aula?

Quadro 6 - Respostas dos intérpretes para a quinta pergunta

Resposta 1: O acesso antecipado dos conteúdos;
Resposta 2: Ter acesso antecipado dos conteúdos;
Resposta 3: Uso de imagens com certeza e explicação por parte do professor sobre termos específicos;
Resposta 4: Conhecimento do assunto com antecedência da aula e conhecimento do plano de aula para que possa se preparar anteriormente.;
Resposta 5: Glossário de Libras nesta área disponibilizado no YouTube;
Resposta 6: Vídeos com legendas, imagens coloridas passadas pelo professor num Datashow para fixar melhor em sua mente;
Resposta 7: Sinais específicos e recursos visuais;
Resposta 8: Assegurar uma sistemática formação continuada para intérpretes (educacionais), formação continuada para os demais professores (para aprenderem a como lidar com os surdos e suas produções), estudo dos sinais específicos (se tiverem produções), acesso ao planejamento do professor e o compromisso pessoal em usar o seu tempo de planejamento para estudar;

Resposta 9: O recurso de elementos visuais e simultaneidade com a interpretação;

Resposta 10: Ter o plano de aula antes, ter uma troca com o professor regente de como melhor abordar tal assunto.

Fonte: ALMEIDA, 2018, p.52

6. Que método você utiliza em uma interpretação simultânea que possuem termos científicos sem correspondente linguístico na Língua Brasileira de Sinais?

Quadro 7 - Respostas dos intérpretes sexta para a pergunta

Resposta 1: Datilologia. Como também exemplificação para explicar o significado do termo;

Resposta 2: O uso da datilologia. E exemplificação para o surdo entender o significado do termo científico;

Resposta 3: Escrevo ou peço para professor escrever no quadro e faço apontação;

Resposta 4: Uso da datilologia e tentar explicar usando outros sinais através de exemplos para que o surdo possa compreender a mensagem passada;

Resposta 5: Em nível lexical, procuro utilizar sinais cujo significado é equivalente aos termos usados, ou ainda, conceituar o termo científico, caso o tempo permita realizar este processo;

Resposta 6: Uso a Datilologia;

Resposta 7: Datilologia somada a apontamentos, caso haja recursos visuais disponíveis no livro ou trazidos pelo professor;

Resposta 8: Datilologia; pergunto se o surdo sabe o sinal; explico o conceito (se tiver tempo); combino sinal;

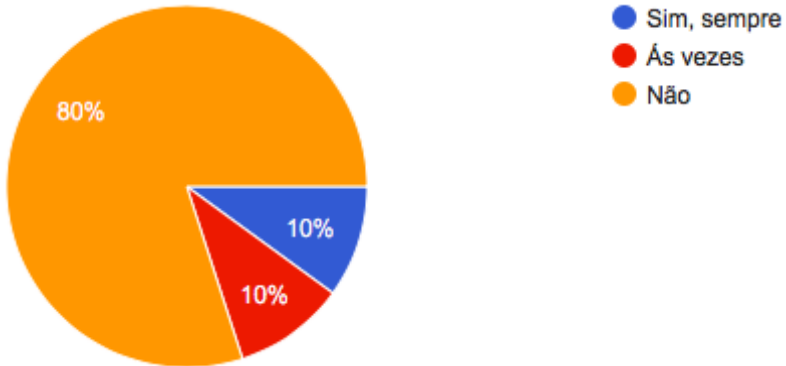
Resposta 9: A datilologia e ou explicação do termo;

Resposta 10: Datilologia.

Fonte: ALMEIDA, 2018, p.52

7. Você tem acesso ao plano de aula com antecedência para estudo a fim de pesquisar termos e melhor compreendê-los, facilitando a interpretação em uma aula de história?

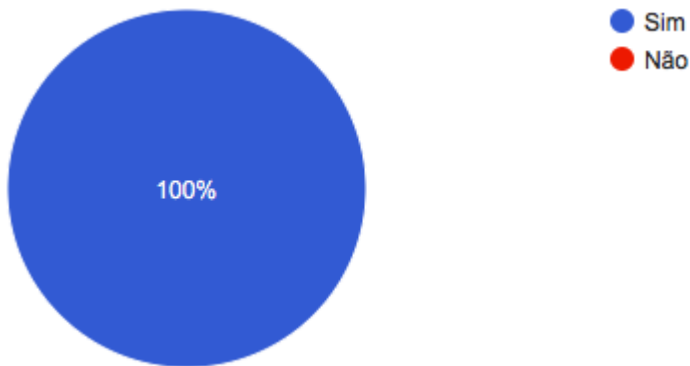
Gráfico 2 – Respostas da sétima pergunta



Fonte: ALMEIDA, 2018, p.53

8. Você acha necessária a padronização de sinais-termos para áreas científicas como a história?

Gráfico 3 – Respostas da oitava pergunta



Fonte: ALMEIDA, 2018, p.53

9. Explique o porquê da sua resposta anterior!

Quadro 8 – Explicação dos intérpretes referente à oitava pergunta

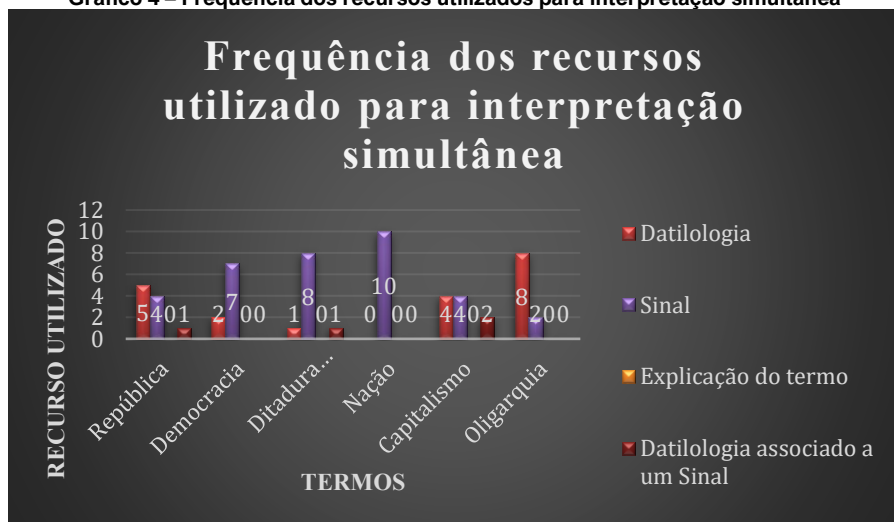
Resposta 1: Ampliar o vocabulário da língua, bem como facilitar a transmissão da mensagem;
Resposta 2: Ampliar o vocabulário da Libras. E melhor transmissão do conteúdo;
Resposta 3: Para dar agilidade e clareza a interpretação;
Resposta 4: Pois fica mais fácil para o aluno e o intérprete, quando não conhecem um determinado sinal, no momento de uma pesquisa prévia, encontrar o sinal e seu significado;
Resposta 5: A ausência da padronização de sinais-terminos nas áreas específicas traz problemas, prejuízos para usuários e profissionais que atuam com Libras tanto na docência como na tradução, pois provoca o uso excessivo da datilologia, interrupções na tradução/interpretação e inadequação de significados são alguns desses problemas;
Resposta 6: Iria servir para facilitar a vida tanto do surdo quanto a do intérprete com um fácil acesso ao sinalário da disciplina em relação a pesquisa dos conteúdos ministrados em sala;
Resposta 7: Sim, visto fazer parte do currículo nacional, seria importante para a compreensão.
Resposta 8: A padronização de sinais-terminos para áreas científicas é importante, pois evitaria a prática de combinar sinais. A ausência da padronização implica em ruídos na comunicação e na compreensão de informações principalmente quando o surdo sai daquele meio (onde o sinal é combinado) e enfrenta situações com provas de seleção (onde o intérprete pode usar outro sinal), a exemplo do Enem. Na medida em que os sinais são criados aleatoriamente (pois o que é combinado transpõe para os muros além da escola), haverá uma língua de sinais por vezes regionalizada dentro de um mesmo município, o que enfraquece a Libras como língua e interfere no processo de ensino;
Resposta 9: Uma vez padronizadas é possível o acesso de sinais não só à profissionais, mais a alunos e interessados na área para ampliação do sinalário e da própria língua;
Resposta 10: Facilitaria tanto para o surdo quanto para o intérprete, para passar e receber a informação de forma mais clara;

Fonte: ALMEIDA, 2018, p.54

5.3 Análise de dados

Como se pode observar o uso da datilologia acaba sendo muito recorrente na maioria dos casos, esta ocorre quando o termo não possui um sinal-termo que o expresse ou mesmo associada a um sinal. No gráfico abaixo (Gráfico 4), é possível visualizar a frequência do uso dos recursos que são citados pelos intérpretes no questionário e executados por eles na interpretação simultânea.

Gráfico 4 – Frequência dos recursos utilizados para interpretação simultânea



Fonte: ALMEIDA, 2018, p.55

A datilologia não deve ser eximida de sua utilização tendo em vista o parágrafo único da Lei 10.436/02 que diz que “a Língua Brasileira de Sinais - Libras¹⁰ não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”. Sendo a datilologia um empréstimo linguístico, ela faz uma conexão entre a LSB e a Língua Portuguesa, sendo

¹⁰ Optou-se por conservar a nomenclatura contida na Lei 10.436/02.

importante para o Surdo o reconhecimento da escrita desses termos, na língua majoritária do seu país.

O uso da datilologia associado a um sinal é um recurso que pode gerar interesse no uso da segunda língua. Segundo Quadros (1998, p. 99) “é fundamental criar o interesse nos alunos pela segunda língua. A leitura e a escrita devem ultrapassar o âmbito da sala de aula e ser significativa para vida”. Então fazer a conexão entre o sinal-termo usado e a escrita do mesmo é um recurso valioso, tendo em vista a educação bilíngue que sugere o aprendizado da Língua Portuguesa como uma segunda língua, tendo o foco bilíngue não só para a prova do ENEM ou na educação escolar, mas para a vida.

Outro ponto interessante a ser percebido é a variedade de sinais utilizados para determinado termo que, como já foi dito, deveria ser padronizado, tendo em vista que se trata de termos de uma área especializada. Essa situação ocorre no termo Ditadura Militar, Democracia e República, a variedade de sinais usada é significativa, sendo muitos desses sinais combinados entre os intérpretes e surdos, como a resposta do intérprete 8 à sexta pergunta, que acabam repassadas, modificadas e combinadas em outra escola diferente, o que traz prejuízos quando se pensa em uma terminologia de uma área científica, sendo que o melhor recurso seria a padronização do termo, tendo em vista a prova em LSB que está sendo utilizada pelo MEC para todo o Brasil, mas que acabam usando sinais também de forma diferente.

Tendo como foco a primeira pergunta, sobre sua formação, e comparando as dificuldades apresentadas na interpretação, os da-

dos mostram uma realidade dos intérpretes educacionais hoje, a diversidade de suas formações acadêmicas e em sala de aula tendo que interpretar assuntos de diversas disciplinas que não são da sua formação e somente o professor regente é formado naquela área específica.

Quando questionados sobre o que poderia ajudar a melhorar a interpretação, muitos responderam que ter o plano de aula do professor regente ajudaria a pesquisa e a organização de ideias para o momento da interpretação, além de apontarem que a ausência de recursos visuais usados pelos professores dificulta a compreensão do aluno Surdo, tendo em vista, que a percepção desse aluno que é visual.

Já sobre necessidade de padronização de sinais-termos para áreas científicas, como a história, todos os informantes concordam que é de suma importância e quando questionados sobre o porquê dessa importância a resposta também foi unânime ao falarem que facilitaria tanto o trabalho do profissional intérprete.

Destacamos aqui a resposta do intérprete 8: “A padronização de sinais-termos para áreas científicas é importante, pois evitaria a prática de combinar sinais. A ausência da padronização implica em ruídos na comunicação e na compreensão de informações principalmente quando o surdo sai daquele meio (onde o sinal é combinado) e enfrenta situações com provas de seleção (onde o intérprete pode usar outro sinal), a exemplo do Enem[...]”.

A Interpretação e a Terminologia possuem áreas em comuns em ambas as ciências, visto que o tradutor/intérprete se dedica, direta ou indiretamente, com assuntos terminológicos a todo instante

se depara com pontos ligados ao conhecimento de uma linguagem de especialidade (VALE, 2018).

A necessidade do desenvolvimento de estudos da terminologia da história em LSB é perceptível após a análise dos dados, e é notória a preocupação dos TILS na busca da melhor forma de levar ao aluno Surdo à informação exposta em sala de aula que são de grande valia para sua formação acadêmica e social. As pesquisas terminológicas ainda são tímidas, mas já é percebido a importância das mesmas para o meio educacional, onde objetiva-se formar cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou diante das análises descritas, remeter alguns pontos de reflexão sobre a prática interpretativa de linguagem especializada, especificamente da área científica da história. Na tentativa de entender quais metodologias são utilizadas pelos intérpretes educacionais do ensino médio da rede de ensino do Estado do Maranhão.

O trabalho em comento também objetivou mostrar a importância da utilização de sinais-termos para ajudar e facilitar o repasse de informação pelo intérprete para o aluno Surdo, além de mostrar a importância da relação entre os Estudos da interpretação da Língua de Sinais e a Terminologia para o desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais, assim como para o desenvolvimento cultural, de identidade, social e histórico do sujeito Surdo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 04 março 2021.
- ALBRES, Neiva Aquino. **Intérprete educacional: políticas e práticas de sala de aula inclusiva**. São Paulo. Harmonia. 2015.
- ALMEIDA, Andréia P. **O intérprete de língua de sinais brasileira e as terminologias nas aulas de história do ensino médio**. São Luís, 2018. 60 p. Monografia (Bacharelado em Letras-Libras) Universidade Federal de Santa Catarina.
- BELÉM, Laura J. M. **A atuação do intérprete de Língua Brasileira de Sinais no ensino médio**. UNIMEP, Piracicaba, 2010.
- BIDERMAN, Maria T. C. Terminologia e lexicografia. **Tradterm**, [S. l.], v. 7, p. 153-181, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49147>. Acesso em: 30 maio. 2021.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História e cidadania**, 3º ano – 2. Ed. – São Paulo: FTD. 2016.
- FARIA-NASCIMENTO, Sandra P. **Representações lexicais da Língua de Sinais Brasileira: uma proposta Lexicográfica**. Brasília, 2009. 325 p. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade de Brasília.
- FARIA-NASCIMENTO, Sandra P. A organização dos morfemas livres e presos LBS: reflexões preliminares. In: QUADROS, R.M.; STUMPF, M.R.; LEITE, T.A. (org). **Estudos da língua brasileira de sinais**, v. 1. Florianópolis: Insular. 2013.
- FELIPE, Tânia A. Os processos de formação de palavra na Libras. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 200–217, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/803>. Acesso em: 30 maio. 2021.
- FINATTO, Maria J. B. KRIEGER, Maria G. **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

HOLMES, James S. *The Name and Nature of Translation Studies*, 1972/ 1994. In: VENUTI, L. **The Translation studies reader**. New York: Routledge, 2000.

LACERDA, Cristina B. F. Um pouco sobre a história da educação dos surdos. Cadernos do CEDES (UNICAMP), **Papirus**, v. 46, p. 68-80, 1999. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000409108> . Acesso em 04 março 2021.

LACERDA, Cristina B. F. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação** (UFPel), v. 36, p. 133-153, 2010. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n36/06.pdf> Acesso em 04 março 2021.

NASCIMENTO, Aina C. C. S. **A presença da terminologia na literatura traduzida (francês - português)**: algumas reflexões. São Paulo, 2011. 126 p. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Francesa. Universidade de São Paulo.

NASCIMENTO, Cristiane B. do. **Terminografia em Língua de Sinais Brasileira**: Proposta de Glossário Ilustrado Semibilíngue do MeioAmbiente, em mídia digital. Brasília, 2016. 222 p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília.

PAGANO, Adriana; VASCONCELLOS, Maria L. Estudos da tradução no Brasil: reflexões sobre teses e dissertações elaboradas por pesquisadores brasileiros nas décadas de 1980 e 1990. **DELTA**, vol.19, p.1-25, 2003.

PEREIRA, Carlos C. A. F. **Ensino de história para alunos surdos**: práticas educacionais em escola pública de educação de surdos de São Paulo. *História & Ensino*, Londrina, v. 23, n. 1, p. 159-172, 2017.

PROMETI, Daniela. R. **Glossário bilíngue da língua de sinais brasileira**: criação de sinais dos termos da música. Brasília, 2013. 107 p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília.

QUADROS, Ronice M. **O tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Especial, Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC e SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice M; KARNOPP, Lodenir B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

PAVEL, S; NOLET, D. **Manual de terminologia**. Tradução de Enilde Faulstich Gatineau, Québec: Direção de Terminologia e Normalização – Departamento de Tradução do Governo Canadense, p. 166, 2002.

RODRIGUES, Carlos H. **A interpretação para a Língua de Sinais Brasileira: efeitos de modalidade e processos inferenciais**. Belo Horizonte, 2013. 255 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais.

SANTOS, Lara F. **O fazer do intérprete educacional: práticas estratégias e criações**. São Carlos, 2014. 203 p. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade de São Carlos.

SILVA, K. V. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed., 2a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

TUXI, Patrícia S. **A Terminologia na Língua de Sinais Brasileira: proposta de organização e registros de termos técnicos e administrativos no meio acadêmico em glossário bilíngue**. Brasília, 2017. 232 p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília.

VALE, Luciana M. A importância da terminologia para o tradutor/intérprete de língua brasileira de sinais. **Translatio**. Porto Alegre, n. 15, junho de 2018. Pp.305-320. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/81599/48548>. Acesso em: 04 fev. 2021.

VASCONCELLOS, Maria L; BARTHOLAMEI JR., Lauthenai. A. **Estudos da Tradução I**. Material didático do curso a distância Letras/Libras. Florianópolis, SC: UFSC, 2008.

ACESSIBILIDADE EM LIBRAS NOS ESPAÇOS ARTÍSTICOS CULTURAIS LUDOVICENSES

Andrea Rejane Melo Brito
Léa Cristina Ferreira Santos

1 INTRODUÇÃO

A humanidade, ao longo do tempo, tem preservado suas heranças e valores como forma peculiar de ver o mundo que a cerca. Portanto, considerar a questão artístico-cultural maranhense com acessibilidade em Libras representa, entre outros aspectos, o modo como o sujeito ver a cultura local no qual está inserido.

É nessa perspectiva que esta pesquisa se apresenta, ao trazer a lume leis que assegurem a igualdade a todos os cidadãos, independentemente de suas condições, o que requer quebra de barreiras arquitetônicas e atitudinais.

Nesse mesmo caminho, no que se refere à acessibilidade das pessoas surdas a Lei 10.436/2002¹¹ garante o acesso a informações

¹¹ A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão.

por meio da Língua Brasileira de Sinais – Libras, assegurando a presença do profissional intérprete.

Com a proposta de identificar eventos artístico-culturais ludovicenses com acessibilidade em Libras, o presente trabalho seguirá um caráter descritivo e exploratório de abordagem qualitativa, de fonte primária através de questionário online e secundária por meio de distintos aparatos bibliográficos.

Na busca por caminhos que direcionem atingir os objetivos propostos, pretende-se ainda trazer reflexões sobre o direito que a comunidade surda tem em conhecer a cultura local, além de minimizar a escassez de informações em Libras, o que facultará aos surdos, um maior conhecimento sobre a cultura regional.

Ademais, pretende-se lançar um olhar sobre a prática profissional do intérprete em eventos, valendo-se da ascensão social dessa língua e do sujeito surdo a partir da sua percepção de mundo como partícipe desta sociedade.

Desse modo, o trabalho versará sobre o aspecto conceitual da acessibilidade por meio da análise da legislação, com a proposta de discorrer sobre a trajetória do profissional intérprete de Libras.

Finalmente, será identificado os eventos artístico-culturais da cidade de São Luís que contaram com o trabalho de profissionais intérpretes de Libras, além de refletir sobre a acessibilidade nos espaços culturais ludovicenses, com vista ao respeito ao turista, usuário da Língua Brasileira de Sinais.

2 ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DAS LEGISLAÇÕES

No Brasil, o termo acessibilidade aparece na Lei 10.098/2000 ao estabelecer normas e acesso às pessoas com deficiência. A expressão além de contemplar espaços físicos e arquitetônicos, traz um olhar voltado para o acesso à comunicação, contemplada pela Lei nº 10.436 ao reconhecer a Língua Brasileira de Sinais como língua da comunidade surda.

A palavra acessibilidade, bem como deficiência quando se leva em conta a definição dos termos, parece não caber dentro das especificidades com vista à pluralidade de pessoas. Pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) o vocábulo aparece como sendo garantia de direitos no âmbito físico, social, econômico e cultural ao fazer referência às pessoas com deficiência e as barreiras que lhe são impostas.

A Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI, em sua definição sobre acessibilidade, trata que este termo perpassa por questões que venham se constituir como acesso em diferentes aspectos, inclusive de comunicação.

No seu Art. 42, traz a seguinte descrição: “a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (...)”. O que significa que todo o entrave para o acesso das pessoas com deficiência ao uso desses direitos, constituiria desigualdade.

Romeu Sasaki (2013), em uma citação sobre acessibilidade, comenta que em 1950 o ponto de partida para a garantia de direitos foram as reivindicações populares frente à necessidade

de acesso a bens públicos. Nessa garantia de direitos, em 1975, as Nações Unidas reconhecem que as pessoas com deficiência devem ter acesso a todos os bens e serviços de igual modo como os cidadãos da mesma faixa etária.

Contudo, não bastaria garantir acesso a bens públicos, como previsto pela LBI. Deve-se considerar as barreiras atitudinais, descritas pela lei como “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas”.

Nesse ponto de vista, Fernandes e Lippo (2013) chamam atenção sobre o aspecto de uma sociedade não acessível e que exige que sujeitos com deficiência tenham a capacidade de serem “normais” sem considerar os sistemas sociais que se mantêm sobre uma estrutura inadequada para atender as especificidades dos cidadãos. Além disso, há uma dissociação da acessibilidade a um lugar específico como marca de necessidade da pessoa com deficiência. (FERNANDES; LIPPO, 2013, p. 282).

Na luta por equidade de direitos há de se considerar o período em que a educação de surdos se utilizou do método oral para o ensino da fala. Conforme Soares (1999, p.80) “a adoção de um novo método de ensino, voltado prioritariamente para a aquisição e compreensão da fala, passou a ser a solução para a educação de surdos”.

Este fato evidencia que a opção metodológica de supervalorizar a oralidade, acaba desconsiderando a língua de sinais no processo de ensino aprendizagem como direito linguístico, visto que somente em 2002 a comunidade surda conquista o direito de

uso e acesso à informação por meio da Libras com a Lei 10.436/02.

A preocupação por espaços acessíveis se torna cada vez mais necessária, conforme é visto no capítulo IV do Plano Nacional de Cultura – PNC ¹² “Instituir programas para a formação de agentes culturais aptos ao atendimento de crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência e pessoas em sofrimento psíquico”.

Percebe-se que acessibilidade traz um enfoque em princípios norteadores das ações atitudinais, que poderá representar possíveis empecilhos para que o direito da pessoa com deficiência seja respeitado em sua totalidade.

Conforme destacou Sasaki, ao citar a Carta para o Terceiro Milênio: “No século 21, nós precisamos estender este acesso que poucos têm para muitos, eliminando todas as barreiras ambientais, que se interponham à plena inclusão deles na vida comunitária.” (NAÇÕES UNIDAS, 1983 *apud* SASSAKI, 2009, p.16).

Nesse sentido, eventos culturais que garantam acessibilidade em Libras, se constituem respeito à especificidade linguística das pessoas surdas. Visto que a Libras é reconhecida oficialmente, ela deve estar presente em todos os espaços como garantia de direito. Hoje não se luta para que a língua de sinais seja reconhecida, mas se busca por condições que garantam acesso a informação sem discriminação.

Sendo assim, é inegável a contribuição que o intérprete tem para a efetiva comunicação entre surdos e ouvintes, embora, esse profissional tenha obtido reconhecimento legal apenas em 2010

¹² O Plano Nacional de Cultura – PNC trata de princípios, diretrizes para a formulação de políticas culturais.

com a Lei nº12.319, que no Art.6 apresenta como atribuição “atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas”.

Dessa forma, é relevante considerar o papel do intérprete em todos os espaços para que os surdos tenham seus direitos linguísticos assegurados, o que vem ratificar que eventos artístico-culturais que possuem intérprete de Libras como mediadores da comunicação, propiciam quebra de barreiras linguísticas sendo possível despertar maior interesse por parte da comunidade surda em conhecer a cultura local.

Documento que vem atestar esse direito como citado anteriormente, é o Decreto nº 6.949/2009 em seu Art.30 que trata da participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte. Ele estabelece que pessoas com deficiência devem ter identidade cultural e linguística reconhecidas assim como as demais o que inclui a língua de sinais e a cultura surda. Além disso elas devem “Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais (...)”.

Na Lei nº 4.669/2006 que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de São Luís, o termo barreiras nas comunicações e informação é “qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens [...] como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação”. O que corresponde dizer que os eventos artístico-culturais que não dispõem do intérprete de Libras na ilha de São Luís se constituem barreiras para o acesso do surdo à informação.

A Lei 8.313/1991 que trata sobre o apoio à cultura por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura, no seu capítulo I, inc.

3º inclui projetos acessíveis para pessoas com deficiência, no entanto, quando se recorre à Lei nº 13.146/2005 o direito de ter eventos artístico-culturais com inclusão de Libras, não é explicitado nesta legislação.

No que tange a eliminação, redução ou superação de barreiras para a garantia de acessibilidade o Decreto 5.296/2004, prevê na seção II, Art.23 que os locais de espetáculos e outros de natureza similar reservem lugares específicos que facilitem as condições de acesso, circulação e comunicação da pessoa com deficiência.

Sendo assim, informações quando disponibilizadas a todos, sem restrições, reitera a democratização do espaço público, posto que tornar um patrimônio cultural acessível em Libras vai gerar um sentimento de pertencimento e inclusão social de um determinado local que deve ser para todos.

Eventos não acessíveis restringem direitos. A linguagem é uma forma de interação através da qual o indivíduo atua dentro de uma relação social, que ao utilizar recursos linguísticos para expressar pensamentos e ideias, faz uso de gêneros discursivos como afirma Bakhtin (1992), ou ainda de modelos comunicativos com características específicas como diz Marcuschi (2008).

Ao considerar questões identitárias decerto se volta um olhar para as pessoas surdas e sua relação com o ambiente em que vive. Com isso, manifestações artístico-culturais vêm refletir práticas sociais vistas na população ludovicense ao manter vivas suas heranças e identidades como forma peculiar de ver o mundo ao seu redor.

Essa valorização e preservação cultural é percebida nas características da cidade de São Luís que está localizada entre a baía de

São Marcos e São José de Ribamar, sendo a principal cidade da região metropolitana. Conhecida por sua tradição histórica e pelas lendas que mexem com o imaginário popular.

A cidade ludovicense é lugar de grandes poetas e artistas, possui marcante formação arquitetônica do período colonial e apresenta um cenário de praias que a faz conhecida como a Ilha do Amor.

Com toda essa diversidade e belezas naturais, de um cenário cultural riquíssimo, ter eventos acessíveis transcende o nível de cumprimento de leis vigentes, que exige a presença de intérprete de Libras em espaços públicos. É respeitar os ludovicenses e os turistas surdos no que tange a cultura e identidade.

3 ACESSIBILIDADE EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS EM EVENTOS ARTÍSTICOS CULTURAIS LUDOVICENSES

Para Stuart Hall:

A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. Não podemos, em qualquer sentido simples, ser seus autores. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e nossos sistemas culturais. (HALL, 2006. p.40)

Se, por um lado, a língua não é um sistema individual e sim um sistema social, ao se fazer uso para expressar pensamentos, esta não pode estar desprovida de intencionalidade. Nesse ponto, palavras soltas e desconexas de sentidos se tornam abismos de significados, pois é através de múltiplos contextos sociais e culturais que a língua ganha sentido.

A Língua de Sinais tem como marca o uso do canal visual espacial para o estabelecimento da comunicação, os sinais não são isolados ou lançados no ar, antes, carregam significados e sentidos que acontecem a partir do contexto do discurso. Como mencionou Albres (2014, p.82) “é na interação com o outro, em um determinado contexto e tempo específico que os sinais vão tomando significado”.

Fazendo alusão aos ensinamentos de Bakhtin (1992) as formas linguísticas não são engessadas e os falantes da língua fazem uso de elementos linguísticos em condições de enunciações concretas, assim, os sinais utilizados como forma comunicativa pela comunidade surda, vão tomando significados a partir de um determinado contexto e espaço.

Desse modo, a decodificação dos códigos linguísticos dissociados das condições de enunciação deixa de ter sentido. Como nas línguas orais, os sinais de Libras não estão dissociados de significado, visto terem sido convencionados e cuja utilização é realizada mediante a relação entre contexto e uso.

No caso do funcionamento de uma língua de sinais, estes são expressos entre os interlocutores ganhando significado a partir da sua utilização, assim, o convívio com a Libras com enfoque nas tradições artístico-culturais de um povo, vem agregar valores característicos oriundos de uma época a serem perpetuadas às futuras gerações.

Garantir acessibilidade em Libras em espaços artístico-culturais na perspectiva de um resgate histórico, construídos por heranças e tradições é garantir ao público surdo, acesso à informação de modo a tornar ambientes sociais mais democráticos.

No caso de surdos usuários de Libras as informações devem ser representadas por princípios visuais: que de acordo com Reily (2003, p.161) ao tratar sobre a relação entre pensamento e linguagem em crianças surdas, afirma que a apropriação da língua de sinais possibilita “construir significados”.

Firmada em um mundo visual, as línguas de sinais se manifestam como representações sociais, históricas e culturais do sujeito surdo. No Maranhão, o trabalho de interpretação em Libras iniciou em ambiente religioso. A trajetória desse profissional ocorreu com o trabalho voluntário, passando por contratações temporárias até a conquista de espaços por meio de concursos públicos.

Conforme Quixaba e Santarosa (2015, p.14), a partir dos trabalhos desenvolvidos pela Igreja Batista Getsêmani em 1985, houve uma larga divulgação da língua de sinais. O marco importante na história dos surdos maranhenses ocorreu no Centro de Ensino Governador Edson Lobão – CEGEL¹³. Com uma relevante equipe de profissionais da educação, a escola iniciou as classes especiais e posteriormente o ingresso de surdos em classes inclusivas.

Ainda segundo Quixaba e Santarosa essa escola foi durante anos uma referência para os surdos, pois era vista por eles não apenas como um local de ensino, mas de encontro com os seus pares, um lugar onde a comunicação em Libras fluía livremente.

¹³ O CEGEL é uma escola da rede pública do estado do Maranhão, atualmente é denominado Centro Integrado João Francisco Lisboa – CEJOL.

O que se pretendeu, com esse panorama histórico, foi retratar o papel relevante exercido pelo intérprete de Libras no Maranhão, que em virtude da existência de classes inclusivas, em 2001 passam a exercer seus trabalhos por meio de contratos oriundos da Secretaria de Educação do Estado (SOUSA, 2010).

Nesse processo de desenvolvimento e propagação da língua de sinais o Maranhão também apresenta outros espaços e acontecimentos que são registrados historicamente devido a importantes contribuições para a cultura e comunidade surda.

Assim, se faz um destaque às associações de surdos, como a Associação de Surdos da Ilha de São Luís – ASIL, Associação de Surdos do Maranhão – ASMA, Associação dos Surdos de Imperatriz – ASSIM. Nesses ambientes, surdos e intérpretes compartilham uma causa comum: o pleno exercício do direito linguístico por meio da língua de sinais.

Por sua vez, em 2008 foi fundada a Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Maranhão – APILMA, primeira associação de intérpretes que de modo ativo atuou durante três anos e cujas lembranças positivas não a condicionou ao esquecimento em virtude das inúmeras contribuições trazidas. Dentre elas: promoção de encontros, cursos, treinamentos, de forma a contribuir com o desenvolvimento do intérprete maranhense.

Atualmente a categoria de intérpretes conta com um novo espaço, a Associação Maranhense dos Tradutores Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais/Português - AMATILS. O surgimento desta associação vem mostrar, mais uma vez, o crescimento e a visibilidade dos profissionais em diferentes ambientes. O que

vem contribuir não apenas para o reconhecimento dessa classe profissional, mas também para a valorização da cultura e da comunidade surda.

Outro espaço ocupado pelos profissionais intérpretes é o Centro de Ensino de Apoio à Pessoa com Surdez - Professora Maria da Glória Costa Arcangeli (CAS)¹⁴, que tem por finalidade propiciar a difusão da Libras e promoção da política de educação inclusiva, com plena valorização da diversidade linguística dos surdos maranhenses. O centro conta atualmente com professores intérpretes que atuam de modo efetivo em diferentes espaços públicos.

Os intérpretes maranhenses, por meio de várias atividades interpretativas que a profissão exige, conquistam nos anos de 2007 e 2009 vagas na área educacional com os primeiros concursos no âmbito Municipal, Estadual e Federal.

Em 2014 os intérpretes avançam em mais uma conquista: graduação em Letras Libras – Bacharelado, formação acadêmica oferecida pela Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com a Universidade Federal do Maranhão.

Toda essa caminhada evidencia a evolução do profissional intérprete, bem como da língua de sinais no Maranhão. Posto que a intermediação entre línguas tem sido notória em espaços como audiências públicas, reuniões governamentais, ambientes da área de saúde, eventos culturais, entre outros.

No entanto, essa diversidade de áreas interpretativas, tem requerido desse profissional desenvolver distintas competências tra-

¹⁴ O Centro de Ensino de Apoio a Pessoa com Surdez é uma parceria do MEC com a SEE- DUC/SU-EESP, fundado em 15 de julho de 2003 e oficializado em 24 de março de 2004 por meio do Decreto n° 20.348.

dutórias a fim de se apropriar das línguas em uso. Sobre esse aspecto, Rodrigues (2013, p.211) enfatiza que no processo de interpretação simultânea “os intérpretes estão lidando com a enunciação, com o enunciado em seu fluxo natural e imediato de produção”.

Quando se trata do campo literário, Sutton-Spence e Quadros (2014, p. 208) vêm destacar que “interpretação nos estudos literários refere à explicação do significado de um poema, representado em uma outra língua”.

O que corresponde dizer que em eventos artístico-culturais, o profissional intérprete de Libras adentra no universo interpretativo, onde elementos regionais, de características peculiares de um povo estão presentes.

Fato que exige desse profissional a utilização de diversos recursos linguísticos inerentes a língua de sinais como: espaço de sinalização, expressão facial/corporal, estabelecimento de referentes, entre outros, o que tende a possibilitar uma maior competência interpretativa.

Até então, tem-se falado sobre o processo interpretativo efetuado pelo profissional intérprete de Libras. A seguir apresenta-se essa prática de modo mais específico em eventos artístico-culturais na cidade de São Luís, com o intuito de investigar os aspectos de acessibilidade para a comunidade surda local mediada por intérprete de Libras.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados apresentados provêm da colaboração de 21 profissionais intérpretes de Libras que atuaram em eventos artístico-

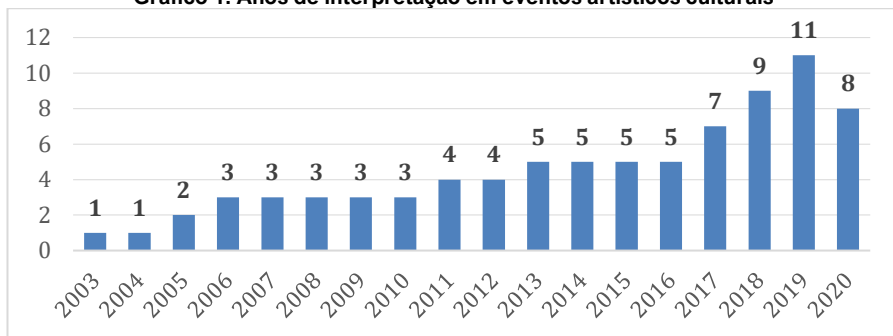
culturais na cidade de São Luís. Neste tópico serão relatados os resultados obtidos por meio de um questionário via aplicativo *Google Forms*.

A análise realizada tem por intuito conhecer os eventos artístico-culturais que contaram com a presença de intérprete de Libras, a fim de refletir sobre as implicações que a acessibilidade requer para a transmissão de informações ao público surdo durante os eventos.

Foram consideradas perguntas objetivas e subjetivas, tendo os participantes a oportunidade de especificar os eventos que tiveram interpretação em Libras, bem como expressar suas experiências a partir da seleção de um dos eventos elencados.

Observou-se que ao serem questionados sobre o tempo de atuação como intérprete em eventos artístico-culturais, os resultados apontaram que os profissionais possuem uma significativa experiência posto que suas participações em eventos datam entre os anos de 2003 a 2020, conforme o Gráfico 1, abaixo.

Gráfico 1: Anos de interpretação em eventos artísticos culturais



Fonte: As autoras (2021)

Para a obtenção dessa informação foi disponibilizado um campo para preenchimento. Assim, o participante teve a oportunidade de responder, indicando os anos de atuação.

Pela leitura do gráfico, pode-se perceber uma tendência de aumento da frequência de atuação dos participantes em eventos culturais com o avançar dos anos. Em 2019, 11 participantes afirmaram exercer o trabalho interpretativo em algum evento cultural, o que representa 52,3% das respostas. Em 2020, ano em que a pandemia do coronavírus eclodiu, nota-se ainda a propensão ao crescimento, sendo o terceiro ano mais citado; isso apesar das circunstâncias daquele ano, que impediram a realização de vários eventos presenciais.

Outro fato que chamou atenção foi a resposta de um participante ao afirmar ter interpretado em uma exposição e ao mesmo tempo informar nunca ter trabalhado em eventos artístico-culturais. Considerando que evento cultural, de acordo com Cury (2005) é um local de diálogo entre quem apresenta e quem recebe e a exposição um tipo de evento cultural que fornece experiência por meio da apreciação; é possível inferir que o intérprete não associou exposição como um evento artístico, o que não significa total desconhecimento, visto que este respondeu as demais perguntas da pesquisa.

A vista disso, as diversidades culturais dialogam entre arte, cultura e a pluralidade dos sujeitos envolvidos. Nesse entrelaçamento, é possível perceber que o ato interpretativo ganha um novo olhar. Como destacam Sutton-Spence e Quadros (2014) ao tratar sobre poesia surda: “não é a tarefa do intérprete fazer a plateia entender o

poema; a tarefa dele é possibilitar o entendimento suficiente da língua (...)”. O que torna a atividade de interpretação enriquecida pelas nuances atravessadas por performances inerentes a uma língua que faz uso do campo visual/espacial.

Assim, preocupações por ambientes mais acessível devem fazer parte das discussões de instituições públicas e privadas, não apenas com foco em adaptações estruturais, visto que programações culturais, debates, seminários, conferências, espetáculos teatrais é um direito individual que não deve ser tolhido em virtude das especificidades do sujeito.

Quando questionados sobre as características de acessibilidade para o público surdo, percebeu-se a distinção entre dois momentos no trabalho de interpretação, sendo o primeiro voltado ao preparo do intérprete e o outro durante o ato interpretativo, como pode ser observado no Quadro 1 e nas falas dos participantes.

Quadro 1: Características de um evento artístico cultural acessível em Libras

ANTES DO EVENTO	DURANTE O EVENTO
Acesso a materiais do evento Acesso a músicas Programação Script Roteiro	Profissional Intérprete Espaço reservado Boa iluminação Equipe de acolhimento Retorno de som Local visível Tela de projeção Local confortável

Fonte: As autoras (2021)

“Local com boa visibilidade para os surdos, boa iluminação, som de boa qualidade, interpretes de Libras, manter o intérprete informado antecipadamente de toda programação do evento”. (Intérprete 4)

“É necessário uma atenção especial à iluminação e ao retorno do som. A disponibilização prévia de repertório, programação, script e outros é essencial para um trabalho com qualidade”. (Intérprete 8)

Sasaki ao refletir sobre acessibilidade declara que “é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana”. (SASSAKI, 2013, p.15). O que evidencia que o processo de inclusão nas artes e na cultura deve envolver as pessoas com deficiência de maneira plena no que se refere à condição de ser humano.

Quando questionados sobre as suas dificuldades para um atendimento acessível os participantes elencaram o tipo de evento e as barreiras encontradas, além de pontuarem os mesmos motivos que já haviam citado como essenciais para uma acessibilidade em Libras.

Quadro 2: Dificuldades para a acessibilidade em eventos

TIPO DE EVENTO	DEPOIMENTO
No teatro de praça	“Porque não havia retorno então eu precisava me virar e às vezes olhar a boca dos artistas para entender”. (Intérprete 9)
Eventos musicais	“Pela qualidade do som que não facilitava a interpretação”. (Intérprete 11)
Apresentações musicais e literárias	“Pela falta de entrega do material com antecedência”. (Intérprete 16)

Fonte: As autoras (2021)

Percebe-se, assim, que a falta de informações de maneira antecipada e problemas com a acústica durante o evento são barreiras recorrentes no trabalho interpretativo, o que compromete a qualidade da interpretação e conseqüentemente causa prejuízo na informação repassada ao usuário surdo.

O Decreto nº 3.298/1999 que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Em seu Art. 2, esta política informa que o Poder Público deve

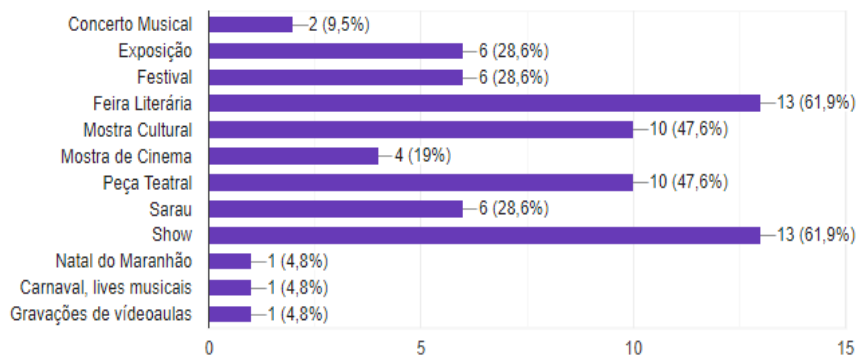
assegurar às pessoas o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura (...)

Assim, para garantir a acessibilidade das pessoas surdas em eventos artístico-culturais, é indispensável a presença do intérprete de Libras. No entanto, é necessário considerar, também, a estrutura acústica e a necessidade do profissional em ter acesso antecipado a programação, pois a falta de conhecimento prévio e os problemas estruturais como os já citados podem comprometer o processo de interpretação, tornando-se um entrave para que o surdo participe desses espaços de maneira mais efetiva.

Quanto a participação do profissional intérprete em eventos culturais ocorridos na cidade de São Luís, foi apresentado ao participante os seguintes tipos de eventos: concerto musical, exposição, festival, feira literária, mostra cultural, mostra de cinema, peça teatral, sarau, show. Essa questão também contou com uma

opção denominada *outros* que oportunizou ao participante o registro de possíveis eventos não contemplados na lista apresentada, como pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Eventos artísticos culturais com acessibilidade em Libras



Fonte: As autoras (2021)

Dos eventos que contaram com a presença de intérpretes, destacam-se os que tiveram maior percentual de registro, sendo eles: feira literária e show com 61,9%; mostra cultural e peça teatral com um percentual de 47,6%. Os resultados podem ser justificados pela proporcionalidade desses eventos ocorridos na ilha.

Percebeu-se no gráfico que um participante elencou gravação de vídeo aulas como sendo evento cultural. O que não deixa claro o motivo do equívoco, visto não haver um campo para a justificativa da escolha, o que pode sugerir lapso, mesmo se tratando de alguma temática concernente a eventos culturais trabalhados em sala de aula.

Sobre a feira literária vale ressaltar que ela ocorre na cidade de São Luís, estabelecida pela Lei nº 4.449 de janeiro de 2005

que institui a Feira de Livros no município de São Luís e dá outras providências. A feira ocorre de modo preferencial na semana do aniversário da cidade, sendo promovida pela Secretaria Municipal de Cultura em parceria com o Governo do Estado e outras instituições.

Considerado o maior evento literário, a FELIS tornou-se parte integrante das atividades culturais da capital tendo o intuito de proporcionar ao público de diferentes idades o acesso à leitura e estimular a tradição cultural e literária ludovicense.

Em 2019 a FELIS “bateu recorde de visitação, alcançando mais de 7 mil estudantes em 10 dias de atividades” e em sua logística, têm-se o registro de 10 intérpretes de Libras trabalhando neste evento, o que proporciona ao surdo acesso a programações culturais.

Segundo o Secretário Municipal de Cultura, Marlon Botão, a feira se consagra como um momento multicultural de linguagens artísticas como teatro, música, contação de histórias, lançamento de livros e cinema (FELIS, 2019).

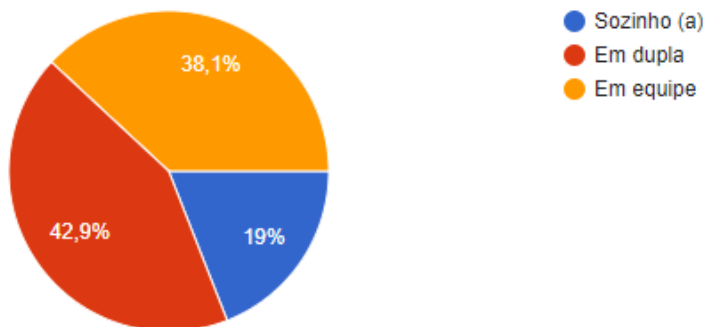
De modo geral, shows, mostras culturais e peças teatrais são atividades comuns em uma cidade histórica que de maneira constante abre espaço para apresentações artístico-culturais locais e internacionais. Assim, garantir eventos acessíveis à população ludovicense é assegurar que todos tenham os mesmos direitos.

Nessa perspectiva, diversidades artísticas e culturais quando acessíveis em Libras vêm ressignificar valores e tradições herdadas historicamente fazendo parte da cultura local. Portanto a presença de interprete de Libras em eventos, longe de ser visto

apenas como um serviço, evidencia que os direitos do público surdo estão sendo minimamente respeitados.

Como todo profissional, prestador de serviços, e isso inclui o intérprete de Libras, foi questionado de que modo ocorreu a interpretação durante o evento, o que gerou o seguinte gráfico:

Gráfico 3: Forma como o intérprete trabalhou no evento



Fonte: As autoras (2021)

O gráfico 3 informa que 42,9% do trabalho de interpretação foi realizado em dupla; 38,1% em equipe e 19% sozinho. Sobre a contratação de serviços de interpretação Libras/português, a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia intérpretes de Língua de Sinais - FEBRAPILS emitiu a Nota Técnica nº 02/2017 que observa:

A atuação do intérprete e do guia-intérprete na interpretação simultânea e consecutiva por longos períodos de tempo o expõe a sobrecarga de trabalho, podendo resultar em lesões físicas por esforço repetitivo.

A Nota Técnica também traz como registro a Norma Regulamentadora – Ergonomia publicada pelo Ministério do Traba-

lho (NR17–Ergonomia) em 1990, que tem como objetivo a regulamentação de parâmetros para a adaptação nas condições de trabalho referentes às características psicofisiológicas. Esta norma esclarece que deve incluir pausas nos trabalhos onde ocorrem “atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica do pescoço, ombros, dorso e membros superiores e inferiores”.

A FEBRAPILS, esclarece que o profissional intérprete quando realiza um trabalho sozinho por um longo tempo, acarreta danos físicos e cognitivos, prejudicando assim a qualidade da interpretação.

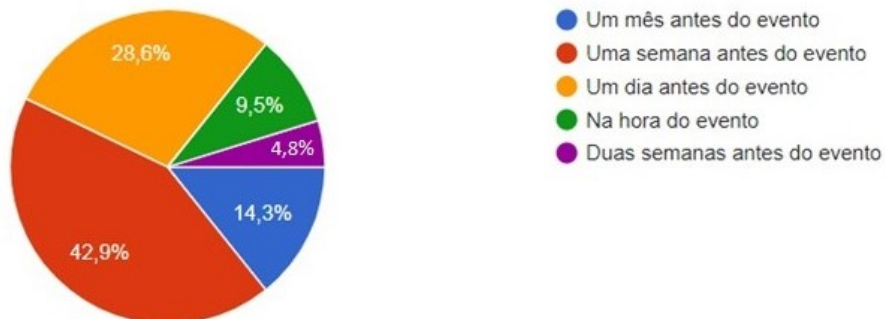
Thiago Nogueira (2016 p. 85) solidifica o tema ao destacar que:

A presença de uma equipe conta com no mínimo duas pessoas, que atuam em conjunto, a fim de que exista o revezamento na produção da interpretação, pois sabemos que a interpretação quando realizada por longos períodos, torna-se física e mentalmente exaustiva. Além de contribuir para evitar o cansaço físico, existe a possibilidade de ter o auxílio desse colega, qualificando o processo interpretativo, apoiando a produção do discurso.

Assim cabe inferir que os profissionais expostos a eventos de grande duração, acarretam prejuízos para si e para a qualidade no processo de interpretação.

Visto que para garantir acessibilidade em Libras o trabalho de interpretação inicia antes do evento; quando perguntado sobre o conhecimento às informações relativas a programação observa-se que 14,3% dos profissionais receberam as informações um mês antes do evento; 4,8% duas semanas antes; 42,9% uma semana antes; 28,6% um dia antes e 9,5% na hora do evento.

Gráfico 4: Tempo de antecedência da programação



Fonte: As autoras (2021)

Conforme nota técnica nº 02 emitida pela FEBRAPILS em 2017 “[...] qualquer trabalho de interpretação e guia-interpretação deve ser avaliado pelo profissional solicitado e uma equipe deve ser formada, prevendo tempo de preparação e estudo prévio [...]”. O que torna inadequado ao intérprete receber a programação na hora do evento ou em um espaço curto de tempo, conforme é destacado nas falas dos profissionais.

Quadro 3: Antecedência de acesso às informações do evento

TEMPO DE ANTECEDÊNCIA	DEPOIMENTOS
Informações obtidas na hora do evento	“Insuficiente, pois era um evento que tinham várias atividades integradas com vários palcos. [...] era necessário no mínimo três dias de antecedência para estudarmos a programação do evento, saber o que iria acontecer [...]. Sendo que no evento existiram músicas em várias línguas além do português.” (Intérprete 2)
Informações obtidas um dia antes do evento	“Não, pois seria necessário um certo preparo para estudar assuntos referentes ao evento”. (Intérprete 13)

	<p>“A maioria dos eventos não há uma preocupação de chamar o intérprete de forma antecipada. Parece que a última coisa a se organizar é a acessibilidade. Deixam essa demanda para última hora. Sem tempo para organizarmos o conteúdo”. (Intérprete 17)</p>
<p>Informações obtidas uma semana antes do evento</p>	<p>“Foi um bom tempo, porém de nada valeu pois não havia informações mais detalhadas do evento, além do tema, dia local e horário”. (Intérprete 1)</p> <p>“Sim, uma semana de antecedência possibilita um tempo hábil considerável para realizar as pesquisas necessárias, contudo, não é possível realizar pesquisas e planejamento estratégico para o trabalho tradutório uma vez que não é enviado nenhum material contendo o conteúdo do que será abordado, como um script, roteiro, sinopse ou um esboço”. (Intérprete 6)</p> <p>“Sim, o repertório foi passado e já tinha intimidade com quase todas as músicas, só precisei estudar algumas músicas”. (Intérprete 8)</p>
<p>Informações obtidas duas semanas antes do evento</p>	<p>“Sim, pois foi suficiente para preparação antes do início do trabalho”. (Intérprete 11)</p>
<p>Informações obtidas um mês antes do evento</p>	<p>“Sim, deu para ter uma noção e pesquisar o repertório dos cantores”. (Intérprete 12)</p>

Fonte: As autoras (2021)

Pretende-se a assim, ouvir a voz dos intérpretes que se unem em unísono como um grito de desabafo e ao mesmo tempo trazendo propostas para tornar os eventos artísticos ludovicenses cada vez mais acessíveis. Com a palavra, os intérpretes:

“Acessibilidade não é usar o Intérprete como muleta, fazer inclusão vai além disso. É pensar na contratação do Intérprete com antecedência, é saber mais sobre a necessidade visual dos Surdos e incluir elementos no evento que façam diferença na comunicação, é disponibilizar com antecedência informações sobre o conteúdo do evento para que o Intérprete se prepare linguisticamente para uma qualidade na sua atuação.” (Intérprete 01)

“Que seja respeitado algumas regras inerentes ao trabalho do intérprete, que o trabalho tenha uma remuneração que valorize o profissional, que seja um trabalho em equipe, respeitando assim o revezamento dos profissionais, espaço adequado para interpretação, etc e que o contratante tenha conhecimento do que é o trabalho do intérprete, como ele é desenvolvido, o que é necessário para que seja de excelência.” (Intérprete 11)

“Fazer com que o profissional Intérprete seja visto como parte do evento. E que os organizadores pensem com antecedência (pesquisando perguntando como) qual a melhor maneira e local o profissional deverá estar” (Intérprete 21)

Diante dos depoimentos dos profissionais que possuem experiência com interpretação em eventos artístico-culturais na cidade de São Luís, é notório que estes não divergem em suas falas, coadunando ainda com as contribuições de pesquisadores da área interpretativa, como citados anteriormente.

Sobre a atuação do profissional intérprete em espaços artístico-culturais, o Museu da Gastronomia Maranhense, criado em junho de 2019 é um local onde é possível encontrar um acervo sobre a culinária do Maranhão, além de contar com exposições.

A partir de maio de 2021, o museu disponibilizou informações por meio de vídeo em Libras, viabilizando aos visitantes

surdos o conhecimento deste espaço através de um tour em língua de sinais.

O atendimento virtual acessado via *QR Code* leva os usuários a vídeos na plataforma YouTube, fomentando o conhecimento das estações disponibilizadas no local, com informações sobre a gastronomia maranhense. Vale ressaltar que o museu é o primeiro espaço no estado a fazer uso desse recurso tecnológico, o que proporciona uma ampliação ao atendimento da comunidade surda.

Embora a inovação contribua para a propagação da cultura e promoção da acessibilidade, ainda é preciso considerar a necessidade de manter intérpretes de Libras no atendimento presencial, uma vez que este espaço dispõe de guias turísticos que fazem a intermediação comunicativa em outras línguas.

Nessa relação entre acessibilidade, direitos e sujeitos, propiciar condições adequadas de trabalho ao profissional intérprete, valorizá-lo enquanto mediador entre línguas e culturas, implica não apenas interpretação no viés de quem transmite algo, mas de um profissional que também é apto pra interpretar os surdos quando estes se tornam atores.

Sobre esse aspecto, em São Luís ocorreu o primeiro Seminário Mãos Literárias (SEMALI) em 2020, que faz parte do projeto Arte de Sinalizar cujo objetivo foi “estimular e empoderar a literatura da comunidade surda”. Nessa perspectiva de proporcionar eventos acessíveis, o intérprete e coordenador do seminário Cesar Rafael pontua que “acessibilidade é uma via de mão dupla,

então nós também precisamos conhecer o que o povo surdo brasileiro tem produzido como cultura, identidade e como literatura”.

Diante da unicidade de vozes sobre acessibilidade em Libras para todos, não “ouvi-las”, seria desconsiderar a multiplicidade de sujeitos que têm como premissa garantir o direito linguístico da comunidade surda assegurado pela legislação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intencionando responder se os espaços artístico-culturais ludovicenses têm assegurado acessibilidade em Libras, o presente estudo identificou a existência de diferentes eventos que ocorrem na ilha de São Luís e que contam com a presença do profissional intérprete de Língua de Sinais.

No entanto, novos caminhos devem ser trilhados, pois em uma cidade de grande herança cultural, o que justificaria eventos sem dispor de intérpretes de Libras para mediar a comunicação? Posto que, quando se respeita a língua, se respeita o próprio sujeito.

Desse modo, assegurar acessibilidade que contemple o público surdo é mais do que dispor de intérpretes, visto que a acessibilidade em Libras não deve estar ancorada apenas pela presença desse profissional, os aspectos estruturais e atitudinais devem ser contemplados.

Em consonância entre a fundamentação teórica e a prática interpretativa, ficou evidenciado na pesquisa que a presença do intérprete de Libras em eventos faz parte do processo de acessibilidade, o que não a caracteriza em sua integralidade.

Acredita-se que é o momento de iniciar uma nova fase de discussões sobre acessibilidade em eventos na ilha de São Luís. É o momento de ouvir os intérpretes que mesmo de forma crítica, ao tratarem sobre os espaços acessíveis, fomentam propostas para que os surdos, assim como os demais ludovicenses, tenham o sentimento de pertencimento de suas raízes.

Com isso, refletir sobre eventos artístico-culturais acessíveis em Libras é conhecer o relevante papel do profissional intérprete, que por meio da sua atuação, contribui para garantir igualdade de direitos ao público surdo, usuário da Língua de Sinais.

Assim, espera-se que este trabalho fomente novas discussões em torno da interpretação entre línguas, posto que ora o surdo tem participação como público, apreciador da cultura, ora ele entra em cena para que a cultura surda seja apreciada e respeitada.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de A. A construção dos sinais e sua mobilidade específica. In: LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F. (Org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** 1aed. São Carlos: Editora da UFSCar, 2013, p. 81-98.

APILMA. Site da Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Maranhão, 2011. Página inicial Disponível em <http://apilma.blogspot.com/> Acesso em: 17 mar. 2021.

BAKHTIN, Mikhail. Os Gêneros do Discurso. In: **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.278-289.

BRASIL. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10436.htm . Acesso em 17 mar. 2021.

BRASIL. **Lei 12.343 de 2 de dezembro de 2010** que institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000** que dispõe sobre o estabelecimento de normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 17 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186 de 9 de julho de 2008** que trata a aprovação do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Congresso. Acesso em 17 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991**. Dispõe sobre o restabelecimento e princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm >. Acesso em 17 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319. Acesso em 15 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.449, de 11 de janeiro de 2005.** Institui a Feira de Livros no município de São Luís e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ma/s/sao-luis>. Acesso em 10 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298. Acesso em 10 mar. 2021.

CAS-MARANHÃO. Site do Centro de Ensino de Apoio à Pessoa com Surdez, 2021. Página inicial. Disponível em: <http://casmaranhao.blogspot.com> . <http://casmaranhao.blogspot.com>

CURY, Marília X. **Exposição:** concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2006.

FEBRAPILS. **Nota Técnica No 02/2017** sobre a contratação do serviço de interpretação de libras/português e profissionais intérpretes de Libras/Português. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B3eZ-NKrWC6hcWnAyd3FLU2VFQmc/view>. Acesso em 15 mar. 2021.

FERNANDES, Idilia; LIPPO, Humberto. Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 281 - 291, jul./dez. 2013

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Ed. 11. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábolas Editorial, 2008.

MUSEU da Gastronomia Maranhense. Prefeitura de São Luís, 2021. Disponível em: <https://saoluis.ma.gov.br/semit/noticias> Acesso em 13 maio 2021.

NOGUEIRA, Tiago C. **Intérprete de Libras-Português no contexto de conferência:** uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio

na cabine. Florianópolis, 2016. 211 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina.

QUIXABA, Maria N. O.; SANTAROSA, Lucila M. C. Os sinais maranhenses da comunidade surda e ambiente digital. **Ensino & Multidisciplinaridade**, São Luís, v. 1, n. 1, jan.-jun. 2015. Pp. 7-28. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/ens-multidisciplinaridade/article/view/3889>. Acesso em 15 abr. 2021.

REILY, Lúcia H. As imagens: o lúdico e o absurdo no ensino de arte para pré-escolares surdos. In: SILVA, I.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. (Org.). **Cidadania, surdez e linguagem**. São Paulo: Plexus, 2003.

RODRIGUES, Carlos H. Aspectos processuais na interpretação simultânea para a Língua de Sinais Brasileira. In: QUADROS, R.M.Q.; STUMPF, M.R.; LEITE, T.A. (Org.) **Estudos da Língua Brasileira de Sinais I**. Florianópolis: Insular, 2013.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar/abr. 2009, p. 10-16. Disponível em https://files.cer-comp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em 17 mar. 2021.

SÃO LUÍS. **Leinº 4.669 de 11 de outubro de 2006** que dispõe sobre O Plano Diretor do Município de São Luís e dá outras providências. Disponível em: https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1188_8-lei_n.4.669_de_11.10.2006_d.o.m._n.195_-_completo.pdf. Acesso em 17 mar. 2021.

SEMALI-Seminário Mãos Literárias. Universidade Federal do Maranhão, 2020. Disponível em <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias>. Acesso em 20 maio 2021.

SOARES, Maria A. L. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados: EDUSF, 1999.

SOUSA, Danielle V. C. Interpretação Libras/Português: uma análise da atuação dos tradutores-intérpretes de Libras de São Luís. **Revista Littera**, v. 1, n,

1, jan-jul, 2010. Disponível em: <http://www.periodicoeletronico.ufma.br/index.php/littera/article/view/108>. Acesso em: 17 mar. 2021.

SUTTON-SPENCE, Rachel; QUADROS, Ronice M. Performance Poética em Sinais: o que a audiência precisa para entender a poesia em sinais. In: QUADROS, R.M.Q.; STUMPF, M.R.; LEITE, T.A. (Org.) **Estudos da língua brasileira de sinais II**. Florianópolis: Insular: 2014.

13^a FELIS. Site da 13^a Feira do Livro de São Luís. Prefeitura de São Luís, 2020. Página Inicial. Disponível em: <http://www.feiradolivro-desaoluis.com.br/so-bre.php>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ESTRATÉGIAS PARA A TRADUÇÃO DA LITERATURA DE CORDEL PARA A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Arenilson Costa Ribeiro

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta uma tradução da literatura de um conto em cordel da Língua Portuguesa escrita para a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e a análise do processo tradutório. Sendo assim, é exposta uma reflexão acerca das estratégias, ou seja, dos recursos linguísticos que podem ser utilizados para realizar a compensação do estilo de escrita do português, para uma língua de modalidade visuoespacial.

O interesse pela temática surgiu da observância de traduções da literatura de cordel da língua portuguesa para a língua de sinais, nas quais parece haver uma perda de características estéticas do gênero. Também do diálogo com tradutores e intérpretes de Libras de São Luís - MA, que se posicionavam acerca da impossibilidade traduzir os elementos intrínsecos da literatura de cordel para a Libras.

Posto isso, nota-se uma problemática quanto a esse tipo de tradução, também se defende a necessidade de se investigar as práticas mais efetivas a fim de dar entendimento aos surdos, principalmente àqueles que passam pela fase do letramento, a fim de compreender a existência dos gêneros textuais e das características que os diferenciam. As pessoas surdas fazem uso de suas experiências visuais para produção da Literatura Surda e manifestação cultural (MOURÃO, 2016). Assim sendo, é necessário que o acesso ao lazer e a educação sejam pautadas nesta cultura caracterizada pelo aspecto visuoespacial.

É direito dos surdos terem acesso às mais diversas áreas do conhecimento tanto na modalidade sinalizada quanto escrita (BRASIL, 1988; Lei 10.098/2000; Lei 10.436/2002; Decreto 5.626/2005). Assim, a tradução para a língua de sinais dos mais diversos estilos e gêneros assume um papel importante no processo de inclusão destes alunos com surdez. No entanto, para que isso realmente ocorra, faz-se necessário que essa translação de textos leve em conta não só o conteúdo, mas também a forma, os recursos linguísticos e extralinguísticos que compensam os efeitos que se espera produzir nos leitores.

A proposta deste trabalho é uma tradução interlingual e intermodal, pois leva em conta as diferenças da modalidade de uso das línguas envolvidas, isto é, de recursos orais auditivos para as visuoespaciais da língua sinalizada. Em se tratando de textos poéticos, a forma e o conteúdo são igualmente relevantes e indissociáveis. Isso exigirá do tradutor competência linguística, referencial e cultural, e se manter atualizado nesses estudos, com o propósito de ser hábil

e de sinalizar de forma tão aprazível que se reconheça oportunamente o tipo de texto que está sendo expresso (WEININGER, 2012).

Os estudos sobre Literatura Surda, podem nos subsidiar nesta seara, pois analisam as produções literárias dos surdos. As traduções de textos poéticos se enquadram nas produções da Literatura em Libras (BARROS, 2020). Exige-se então dos tradutores, que conheçam os gêneros literários da língua dos originais que traduzirá e seus valores culturais, para retratá-las na língua de chegada com as especificidades dessa outra (SUTTON-SPENCE, 2010).

Pensando nisso, o cordel foi escolhido por ser uma expressão da cultura do nordeste do Brasil, e representar os valores coletivos de uma população específica na qual há surdos inclusos. Estes, porém, por vezes desconhecem que há uma manifestação tão própria da região em que vivem. Porém, acredita-se que o sujeito com surdez pode ser apresentado a mais gêneros, se tornando capaz de reconhecer a variedade de formas em que os mais diferentes discursos se revelam.

Diante dessas ponderações e inquietudes, formulou-se a seguinte pergunta para nortear esta pesquisa: Quais estratégias podem ser empregadas pelos tradutores para compensar o estilo da literatura em cordel quando traduzido da língua portuguesa para a língua brasileira de sinais?

Espera-se testar a possibilidade de compensar o estilo do cordel na Libras, ou se a tradução perde as características estilísticas. Refletir no texto traduzido toda a totalidade do sentido do texto de ori-

ginal em uma cultura que se baseia na visualidade. Como profissionais, cabe aos que aceitam tal tarefa realizarem decisões conscientes a fim de executar sua incumbência com maior eficiência.

2 LITERATURA DE CORDEL

No século XVI a literatura de cordel já existia na Europa, veio de Portugal para o Brasil, onde começou a ser conhecida e posteriormente disseminada por todo território nacional, com uma grande repercussão no Nordeste. Assim, incorporou a característica da cultura nordestina, e com o tempo modificou-se ganhando traços próprios da região e se diferenciando da sua origem portuguesa. Por exemplo, enquanto os versos portugueses são organizados na maioria em forma de prosa, os brasileiros seguem regras para o metro, a estrofe, o ritmo e a rima.

Na região nordestina já havia uma forma de poesia cantada em forma de desafios ou disputas, conhecida como “repente”. Silva (2010) considera que essa expressão poética era existente antes da definição de literatura de cordel no Nordeste brasileiro. Andrade (2003) pondera que essas produções espontâneas de características altamente orais passaram a ser transcritas por seus autores, nesse processo sofreram alterações, o que marcou o início da tradição de impressão dessa literatura no Brasil, tal como já acontecia na Europa.

Só a partir da década de 70 é que o folheto passou a ser denominado “Cordel” por alguns estudiosos, uma forma de remontar à sua suposta origem europeia. A literatura de cordel recebe esse nome pelo fato de ser exposto em forma de folhetos pendurados em

cordões. (LUCENA, 2015). É notório os elementos peculiares aos poemas cordelistas, como por exemplo a métrica, o ritmo e a rima.

A métrica é um sistema de medida para o ritmo do poema (CHOCIAY, 1974). O metro é a medida dos versos de um poema, e seu estudo é chamado de métrica (CARDOSO FILHO, 2011). A Academia Brasileira de Literatura de Cordel - ABLC, em sua página na internet, explica que a preocupação com a métrica não existiu sempre. Na fase oral do cordel, os repentistas não tinham esse cuidado, mas se concentravam principalmente em rimar seus versos com o daquele com quem duelavam. Com o advento da imprensa, é que passaram a surgir vários tipos de métrica. Abaixo, apresenta-se o sentido da métrica e do verso em forma de cordel:

A Métrica (de Manoel Monteiro)

A MÉTRICA mede o tamanho

Do verso desenvolvido

- UM VERSO É SÓ UMA LINHA

(desde já fique entendido)

Composto em sílabas poéticas,

Fugindo dessas estéticas

Arranha e “fere” o ouvido.

Fonte: Ceará, 1978

Lucena (2015) apresenta cinco diferentes métricas nas quais o cordel pode ser apresentado: quadra, sextilha, septilha, décima e martelo agalopado. As **quadras** são versos de quatro, cinco ou sete sílabas, também conhecido como parcela. “(primeiro e terceiro são versos “livres”, segundo e quartos versos rimam entre si) ou ABCB” (IPHAN, 2018, p.30).

A Cachaça (de Adolfo Mariano)
 Agora eu quero falar (A)
 A respeito da cachaça (B)
 Um vício tão desgraçado (C)
 Sem ela ninguém não passa. (B)
 Beber pinga eu mais não quero (A)
 Cachaça não tem virtude (B)
 Estraga o procedimento (C)
 A albigiera e a saúde. (B)

Fonte: IPHAN, 2018

As **sextilhas** são estrofes de seis versos, muito utilizadas para os mais variados temas de cordel, e presente também nos duelos de repentistas. “A sextilha foi o resultado do acréscimo de dois versos à tradicional quadra. Essa modalidade se tornou a mais utilizada pelos poetas da literatura de cordel até os dias de hoje” (IPHAN, 2018, p. 31). Abaixo, segue um exemplo de um poema em sextilha:

Tabela 1: Exemplo de sextilha em *O Cachorro dos Mortos* de Leandro Gomes de Barros

1º	<i>Os nossos antepassados</i> os/no/sso/san/te/pa/ssa/dos ¹⁵	A	Não rima
2º	<i>eram muito prevenidos</i> e/ramm/ui/to/pre/ve/ni/dos	B	Rima
3º	<i>diziam: matos tem olhos</i> di/zi/amm/a/tos/tem/o/lhos	C	Não rima
4º	<i>e paredes tem ouvidos</i> e/pa/re/des/te/nhou/vi/dos	B	Rima
5º	<i>os crimes são descobertos</i> os/cri/me/ssão/des/co/ber/tos	D	Não rima
6º	<i>por mais que sejam escondidos</i> por/mas/que/se/jes/con/di/dos	B	Rima

Fonte: Ribeiro, 2020

As **septilhas** ou **setilhas** são organizadas em estrofes de sete versos e sete sílabas métricas, a rima é feita entre a segunda, quarta e sétima estrofe e entre a quinta e a sexta, formando um esquema AB-CBDDDB (IPHAN, 2018). Abaixo segue um exemplo de um poema em setilha:

Tabela 2: Exemplo de setilha em O Prisioneiro do Castelo da Rocha Negra de João Martins de Athayde

1º	<i>A pureza é uma teia</i> a/pu/re/zé/u/ma/tei/a	A	Não rima
2º	<i>Tramada pelo Senhor</i> tra/ma/da/pe/lo/se/nhor	B	Rima 1
3º	<i>Há nesta doce palavra</i> a/nes/ta/do/ce/pa/la/vra	C	Não rima
4º	<i>A lei divina do amor</i> alei/di/vi/na/do/a/mor	B	Rima 1
5º	<i>Imploro numa comunhão</i> implo/ro/nu/ma/co/mu/nhão	D	Rima 2
6º	<i>Deus nos envie o perdão</i> deus/no/sem/vie/o/per/dão	D	Rima 2
7º	<i>Esmagando o traidor</i> es/ma/gan/doo/tra/i/dor	B	Rima 1

Fonte: Ribeiro, 2020

As **décimas** apresentam estrofes de dez versos e sete sílabas, e um esquema rítmico ABBAACDDC, onde a primeira estrofe rima com a quarta e quinta, segunda e terceira rimam entre si, a sexta rima com a sétima e com a décima, e a oitava com a nona. (IPHAN, 2018). Abaixo segue o exemplo de um poema em décima:

Tabela 3: Exemplo de décima em *Batalha de Oliveiros com Ferrabrás* de Leandro Gomes de Barros

1º	Eram doze cavaleiros e/ram/do/ze/ca/va/lei/ros	A	Rima 1
2º	homens muito valorosos ho/mens/mui/to/va/lo/ro/sos	B	Rima 2
3º	destemidos e animosos des/te/mi/dos/ea/ni/mo/sos	B	Rima 2
4º	entre todos os guerreiros en/tre/to/do/sos/gue/rrei/ros	A	Rima 1
5º	como bem, fosse Oliveiros co/mo/bem/fo/sseo/li/vei/ros	A	Rima 1
6º	um dos pares de fiança um/dos/pa/res/de/fi/an/ça	C	Rima 3
7º	que sua perseverança que/su/a/per/se/ve/ran/ça	C	Rima 3
8º	venceu todos os infiéis ven/ceu/to/do/sin/fi/éis	D	Rima 4
9º	eram uns leões cruéis e/ram/uns/le/oes/cru/eis	D	Rima 4
10º	os doze pares da França os/do/ze/pa/res/da/fran/ça	C	Rima 3

Fonte: Ribeiro, 2020

O **martelo agalopado** é também em estrofes de dez versos, mas com onze sílabas, O esquema das rimas no Martelo é ABBAAC-CDDC. Recebe esse nome devido ao seu criador Jaime Pedro Martelo, que quando concebeu o estilo não se preocupava com a quantidade de versos, apenas fazia rimas pares até que a ideia pretendida fosse concluída (IPHAN, 2018). Abaixo segue exemplo de um poema em martelo agalopado:

Vou mudando de novo na toada (A)
Pra ver se melhora a cantoria (B)
Pra saberes que o bamba da Bahia (B)
Tem repente tem verso de enxurrada (A)
Te aviso colega e camarada (A)
Pra cantar com cantor malamanhado (C)
Eu me acho disposto e preparado (C)
No repente, na musa e na cachola (D)
Hoje eu quero fazer a tua viola (D)
Uma fogueira em martelo agalopado. (C)
Não sabia que neste grande estado (A)
A Bahia terra santa e gloriosa (B)
Que foi o berço do grande Rui Barbosa (B)
Residiu um cantor de pé quebrado (A)
Eu já vim à Bahia preparado (A)
Pra entrar com rojão neste duelo (C)
Estou vendo o amigo até amarelo (C)
Eu não sei o que vai acontecer (D)
O teu lombo por certo vai arder (D)
Pois o cego prepara o bom Martelo. (C)

Fonte: IPHAN, 2018

A **Estrofe** é um conjunto de versos, e ganha sua classificação de acordo com o número de versos que agrupa (IPHAN, 2018). O agrupamento dos versos nas estrofes caracteriza a modalidade do poema cordelístico. Conforme apresentado acima, nota-se que a quantidade de sílabas poéticas presentes nas linhas são sempre as mesmas, sete sílabas para cada verso, como demonstrado acima pelas diferentes nomenclaturas aplicadas aos cordéis. (RIBEIRO, 2020)

“O **ritmo** é percebido em uma sequência de eventos, quando se repetem regularmente de tal modo que os intervalos de tempo que eles ocupam são sentidos por serem quase iguais uns aos outros ou simétricos.” (VALLI apud KLAMT, 2014, p.40). A métrica é um sistema de medida para o ritmo do poema. O ritmo é um recurso estilístico que divide o tempo do poema em períodos uniformes nos quais incide certa repetição de sonoridades fortes e fracas (CHO-CIAY, 1974).

As **rimas** são apresentadas estrategicamente no final dos versos, é a relação de semelhança entre palavra e som. “A relação entre os sons na busca por harmonização, uma identificação entre os sons das palavras” (IPHAN, 2018, p. 18-19). O poeta pode alterar a pronúncia deliberadamente para manter a estrutura do poema, isso mostra a preocupação em manter a estética e deixa-lo mais atraente e prazeroso.

O valor histórico e cultural da literatura de cordel, é valorizado em todo o território nacional, hoje é reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro (IPHAN, 2018). E como pode ser observado nos exemplos acima, a métrica, a rima e o ritmo são elementos que contribuem para a constituição do poema cordelista.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, pois visa analisar a qualidade das estratégias que são aplicadas em uma tradução de um poema cordelista. Também pode ser classificada como uma pesquisa explicativa, pois registra e analisa os fenômenos estudados e ainda tenta encontrar os porquês das tais ocorrências (GIL, 2002;

PRODANOV E FREITAS, 2013). Trata-se, portanto, de um experimento de uma situação controle. Assim, realizaram-se manipulações conscientes de variáveis, para a obtenção de um produto desejado.

As variáveis analisadas são entendidas como estratégias utilizadas para compensar o estilo da literatura de cordel quando da sua tradução para a Libras. Foram observados os aspectos linguísticos e os extralinguísticos, que empregados para atribuir à tradução características que tornaram possível sua identificação como texto desse gênero. A pesquisa seguiu as seguintes etapas: Pesquisa bibliográfica, seleção da obra para ser traduzida, tradução da obra para a Libras, filmagem, edição da tradução, análise do vídeo utilizando o software ELAN¹⁶, proposta de tradução e registro em forma de artigo acadêmico.

Esta pesquisa quanto à bibliográfica, fundamentou-se na defesa de Weininger (2012), Eco (2007) e Laranjeira (2003) de que na tradução de poesia é importante considerar a forma de tão grande valor quanto ao conteúdo; Klamt (2014), Machado (2013) e Sutton-Spence (2010) que analisam os fenômenos presentes nas poesias sinalizadas e Ribeiro (2020) que apresenta os elementos poéticos que podem ser utilizados para se realizar uma tradução prazerosa da Literatura de cordel, do par linguístico português-Libras. A obra escolhida para a tradução é uma literatura infantil cujo autor é o Wilson

¹⁶ É uma ferramenta utilizada para anotar áudios ou a sinalização em Libras registrados em vídeos. Possui camadas para anotações, chamadas de trilhas.

Marques¹⁷, intitulada “A lenda do Rei Sebastião e o touro encantado”¹⁸.

Posteriormente à tradução do poema - em forma de glosas¹⁹ e a filmagem, foi realizada a análise do vídeo pela utilização do ELAN (Eudico Linguistic Annotator)²⁰. Criam-se 5 trilhas para as anotações dos aspectos a se observar no vídeo: Glosas, métrica, rima, simetria e criação. E por fim, a apresentação da proposta da tradução e o registro desta pesquisa em forma de artigo acadêmico.

Para demonstrar de uma maneira estática e mais representativa as variáveis apresentadas, utilizou-se um sistema de escrever os sinais o Sign Writing – SW²¹. Os sinais escritos em SW são apresentados simultaneamente com as imagens do vídeo e a glosas em língua portuguesa, tudo com o objetivo de tornar clara ao leitor a investigação realizada.

4 ANÁLISE DA TRADUÇÃO DO POEMA “A LENDA DO REI SEBASTIÃO E O TOURO ENCANTADO”

A análise da tradução do poema, apresenta uma reflexão das tomadas de decisão executadas durante o processo tradutório, afim

¹⁷ Escritor maranhense que se dedica a escrever para crianças, sempre sobre as tradições do Maranhão.

¹⁸ O Rei (ou Dom) Sebastião é um personagem real da história, foi rei de Portugal e morreu aos 24 anos de idade em 1587. Com o sumiço do corpo, surgiu a lenda do touro encantado, que aparece em uma das praias da ilha dos lençóis, no município de Cururupu, no Maranhão.

¹⁹ Em uma tradução do par linguístico Português-Libras, as glosas são palavras utilizadas para se referir a um sinal por meio do seu significado naquele contexto específico.

²⁰ É frequentemente usado em pesquisas que envolvem línguas sinalizadas, pois permite anotações em vídeos. Utilizou-se esse tipo de mídia devido à possibilidade de reproduzir as características das línguas de modalidade visuoespaciais.

²¹ Sistema desenvolvido na década de 70 por Valerie Sutton. Por meio dos símbolos é possível escrever cada aspecto fonológico da língua de sinais: configuração de mãos, ponto de articulação, movimento, orientação da palma da mão e expressão facial (BARRETO; BARRETO, 2015).

de manter a estética cordelista. Para o entendimento por parte dos leitores, foi exposto três elementos poéticos pertencentes à língua brasileira de sinais: métrica, rima simetria. Os quais compensam o estilo da literatura de cordel em português escrito para a Libras.

A fim de observar a existência de uma **métrica** em Libras, é necessário verificar o ritmo. Para Ribeiro (2020, p. 47) “O sinalizante (artista ou tradutor) cria uma padronização e passa a fazer uso dela com uma certa frequência (duas vezes, três vezes, quatro vezes ou mais).” Na tradução da literatura de cordel em língua portuguesa para a língua brasileira de sinais, foram anotadas as repetições dos movimentos (H) e as suspensões (M) dos sinais de cada estrofe. As combinações desses formam a sílaba fonética do léxico sinalizado no espaço topográfico, o que causa uma métrica.

Abaixo, apresentasse a primeira estrofe do poema “A lenda do rei Sebastião e o touro encantado.” Do poeta Wilson Marques (2011). Utiliza-se a letra A (tônicas) e B (não tônicas).

Tabela 4: Análise do ritmo em *A lenda do rei Sebastião e o touro encantado*

1°	<i>A todos peço licença</i> A TO / dos / pe / ço / li / CEN / ça	(A B B B B A)
2°	<i>Para este menestrel</i> Pa / ra / ES / te / me / nes / TREL	(B B A B B B A)
3°	<i>Apresentar nesta sala</i> A PRE / sen / tar / nes / ta / SA / la	(A B B B B A)
4°	<i>Alguns versos de cordel</i> Al / guns / VER / sos / de / cor / EL	(B B A B B B A)
5°	<i>Que, inspirado, escrevi</i> QUE INS / pi / ra / do es / cre / VI	(A B B B B A)
6°	<i>Num pedaço de papel.</i> Num / pe / DA / ço / de / pa / PEL	(B B A B B B A)

Fonte: Ribeiro, 2020

Apesar de ser heterorítmico, a estrofe apresenta um padrão em que primeiro, terceiro e quinto versos são igualmente metrificados, assim como o segundo, quarto e sexto. Para facilitar a compreensão, os resultados foram organizados na tabela abaixo. Aqui utiliza-se a letras H (suspensão) e M (movimento) para apresentar a métrica no poema sinalizado.

Tabela 5: Análise dos movimentos e suspensões de uma sextilha

VERSO EM PORTUGUÊS	TRADUÇÃO PARA LIBRAS	MOVI-MENTOS/ SUSPEN-SÕES
A todos peço licença	 <p>VOCÊS LICENÇA</p>	HMH HMH
Para este me- nestrel	 <p>ESTE POETA</p>	MH HMH
Apresentar nesta sala	 <p>APRESENTAR VOCÊS</p>	HMH HMH

Alguns versos de cordel		HMH HMH
Que inspirado escrevi		M MH
Num pedaço de papel		M MH

Fonte: Ribeiro, 2020

A língua de sinais, por ser de modalidade visuoespacial é mais difícil perceber esses elementos poéticos. Por exemplo, o ritmo, é heterorítmico, visto que não coincide em todos os versos. No cordel, a declamação dos poemas revela um padrão peculiar. Comparando as junções de sílabas tônicas e não tônicas da estrofe em língua portuguesa com as junções de movimentos e suspensões na tradução desta para língua de sinais, obtemos a tabela a seguir:

Tabela 6: Comparação dos padrões de ritmo na estrofe em língua portuguesa e na sua tradução para a Libras.

VERSO	PADRÃO RITMICO EM LÍNGUA PORTUGUESA	PADRÃO RITMICO EM LÍNGUA DE SINAIS
Verso 1	(A B B B B A)	HMH HMH
Verso 2	(B B A B B B A)	MH HMH
Verso 3	(A B B B B A)	HMH HMH
Verso 4	(B B A B B B A)	HMH HMH
Verso 5	(A B B B B A)	M MH
Verso 6	(B B A B B B A)	M MH

Fonte: Ribeiro, 2020

Como observado, não há uma equivalência rítmica entre o original e sua tradução para a língua de sinais, mas é possível notar que na versão em Libras o poema tem seu próprio padrão. Esse consiste na predominância da sequência HMH nos quatro primeiros versos, e MMH nas duas últimas estrofes.

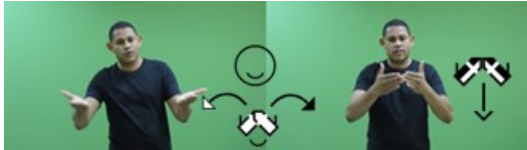

Outros fatores foram propositadamente executados para garantir alguma métrica ao poema. Cada verso foi traduzido com somente dois sinais, esse recurso poderia ser explorado, no sentido de garantir que todos os itens lexicais do verso seguissem a ordem HMH ou outra que igualasse a segmentação dos componentes de cada um. Outro fator que pode ser estudado é a exploração dos movimentos de transição entre os vocábulos, contando esses com os que compõem o sinal em si, ou mesmo fazendo com que coincidam entre si.









Pode-se entender com isso que as versões de poemas em língua de sinais podem ser pensadas de forma a replicar ou criar padrões rítmicos seguindo a proposta de Valli (apud KLAMT, 2014) que propõe a segmentação dos sinais em movimentos e suspensões para definir as sílabas e dessa encontrar ritmo na poesia da língua sinalizada.

Para detectar a ocorrência de compensação da **rima** na tradução, seguiu-se os preceitos de Sutton-Spence (2010), os quais rezam que esse fenômeno ocorre nas línguas sinalizadas a partir da repetição de elementos (parâmetros) dos sinais, ou por meio da criação de neologismos, ou seja, a alteração proposital de um constituinte fonológico de determinado sinal com a intenção de provocar a coincidência desses com outros, e, portanto, a rima.

Nesse caso, os sinais serão representados também por meio da Libras escrita em SW. As palavras do verso em língua portuguesa que coincidem sonoramente estão destacadas em negrito.

Tabela 7: Análise das rimas na tradução de uma sextilha

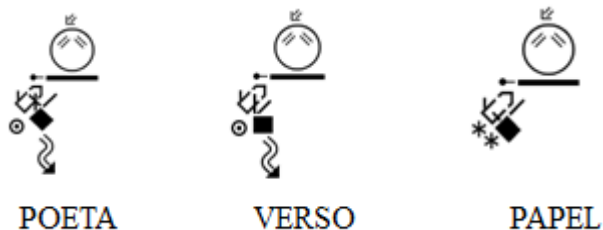
VERSO EM PORTUGUÊS	TRADUÇÃO PARA LIBRAS
A todos peço licença	 <p data-bbox="521 1182 609 1209">VOCÊS</p> <p data-bbox="781 1182 900 1209">LICENÇA</p>
Para este menestrel	 <p data-bbox="542 1394 605 1422">ESTE</p> <p data-bbox="788 1394 874 1422">POETA</p>

<p>Apresentar nesta sala</p>		
<p>Alguns versos de cordel</p>		
<p>Que inspirado escrevi</p>		
<p>Num pedaço de papel</p>		

Fonte: Ribeiro, 2020

Na tradução visível a rima de acordo com os parâmetros configuração de mão, ponto de articulação e expressões não manuais, coincidindo com as rimas da língua portuguesa. Os sinais que marcam a rima são os abaixo. Esta ação vai de concordância com Ribeiro (2020, p. 43) que afirma “A repetição acentua a estética do texto poético e torna o poema mais prazeroso para a comunidade surda”. Assim, cabe ao tradutor entender quais elementos devem ser repetidos e com qual frequência, para atingir o efeito estético.

Figura 1: Sinais que formam a rima na tradução da primeira estrofe do cordel para Libras



Fonte: Ribeiro, 2020

São iguais nos três sinais: a configuração da mão de apoio que também é o ponto de articulação desses, a inclinação do tronco para a esquerda, a inclinação da cabeça para a direita; e ainda entre os dois primeiros sinais o movimento ondulado para baixo e o tipo de contato entre as duas mãos, o que provocou a rima.

Esses itens lexicais foram escolhidos deliberadamente, para causar o efeito de rima, pensando em cada um dos seus parâmetros. Os sinais POETA e VERSO, por exemplo, possuem outras formas conhecidas e registradas, mas que não rimam entre si, nem com o sinal PAPEL.

Figura 2: Variações dos sinais POETA e VERSO



Fonte: Ribeiro, 2020

Em outros casos, a fim de provocar a rima, o recurso utilizado foi a alteração de um parâmetro com o intuito de fazer corresponder a forma desse com a de outros. Esta foi uma decisão tomada durante o processo tradutório, desta forma se apresentou a presença da rima do cordel em Libras.

Com isso, percebeu-se que na tradução de literatura de cordel da língua portuguesa para a língua de sinais é possível gerar rima escolhendo sinais que coincidam com respeito a um ou mais parâmetros e organizando as estruturas frasais de tal modo que os itens lexicais que rimam estejam alocados no mesmo ponto em que ocorre a consonância em português.

Machado (2013, p.72) explana sobre a **simetria** e a sua oposição, **assimetria**: “é possível afirmar que a primeira possui qualidade de ordem, enquanto a segunda de desordem”. Ribeiro (2020, p. 44) afirma que a simetria “é uma forma de gerar o efeito estético em textos artísticos sinalizados. Ela é usada para apresentar ao público surdo um sentido geral de combinações, de equilíbrio, de ordem, de paridade, daquilo que é harmonioso.” Esse tópico se refere às combinações de forma que provocam reflexão na imagem, isto é, os momentos da poesia traduzida na qual é possível observar que os dois hemisférios da imagem (seja em sentido vertical ou horizontal) são correspondentes.

Em alguns versos, percebeu-se a possibilidade de organização entre sinais simétricos e assimétricos. O uso de vocabulário com essa característica atribuiu à composição uma saliência visual interessante e claramente perceptível. Já para se notar o ordenamento pensado entre sinais com e sem simetria precisa-se de uma observação mais criteriosa. Mesmo assim esse recurso confere uma cadência

à estrofe traduzida, e foi idealizado como uma forma de compensar a musicalidade do cordel em língua portuguesa.

Uma demonstração disso é apresentada a seguir, na tradução da terceira estrofe:

Tabela 8: Análise das simetrias e assimetrias na tradução de uma sextilha

VERSO EM PORTUGUÊS	TRADUÇÃO PARA LIBRAS	SIMETRIA
Habitava em Portugal	 <p data-bbox="389 627 468 651">VIVER</p> <p data-bbox="613 627 759 651">PORTUGAL</p>	A A
Num tempo muito distante	 <p data-bbox="359 839 557 863">ANTIGAMENTE</p> <p data-bbox="695 839 792 863">LONGE</p>	A A
Um rei que queria ser	 <p data-bbox="404 1051 449 1075">REI</p> <p data-bbox="613 1051 748 1075">VONTADE</p>	SV A
Forte, temido e galante,	 <p data-bbox="389 1264 479 1287">FORTE</p> <p data-bbox="636 1264 759 1287">GALANTE</p>	SV A

<p>Mas teve sina terrível,</p>	 <p>DEPOIS AZAR</p>	<p>A A</p>
<p>Sua história é intrigante</p>	 <p>SAGA ESTRANHO</p>	<p>A A</p>

Fonte: Ribeiro, 2020

Nessa tabela percebe-se o esquema de alternância entre sinais simétricos e assimétricos, e que nesse caso, a tradução explorou a assimetria por meio dos itens que utilizam somente a mão direita. Somente dois vocábulos apresentam simetria vertical: REI e FORTE. E esses foram posicionados como os primeiros sinais dos dois versos centrais da estrofe, isto é, o terceiro e quarto.

Formam então o esquema A A A A SV A SV A A A A A. O pretendido era formar um ordenamento de sinais envolvendo a simetria que cadenciasse a tradução da estrofe. O ritmo então seria compensado por meio de sinais menos e mais “sonoros” visualmente. Os sinais simétricos são de natureza mais tímida à visão, enquanto que os assimétricos são menos. No vídeo, os do primeiro tipo parecem preencher o quadro da imagem, enquanto que os do segundo não reproduzem o mesmo efeito.

Há muitas outras possibilidades de exploração desse aspecto, como por exemplo o uso das mãos direita e esquerda de forma alternada em sinais assimétricos; o deslizamento do sinal de um lado

a outro do vídeo e então em sentido contrário, em rotações; a utilização de 44 configurações de mão espelhadas movimentos opostos, em um planar e vários outros. (MACHADO, 2013).

Com isso, percebe-se que a simetria, bem como seu oposto são um rico recurso a ser explorado nas traduções literárias de cordel - e, portanto, de qualquer literatura - da língua portuguesa para a língua de sinais. A provocação da cadência na tradução de uma poesia, de forma que compense o ritmo do original pode perpassar pelo aspecto hora estudado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou estratégias empregadas para compen-sar o estilo da literatura de cordel em língua portuguesa quando da sua tradução para a língua de sinais brasileira. Em um primeiro momento, recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica a fim de revisar conceitos importantes. Dessa forma referiu-se ao gênero estudado, sua origem ora alegada fora do Brasil, ora defendida como puramente nacional; mas que inegáveis são as características que tornam os folhetos tão próprios do Nordeste.

Buscou-se elucidar a tarefa do tradutor que maneja essa matéria prima. Que no caso da literatura com ritmo, rima, cadência, e todos os elementos que compoem um poema tornam a forma tão valiosa quanto o conteúdo, esse profissional não deve esquecer de compen-sar na língua de tradução os recursos utilizados na original. E refletiu-se que para tanto é primordial o conhecimento dos valimentos que estão à mão no destino final das palavras traduzidas.

Assim, relacionou-se os métodos possíveis e disponíveis da língua de sinais, dos quais os tradutores podem se servir. A exploração

desses aliada à gravação dos poemas em vídeo, e, portanto, a exploração também da linguagem cinematográfica, tornam mais aprazível ao olhar a poesia em Libras.

Da análise, comprovou-se a possibilidade de utilizar os recursos estilísticos já existentes na língua de sinais para compensar os efeitos da poesia em língua portuguesa quando traduzida. Esta pesquisa, portanto, concorda com os trabalhos de Klamt (2014), Andrade (2012) e Machado (2013), que refletem em seus respectivos escritos sobre aspectos poesia em Libras que podem servir como base para a tradução dessa para o português (ou no sentido contrário).

As formas de produção de rima por meio da repetição de parâmetros, mostrou-se uma maneira útil – e não muito difícil, se tiver o mínimo de criatividade – de gerar um efeito correlato na Libras ao da rima em português. A possibilidade de pensar na escolha de sinais, com a intenção clara de produzir uma métrica nas versões das estrofes em língua de sinais se apresentou um pouco mais complexa de manipular de início; mas percebeu-se no trabalho que, com pouco tempo, a fluidez natural da língua se encarrega de organizar a cadência do poema. O mesmo ocorreu ao se selecionar sinais simétricos e assimétricos numa ordem lógica.

Os estudos sobre a literatura surda tornam-se assim essenciais para a formação do tradutor intérprete de Libras, no sentido de embasá-lo para a execução da tarefa de traduzir literatura sinalizada, ou produzir uma tradução na língua de sinais que seja homóloga – ou ao menos análoga – à sua forma em língua portuguesa.

Nessa investigação, não foi possível apresentar a tradução aos surdos e anotar suas reações. Essa observação seria interessante, visto que são eles os clientes, são os que recebem o produto gerado

que podem atribuí-lo qualidade ou não. É um encaminhamento para futuras pesquisas, uma comparação entre traduções pensadas com base nos recursos de compensação de estilo aqui demonstrados, e traduções feitas com um apego maior ao conteúdo em detrimento da forma da poesia.

Além disso, outros métodos de compensar podem ser pesquisados, como as estruturas de grande iconicidade (CUXAC e SALLANDRE, 2007). Em vídeos de poemas sinalizados é comum ver elementos que remetem às transferências de pessoa, na qual o sinalizante assume o papel do personagem, emprestando seu corpo para as ações do que está na história. Portanto, presume-se se tratar de uma outra possibilidade de compensação (ANDRADE, 2015).

Com os resultados aqui apresentados, espera-se contribuir para os estudos da tradução de linguagem poética para a língua de sinais; bem como incentivar a reflexão para o aprimoramento de técnicas de tradução de literatura, para que os surdos tenham acesso à produções culturais e regionais do local onde vivem com uma experiência sensorial correlata que nós ouvintes temos, explorando a visão.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LITERATURA EM CORDEL. **História do Cordel**. Disponível em: <http://www.ablc.com.br/o-cordel/historia-do-cordel/>. Acesso em 30 nov. 2017.

ANDRADE, Betty L. L. **A tradução de obras literárias em língua brasileira de sinais – antropomorfismo em foco**. Florianópolis, 2015. 121 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina.

BARBOSA, Heloísa G. **Procedimentos Técnicos da Tradução: uma nova proposta**. Campinas: Pontes, 2004.

BARROS, Thatiane do Prado. **Experiência de tradução poética de português/libras: três poemas de Drummond**. Brasília, 2015. 172 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Universidade de Brasília.

BARROS, Ricardo O. **Tradução de poesia escrita em Libras para a língua portuguesa**. Florianópolis, 2020. 140 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina.

CARDOSO FILHO, Antônio. **Teria da Literatura 1**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2011.

CASA RUI BARBOSA. **Cordel: literatura popular em verso**. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/cordel/> Acesso em: 7 mai 2018.

CUXAC, Christian; SALLANDRE, Marie-Anne. Iconicity and arbitrariness in French Sign Language : Highly Iconic Structures, degenerated iconicity and diagrammatic iconicity. In: **Verbal and Signed Languages : Comparing Structures, Constructs and Methodologies**, ed. By Pizzuto, E., P. Pietrandrea, R. Simone (eds.). Berlin: Mouton de Gruyter. p. 13-33. 2007.

ECO, Umberto. **Quase a mesma coisa**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Literatura de Cordel Dossiê de Registro**. Brasília, 2018.

KARNOPP, Lodenir. **Literatura Surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

KLAMT, Marilyn M. **O ritmo na poesia em língua de sinais**. Florianópolis, 2014. 147 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade Federal de Santa Catarina.

KLAMT, Marilyn M. **Tradução comentada do poema em língua brasileira de sinais “Voo sobre Rio”**. *Belas Infiéis*, v. 3, n. 2, p. 107-123, 2014.

LARANJEIRA, Mário. **Poética da tradução. Do sentido à significância**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LUCENA, Kalhil G. M. **Fragmentos de história em versos: literatura de folhetos na primeira república (1989-1929)**. Recife, 2015. 143 p. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Universidade Rural de Pernambuco.

MACHADO, Fernanda A. **Simetria na Poética Visual na Língua de Sinais Brasileira**. Florianópolis, 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) Universidade Federal de Santa Catarina.

MACHADO, Fernanda A. Simetria: poética em língua de sinais. In: STUMPF, M.; QUADROS, R. M.; LEITE, T. de A. **Estudos da Língua Brasileira de Sinais II**. Florianópolis: Insular, 2014.

MARQUES, Wilson. **A lenda do Rei Sebastião e o Touro Encantado**. São Paulo: Publicações Mercúrio Novo Tempo, 2011.

MOURÃO, Carlos H. N. **Literatura Surda: experiência das mãos literárias**. . Porto Alegre, 2016. 287 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

NASCIMENTO, Lourgeny D. **A importância da literatura de cordel no cotidiano dos alunos da EJA**. Feijó: UNB, 2011.

OLIVEIRA, Maria L.; SILVA FILHO, Marcelo N. R. Literatura de cordel: uma arte que se expande através dos recursos tecnológicos. **Web-Revista Socio-dialeto**, v. 4, n° 11, novembro 2013.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Bruno. **O uso transferências em narrativas produzidas em língua brasileira de sinais**. Florianópolis, 2017. 141 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) Universidade Federal de Santa Catarina.

RIBEIRO, Arenilson C. Literatura de cordel contemporânea: uma tradução prazerosa do par linguístico Português-Libras. Florianópolis, 2020. 187 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, Josivaldo Custódio da. **Literatura de cordel: um fazer popular a caminho da sala de aula.** João Pessoa, 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal da Paraíba.

SILVA, Michelle Ramos. **Cordelistas paraibanas contemporâneas: diálogo e ruptura com a lógica patriarcal.** Campina Grande, 2010. 117 p. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) Universidade Estadual da Paraíba.

SUTTON-SPENCE, Rachel; NAPOLI, Dona J. Anthropomorphism in Sign Languages: A Look at Poetry and Storytelling with a Focus on British Sign Language. **Sign Language Studies**, Washington, v. 10, n. 4, p. 442-475, 2010.

SUTTON-SPENCE, Rachel; QUADROS, Ronice Muller. de. Poesia em língua de sinais: traços da identidade surda. In: QUADROS, R. M. de (Org.). **Estudos Surdos I**, Petrópolis, v. 1, p. 110-165, 2006.

SUTTON-SPENCE, Rachel; QUADROS, Ronice M. Performance poética em Sinais: o que a audiência precisa para entender a poesia em sinais. In: STUMPF, M.; QUADROS, R. M.; LEITE, T. de A. **Estudos da Língua Brasileira de Sinais II**. Florianópolis: Insular, 2014.

VALLI, Claiton. **Poetics of American Sign Language Poetry**. Unpublished doctoral dissertation, Union Institute Graduate School, 1993.

WEININGER, Markus Johannes. Algumas reflexões inevitáveis sobre a tradução de poesia. In: BLUME, R. F., WEININGER, M. J. (Org.) **Seis décadas de poesia alemã: Do pós-guerra ao início do século XXI**. Florianópolis: Editora UFSC, 2012.

ISBN 978-658982129-8



9

786589

821298